

Organizadoras

Coaracy Eleutério da Luz  
Vanessa Maria Ludka

# Cornélio Procópio

leituras geográficas

 Pedro & João  
editores

# **CORNÉLIO PROCÓPIO: LEITURAS GEOGRÁFICAS**



**Coaracy Eleutério da Luz**  
**Vanessa Maria Ludka**  
(Organizadoras)

**CORNÉLIO PROCÓPIO:  
LEITURAS GEOGRÁFICAS**

**Copyright © Autoras e autores**

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

---

**Coaracy Eleutério da Luz; Vanessa Maria Ludka [Orgs.]**

**Cornélio Procópio: leituras geográficas.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. 208p. 16 x 23 cm.

**ISBN: 978-65-265-1321-7 [Digital]**

1. Geografia. 2. Cornélio Procópio. 3. Cidade. 4. Socioambiental. I. Título.

---

CDD – 370/900

**Capa:** Luidi Belga Ignacio

**Imagens da capa:** CASTRO, Paulo Henrique Marques de. **Fotos aéreas com drone da cidade de Cornélio Procópio.** 2023. 2 fotografias.

**Ficha Catalográfica:** Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

**Revisão:** Lourdes Kaminski

**Diagramação:** Diany Akiko Lee

**Editores:** Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

**Conselho Editorial da Pedro & João Editores:**

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patrícia da Silva (UERJ/Brasil).



**Pedro & João Editores**

[www.pedroejoaoeditores.com.br](http://www.pedroejoaoeditores.com.br)

13568-878 – São Carlos – SP

2024

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>7</b>
Coaracy Eleutério da Luz Vanessa Maria Ludka	
<b>A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO FORMA DE DESENVOLVER A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE: MATERIAIS DIDÁTICOS PARA A ABORDAGEM DO PARQUE ESTADUAL MATA SÃO FRANCISCO</b>	<b>11</b>
Giovana Sanna Maia Jully Gabriela Retzlaf de Oliveira	
<b>ANÁLISE DA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DAS ESCOLAS ESTADUAIS DO PARANÁ NO MUNICÍPIO DE CORNÉLIO PROCÓPIO - PR</b>	<b>37</b>
Elvyo Henrique de Moraes Sérgio Augusto Pereira	
<b>DIAGNÓSTICO AMBIENTAL DO TRECHO URBANO DO RIBEIRÃO TANGARÁ EM CORNÉLIO PROCÓPIO (PR): UMA PROPOSTA DIDÁTICA PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL</b>	<b>55</b>
Francyne Willy da Silva Paulo Henrique Marques de Castro	
<b>ENCAMINHAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS ADAPTADOS PARA ENSINAR A CIDADE DE CORNÉLIO PROCÓPIO NA GEOGRAFIA ESCOLAR</b>	<b>79</b>
Coaracy Eleutério da Luz	

<b>EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM AÇÃO: SENSIBILIZAÇÃO, CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO EM COMUNIDADES VULNERÁVEIS DE CORNÉLIO PROCÓPIO -PR</b>	<b>113</b>
Carla Holanda da Silva Hilário Helbe Júnior Ricardo Aparecido Campos. Waldiney Gomes de Aguiar	
<b>O IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE CORNÉLIO PROCÓPIO - PR</b>	<b>135</b>
Vanessa Maria Ludka Alan Pulcinelli Colmiran de Lima Ana Julia Oliveira de Mello Leandra Eduarda Fabri Rezende Camila de Souza Pereira Gustavo Henrique dos Santos Braga Sérgio Augusto Pereira	
<b>O PARADOXO DO AVANÇO DA PRODUÇÃO ESPACIAL URBANA DE CORNÉLIO PROCÓPIO E SUAS ÁREAS PROTEGIDAS</b>	<b>159</b>
Coaracy Eleutério da Luz	
<b>VIOLÊNCIA E INSEGURANÇA OBJETIVA NA MICRORREGIÃO DE CORNÉLIO PROCÓPIO -PR</b>	<b>179</b>
Pedro Henrique Carnevalli Fernandes	
<b>SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES</b>	<b>205</b>

## APRESENTAÇÃO

Esta coletânea apresenta à comunidade acadêmica mais uma publicação do Colegiado de Geografia da Universidade Estadual do Norte do Paraná, Campus de Cornélio Procópio. Nesta obra, reuniram-se os resultados de algumas atividades de extensão e pesquisa desenvolvidas por docentes do curso de Geografia durante a última década.

Cornélio Procópio é o recorte geográfico em destaque e, suas leituras geográficas são apresentadas a partir de diferentes enfoques temáticos que orientam a análise de cada capítulo. Educação Ambiental, Meio Ambiente, Geografia da Fome, Ensino da Cidade e Geografia da Violência são eixos norteadores dessa coletânea composta por sete estudos geográficos.

Giovana Sanna Maia e Jully Gabriela Retzlaf de Oliveira argumentam em favor da Educação Ambiental para conservar a biodiversidade. Assim, o capítulo das autoras apresenta uma breve revisão teórica sobre o tema e, três materiais didáticos para demonstrar como desenvolver atividades práticas acerca da temática na Geografia Escolar, tendo como recorte espacial o Parque Estadual Mata São Francisco, localizado nos municípios de Cornélio Procópio e Santa Mariana na porção setentrional do Paraná.

O artigo de Sérgio Augusto Pereira e Elvyo Henrique de Moraes analisa a organização espacial das escolas estaduais em Cornélio Procópio, investigando a existência ou não de ordem espacial para o arranjo e uso desses estabelecimentos educacionais na cidade.

A perspectiva da Educação Ambiental, tem bastante tradição na geografia brasileira e, orienta também a contribuição de Paulo

Henrique Marques de Castro e Francyne Willy da Silva, que ao realizarem um diagnóstico ambiental da Área de Preservação Permanente (APP), do alto curso do Ribeirão Tangará em Cornélio Procópio, elaboraram uma proposta didática a partir do referido tema e do uso de geotecnologias.

A contribuição de Coaracy Eleutério da Luz desenvolve-se em dois segmentos. No primeiro, sobressaem-se as principais proposições teórico-metodológicas levantadas sobre a cidade ensinada nas aulas de Geografia, que contemplam desde as séries iniciais e finais do Ensino Fundamental até o Ensino Médio. A segunda parte do seu capítulo é o reconhecimento da potencialidade dos seus quadros de referências teórico-metodológicas para ensinar a cidade de Cornélio Procópio com as devidas adaptações, que evidenciam diferentes leituras da realidade espacial urbana procopense.

O capítulo de Carla Holanda da Silva, Waldiney Gomes de Aguiar, Ricardo Aparecido Campos e Hilário Helbe Junior tem como linha mestra, a Educação Ambiental para sensibilizar, conscientizar e mobilizar comunidades vulneráveis em Cornélio Procópio. Resultante de um projeto de extensão, que envolveu a comunidade local, escolas e autoridades municipais, descreve-se seu andamento e seus resultados, além de enfatizar a necessidade de mudanças positivas na relação entre sociedade e natureza.

No âmbito da Geografia da Fome, Vanessa Maria Ludka, Alan Pulcinelli Colmiran de Lima, Ana Julia Oliveira de Mello, Leandra Eduarda Fabri Rezende, Camila de Souza Pereira, Gustavo Henrique dos Santos Braga e Sérgio Augusto Pereira, analisam o impacto do Programa Bolsa Família no combate à fome e à pobreza no município de Cornélio Procópio.

Em outra contribuição para esta coletânea, Coaracy Eleutério da Luz traça um paralelo entre a produção espacial urbana de Cornélio Procópio ao longo do tempo e seu avanço sob áreas protegidas, demonstrado e analisado por meio de uma sequência de representações gráficas e cartográficas.

A violência em pequenas cidades é tratada por Pedro Henrique Carnevalli Fernandes a partir do seu capítulo estruturado em duas partes. Uma parte que discute conceitualmente a violência e a insegurança objetiva e, outra que mostra como o fenômeno se materializa na Microrregião de Cornélio Procópio.

O conjunto de capítulos, dessa coletânea, é uma amostra da robustez teórico-conceitual e analítica da ciência geográfica ao cumprir ativamente seu compromisso científico e social de analisar, interpretar e revelar o dinamismo do espaço geográfico de Cornélio Procópio nos diversos percursos temáticos aqui expostos.

Esperamos que os potenciais leitores desta obra, um público constituído por estudantes, docentes e profissionais da Geografia e de áreas afins, sejam estimulados para estas leituras geográficas sobre Cornélio Procópio. Então, fazemos aqui um convite aos nossos leitores e desejamos uma boa leitura!

Coaracy Eleutério da Luz e  
Vanessa Maria Ludka

(Organizadoras)



# A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO FORMA DE DESENVOLVER A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE: MATERIAIS DIDÁTICOS PARA A ABORDAGEM DO PARQUE ESTADUAL MATA SÃO FRANCISCO

Giovana Sanna Maia  
Jully Gabriela Retzlaf de Oliveira

## **Introdução**

Os problemas socioambientais é um dos fatores que reverberam na sociedade atual, o agravamento desses problemas vem causando danos à natureza por conta de ações mal conduzidas do homem a partir da apropriação e modificação do espaço. Entre um dos temas ambientais que vem sofrendo com este descaso é a Biodiversidade que se encontra ameaçada de forma mundial.

Diante disso é necessário perguntar: como promover a conservação da Biodiversidade nas aulas de Geografia, sob um olhar mais crítico, reflexivo e sensibilizador? Nesta perspectiva, a Educação Ambiental surge como uma ferramenta eficaz, uma vez que sua educação visa a tomada da consciência ao meio ambiente, sob um viés transformador, ao promover a conscientização, preservação, mudanças de hábitos e ações na resolução dos problemas ambientais.

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma revisão teórica sobre a Educação Ambiental e a conservação da Biodiversidade e, em específico visa apresentar materiais didáticos para abordagem da conservação da Biodiversidade presente no Parque Estadual Mata São Francisco - PEMSF, localizado entre os municípios de Santa Mariana e Cornélio Procópio, região Norte do estado do Paraná.

A pesquisa ora apresentada é de caráter qualitativo, com revisão bibliográfica, que segundo Gil (2008), é desenvolvida em materiais já elaborados como livros, artigos e revistas, oferecendo uma vantagem ao investigador como as múltiplas informações.

O encaminhamento metodológico se deu pelas seguintes etapas: 1) levantamento bibliográfico sobre os aspectos gerais da Educação Ambiental por meio dos autores: Dias (2000-2004), Viola (2012), Ribeiro (2010), Reigota (2001), Guimarães (2016), Loureiro (2006) e sobre a conservação da Biodiversidade por meio dos autores: Lemos (2016), Barbieri (2010), Ganem e Drummond (2011) e 2) elaboração e apresentação de materiais didáticos voltados para trabalhar a conservação da Biodiversidade presente no Parque Estadual Mata São Francisco, sendo eles: Jogo da Trilha “A Biodiversidade do Parque Estadual Mata São Francisco”; Dominó da Fauna e Flora do Parque Estadual Mata São Francisco e História: “Parque Estadual Mata São Francisco: Um pedacinho da Mata Atlântica no Norte do Paraná”.

## **Aspectos gerais da Educação Ambiental**

A década de 1960 marca, a nível mundial, as discussões sobre os problemas ambientais, expondo as consequências geradas pelo modelo de desenvolvimento econômico, como o aumento de poluição atmosférica; a grande perda da cobertura vegetal; o surgimento de inundações; e o desequilíbrio na biodiversidade (Dias, 2000).

De acordo com Dias (2004), uma das obras que ganha destaque na época é *Silent Spring* (1962), (*Primavera Silenciosa*), da escritora americana Rachel Carson, um clássico que aborda o movimento ambientalista, trazendo alertas mundiais do agravamento dos impactos ambientais, como o uso de pesticidas e poluentes químicos, que afetam o ecossistema e a qualidade de vida dos seres humanos. O livro de Carson é um marco histórico na defesa do meio ambiente, sendo o primeiro livro que faz alerta de forma mundial.

Com os problemas ambientais se agravando, surgem movimentos e grupos de manifestações na defesa do ambiente, visando alternativas que prezem a conscientização e a conservação da

natureza. Destacam-se movimentos desta natureza, na Grã-Bretanha na Universidade de Keele, em uma conferência, o termo Educação Ambiental – EA, em 1965, aparece como uma das soluções para reverter a degradação ambiental (Dias, 2000).

Em 1968, é fundado o “Clube de Roma”, por especialistas de vários países, que discutiam a atual crise ambiental de forma global. Deste evento foi gerado um relatório denominado “Os limites do Crescimento”, denunciando os impactos presentes e impactos que poderiam surgir, por conta do novo modelo econômico (Dias, 2004).

O relatório não agradou as grandes potências que pensavam em expandir seu capital, mas ajudou a Organização das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, a desenvolver a Conferência de Estocolmo, em 1972, na Suécia, que discutiu as questões ambientais com o foco de orientar a humanidade na prática da preservação e mudança de hábitos, para melhorar a qualidade de vida humana e ambiental (Dias, 2004).

De acordo com Dias (2000), esta conferência teve um papel importante na implementação da Educação Ambiental, originando no surgimento de políticas de gerenciamento ambiental e recomendando a criação de Programas Internacionais da Educação Ambiental, tendo esta como o principal elemento para o combate à crise ambiental.

Loureiro (2006) menciona que essa conferência impulsionou a Organização para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, junto ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, a elaborarem o Programa Internacional de Educação Ambiental - PIEA, sendo responsável por promover encontros regionais e nacionais.

A conferência de 1972 permitiu novos olhares a respeito dos problemas ambientais, sendo considerada um dos marcos históricos da luta pela preservação do meio ambiente, ajudando na implementação da EA, como uma das medidas urgentes a serem estabelecidas. Segundo Reigota (2001), essa conferência proporcionou uma maior visibilidade para a Educação Ambiental, expondo que:

Uma resolução importante da conferência de Estocolmo em 1972 foi a de que se deve educar o cidadão e a cidadã para a solução dos problemas

ambientais. Podemos então considerar que aí surge o que se convencionou chamar de educação ambiental (Reigota, 2001, p. 15).

Em 1975, ocorre a Conferência Internacional de Belgrado, na Iugoslávia. Promovida pela UNESCO, criando a Carta de Belgrado, com formulação de princípios e orientações para um programa internacional de Educação Ambiental. Este documento menciona o exercício de uma nova ética global para a diminuição de fatores que colaboravam com o declínio da sociedade e do meio ambiente (Dias, 2000).

Outra conferência importante é a de Tbilisi, realizada em 1977, na Geórgia, a primeira conferência Intergovernamental sobre a EA, que resultou em inúmeros encontros internacionais para tomada da consciência da população mundial sobre as questões ambientais. Esta conferência define, também os princípios, objetivos e características da EA. Orienta que os indivíduos devem compreender a natureza por meio de conhecimentos, valores, comportamentos e habilidades, buscando por soluções dos problemas ambientais (Dias, 2000).

No ano de 1987, foi criada na Assembleia da ONU, na Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – (CMMAD, 1991), o relatório de Brundtland. Esse relatório traz uma visão crítica do modelo de desenvolvimento adotado pela sociedade pelo uso excessivo dos recursos naturais, tendo como objetivo propor um desenvolvimento sustentável mencionando que: “O desenvolvimento Sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p.46).

Já em 1992, ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente – CNUMA, na cidade do Rio de Janeiro, ficando conhecida como Rio-92, um marco para a história da Educação Ambiental brasileira. Esta Conferência foi fundamental para a criação de documentos como a Agenda-21, que dedica o capítulo 38, sobre a promoção da educação, da consciência política e do treinamento e de ações que visem a conservação e proteção dos ecossistemas da Terra. A partir deste movimento foi elaborado o

Tratado da Educação Ambiental, estabelecendo que essa educação é um processo permanente para a construção cidadã (Guimarães, 2016).

Entre as conferências que fazem parte da iniciativa de um Desenvolvimento Sustentável, destaca-se a Rio+10, ocorrida em Johannesburgo, na África do Sul, em 2002, surgindo também com a proposta de avaliar o que havia sido realizado pelos países para alcançar os objetivos propostos na Rio-92. Discute assuntos pertinentes, como a necessidade de promover o desenvolvimento econômico e social, das mudanças dos padrões de consumo e proteção dos recursos naturais (ONU, 2002).

Em 2012, ocorre a declaração final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, conhecida como “O Futuro que Queremos”. Esta incentiva as metas mencionadas anteriormente pelas conferências, orientando na proteção e cuidado com a biodiversidade, mudanças climáticas, trazendo temas como economia verde, erradicação da pobreza e desenvolvimento sustentável (Brasil, 2012).

Para Viola (2012), a Rio+20 apresentou uma agenda menos ambiciosa, assim o autor conclui que nos últimos 20 anos, desde a Rio-92, a comunidade internacional foi negligente, ignorando o debate importante sobre um futuro mais sustentável, ficando nítido a distância entre as necessidades do planeta com a governança ambiental global.

Apesar do não comprometimento de alguns países com um futuro sustentável, a realização de todas essas conferências ao longo da história ambiental, se demonstram grandes articuladores de um processo que deve ser contínuo e permanente que é a atuação da Educação Ambiental.

Dessa forma, serão abordados os conceitos da Educação Ambiental de acordo com alguns autores, para melhor compreender os seus ideais, objetivos e a sua importância na vida e na formação cidadã. Dias (2000) conceitua a Educação Ambiental da seguinte forma:

Como um processo permanente pelo qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem o conhecimento, os valores, as habilidades, as experiências e a determinação que os tornam aptos a agir de forma individual ou coletiva para resolver os problemas ambientais presentes e futuros (Dias, 2000, p. 148).

Para Loureiro (2006), a Educação Ambiental tem um viés transformador, cuja finalidade é promover mudanças individual e coletiva, locais e globais, estruturais e conjunturais, econômicas e culturais. Assim, para o autor, a EA é uma educação transformadora enquanto práxis-social, que contribui na construção de uma sociedade vinculada a novos modos civilizatórios e societários.

Reigota (2001) conceitua a Educação Ambiental como uma educação que foca na reflexão, no debate e na autotransformação das pessoas e da realidade social e que tem como meta a sustentabilidade, um processo de aprendizagem permanente, buscando o respeito a todas as formas de vida.

Neste contexto, Reigota (2001) define os objetivos da Educação Ambiental, sendo eles: 1) Conscientização: que proporciona a consciência sobre o meio ambiente e a noção dos problemas; 2) Conhecimento: que é saber e perceber os problemas ambientais, para adquirir uma responsabilidade crítica; 3) Comportamento: que busca adquirir sentido dos valores sociais para estabelecer a proteção e qualidade ambiental; 4) Competência: proporcionar aos indivíduos o alcance das soluções dos problemas ambientais; 5) Capacidade de avaliação: avalia as medidas e programas relacionados com o meio ambiente; e 6) Participação: cujo objetivo é levar o indivíduo perceber a responsabilidade na busca por soluções dos problemas ambientais, conduzindo a ação imediata e agindo em favor da qualidade ambiental da conservação e preservação.

Ressalta-se que os objetivos da EA não podem ser definidos sem levar em conta as realidades econômicas, social e ecológica (Dias, 2000).

Encaminhando para uma conclusão deste item, destaca-se que os problemas ambientais planetários, estão cada vez mais agravados, fruto do modelo civilizatório atual, suscitando maior debate e estudos

relativos às questões ambientais, como por exemplo, a conservação da biodiversidade, assunto que será melhor discutido no tópico seguinte, bem como ampliação das ações de Educação Ambiental em espaços formais e não formais de ensino.

## **A conservação da biodiversidade**

A Biodiversidade é o termo usado para a imensa quantidade de formas de vida presente na Terra, envolve a existência de diferentes espécies de bilhões de anos, sejam elas plantas, animais, microrganismos entre outras. O planeta Terra abriga cerca de 2 milhões a 10 milhões de espécies onde muitas não são identificadas, todas fazendo parte do mesmo ecossistema (Convenção Sobre Diversidade Biológica, 2006).

Para Lemos (2016), a Biodiversidade é a diversidade de vida na terra, relacionado a um ecossistema de espécies e recursos genéticos, onde a conservação não envolve apenas a proteção das diferentes espécies, mas a proteção de seu ecossistema dos quais elas fazem parte.

Dessa forma, a função ecossistêmica da Biodiversidade seria o envolvimento da interação de todas as espécies sob o seu meio, atuando como uma unidade funcional (Brasil, 2000). É uma relação direta que contribui na regulação do clima, na proteção e manutenção da vida do solo, fundamental para o processo de fotossíntese e liberação de oxigênio na atmosfera, além de dispor os recursos necessários para a matéria básica como alimentos, vestuário e medicamentos (Barbieri, 2010). Ou seja, essa atuação ecossistêmica acaba gerando várias funções diferentes que ajudam na manutenção e existência de todas as formas de vida.

Com base no Relatório de Avaliação Ecossistêmica do Milênio, publicada em 2005 (Millennium Ecosystem Assessment, 2005), os serviços ecossistêmicos podem ser classificados em quatro categorias: 1) de provisão - recursos obtidos da natureza como comida, água, madeira, fibra...; 2) de regulação - benefícios que as pessoas adquirem pela regulação do ecossistema proveniente dos seres vivos como

regulação do clima, de doenças; 3) culturais - são benefícios que as pessoas adquirem pelo contato com uma natureza equilibrada, contribuindo para as relações sociais, como educacional, recreativo e; 4) de suporte - que atua como uma função ecossistêmica, como a ciclagem de nutrientes, formação do solo, produção primária, ciclagem de água entre outras.

Diante das funções ecossistêmicas da Biodiversidade, promover a conservação da biodiversidade se faz necessário e urgente. Para os autores Ganem e Drummond (2011), essa conservação deve estabelecer ações que assegurem esse frágil sistema, por meio de restrições na exploração dos recursos naturais como no desenvolvimento das atividades produtivas. Com isso Barbieri (2010), explica que a conservação da biodiversidade está ligada, de forma direta, com o próprio desenvolvimento econômico expondo que:

O grande valor da biodiversidade justifica investimentos visando sua conservação, sobretudo, em razão do seu potencial para a biotecnologia atual, especialmente na engenharia genética, e para a geração de novas culturas alimentícias e industriais. Portanto, a biodiversidade também traz benefícios econômicos, o que representa mais um incentivo para sua conservação (Barbieri, 2010, p. 9).

Existem várias maneiras de fazer a conservação da Biodiversidade, entre elas o Ministério do Meio Ambiente (Brasil, 2000) traz a conservação (*in situ*), que visa manter a existência de espécies em seu meio de moradia. Propõe um desenvolvimento mais sustentável em áreas adjacentes ou protegidas, visando a recuperação dos ecossistemas degradados, de espécies que estão ameaçadas e a implementação de planos e estratégias voltadas para essa conservação.

A outra forma de conservação seria a (*ex situ*), sendo uma conservação fora do *habitat* natural de origem de determinada espécie, uma proteção voltada mais para espécies que se encontram em risco de extinção. Busca medidas de recuperação e regeneração das espécies que estão ameaçadas, focando em uma devolutiva para seu *habitat* assim que recuperadas (Brasil, 2000).

A própria Educação Ambiental se torna uma das maneiras para promover a conservação da Biodiversidade, pois como mencionado no tópico anterior, essa educação preza por um ambiente equilibrado, buscando soluções para resolver os problemas socioambientais.

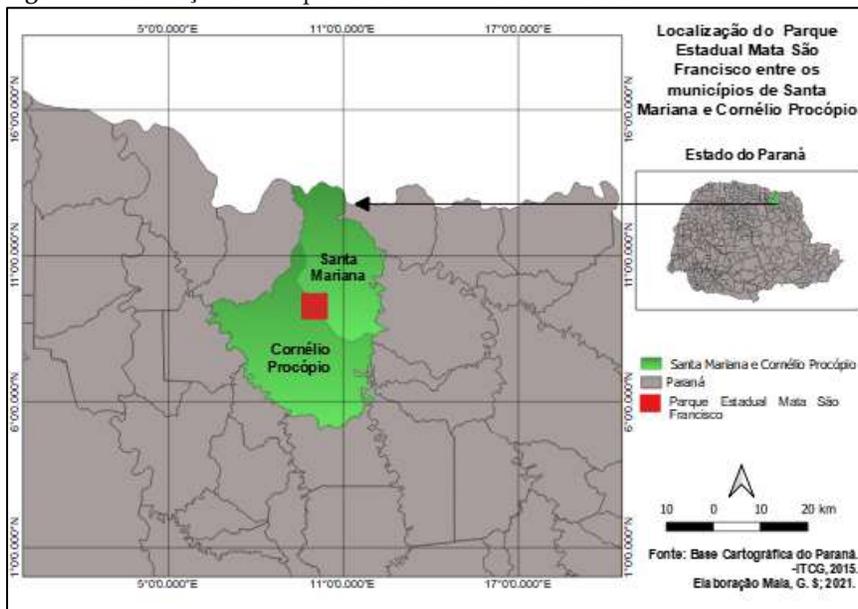
Finalmente, com base nos apontamentos teóricos deste trabalho, acredita-se que a abordagem da Biodiversidade, nas aulas de Geografia da Educação Básica, seja viável e necessária, sobretudo, vinculada a atividades de Educação Ambiental. Dessa forma, foram criados alguns materiais didáticos referentes à conservação da Biodiversidade para serem utilizados na Geografia Escolar, para trabalhar a conservação da Biodiversidade do Parque Estadual Mata São Francisco, sendo estes apresentados no tópico seguinte.

### **A Educação Ambiental para conservação da biodiversidade: materiais didáticos para o Parque Estadual Mata São Francisco**

O Parque Estadual Mata São Francisco - PEMSF é uma Unidade de conservação - UC que abriga a Floresta Estacional Semidecidual (Paraná, 2015). De acordo com Maack (1968), essa formação de floresta cobria todo o planalto paranaense se localizando abaixo de 500m de altitude, desenvolvidas pelas férteis terras roxas, destacando-se pela fertilidade dos solos.

O PEMSF está localizado na região Norte do estado do Paraná (Figura 1), entre os municípios de Santa Mariana e Cornélio Procópio, às margens da BR-369 (Figura 2). Essa Unidade de Conservação preserva um dos poucos remanescentes da floresta Atlântica, sendo criada pelo Decreto nº 4.333, em 5 de dezembro de 1994, com uma área de 832,5768 hectares (Paraná, 2015).

**Figura 1:** Localização do Parque Estadual Mata São Francisco



Fonte: Maia (2021).

**Figura 2:** Vista Aérea do Parque Estadual Mata São Francisco



Fonte: Google Maps (2021).

As diversidades de espécies presentes no PEMSF são representativas da Mata Atlântica, sendo encontradas nas regiões Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste do País, atingindo o Estado do Paraná (Paraná, 2015).

O bioma da Mata Atlântica é caracterizado por abrigar grande diversidade, com um expressivo número de fauna e flora, por isso, é considerado o segundo maior bioma, em riqueza de espécies, exercendo várias funções ecológicas apesar de ser um dos biomas mais desmatado, perdendo grande parte de sua cobertura original, restando apenas 8% (Paraná, 2015).

O PEMSF é um local de refúgio para as espécies da Mata Atlântica, mas, por conta de sua extensão limitada, dificulta a garantia da sobrevivência de algumas espécies, em longo prazo, como os mamíferos que são de porte maior e necessitam de áreas mais extensas para sobreviverem e se reproduzirem (Paraná, 2015). Do mesmo modo, as lavouras presentes no entorno do parque, acabam gerando alguns impactos por conta do uso de agrotóxico, o que compromete a flora, fauna e o sistema que conecta o córrego d'água das Araras (Paraná, 2015).

Algumas espécies da fauna do PEMSF estão em perigo de extinção como a paca, macuco, gato-maracajá, macaco-prego e o bugio. Outras espécies foram classificadas como vulneráveis, sendo ameaçadas como a onça-parda, jaguatirica, cutia, gato-do-mato-pequeno e tapiti (Paraná, 2015). No contexto da flora, existe uma grande diversidade de espécies vegetais no PEMSF, entre elas estão em perigo o cedro-rosa e a peroba-rosa e, em vulnerabilidade, o ipê-felpudo (Paraná, 2015).

Apesar disso, o PEMSF tem uma alta resiliência ecológica, uma vez que tal resiliência se dá pela vida animal e vegetal presente nesse *habitat* (Paraná, 2015). Situação que incentiva o desenvolvimento de ações e práticas de Educação Ambiental que promovam a conservação de sua Biodiversidade. Nesse contexto, serão apresentados alguns materiais didáticos para trabalhar a temática no tópico seguinte.

## **Material didático 1 – Jogo da trilha “A biodiversidade do Parque Estadual Mata São Francisco”**

**Descrição do jogo:** O jogo da trilha “A Biodiversidade do Parque Estadual Mata São Francisco”, consiste em um jogo de tabuleiro, cuja missão de cada participante é levar um animal perdido no entorno do PEMSF, novamente ao seu *habitat* natural no interior da UC. Para tanto, cada participante deverá percorrer a trilha que se inicia no entorno do parque e finaliza na entrada da Unidade de Conservação.

**Objetivo do jogo:** desenvolver o raciocínio; despertar a atenção e curiosidade; revisar e fixar o conteúdo relativo à Biodiversidade presente no Parque Estadual Mata São Francisco; desenvolver uma consciência ambiental a respeito da conservação da Biodiversidade presente no Parque; sensibilizar a respeito dos problemas socioambientais ligados à manutenção da Biodiversidade.

**Participantes:** até 10 pessoas (cada um representando um animal: Onça-Parda, Gato do mato pequeno, Gato Maracajá, Jaguatirica, Paca, Macaco-prego, Bugio, Macuco, Tapiti, espécie de coelho e Cutia).

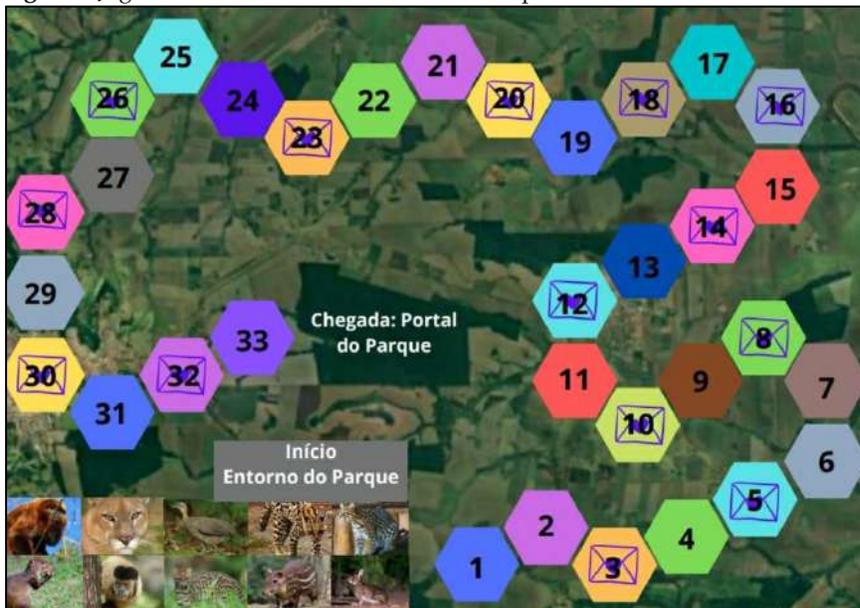
**Tabuleiro:** tabuleiro com 33 casas interligadas (Figura 3), percorrendo o entorno do Parque Estadual Mata São Francisco até a sede.

**Cartas com perguntas:** 24 cartas no total. 10 referentes à cada animal do jogo.

**Regras do jogo:** para começar o jogo, cada aluno deverá escolher o animal para ser resgatado e levado novamente ao PEMSF. Inicialmente, os jogadores deverão jogar o dado para definir a ordem de ingresso à trilha (começa a trilha, o jogador que tirar número maior no dado, e o restante segue em ordem decrescente). Todos os jogadores deverão começar a trilha pela casa início – “Entorno do Parque”. Antes de iniciar a trilha cada jogador deverá ler a carta informativa referente ao animal que está representando (Figura 4). Para percorrer e avançar na trilha, os

jogadores deverão responder às perguntas distribuídas ao longo do percurso nas casas de número: 3, 5, 8, 10, 12, 14, 16, 18, 20, 23, 26, 28, 30 e 32 (Figura 5). Cada jogador, no seu turno, deverá responder à pergunta referente à casa que está parado, caso ele acerte seguirá para a próxima pergunta na rodada seguinte, caso erre, ficará uma rodada sem jogar, só podendo seguir no jogo após acertar a pergunta referente à casa em que está parado. Neste jogo, não há um único ganhador, todos os participantes devem levar seu animal de volta ao parque, finalizando o jogo, o participante que chegar na casa chegada - “Portal do Parque”, após responder a todas as questões da trilha. Ao concluir a trilha, o participante ganha o título de “guardião do parque”.

Figura 3: Jogo da Trilha: “A Biodiversidade do Parque Estadual Mata São Francisco”



Fonte: As autoras (2021).

Figura 4: Cartas Informativas dos Animais



#### Carta Informativa sobre a Paca

A Paca é uma espécie de roedor que tem hábitos noturnos, podendo ser encontrada nas florestas tropicais perto de lagos e rios pois adora se banhar nas águas. Mora em buracos no chão e sua alimentação é de frutos, folhas, sementes e raízes de plantas. Sendo outra espécie importante para manter o equilíbrio do ecossistema do PEMSf local em que vive. Está em ameaça pela caça ilegal por caçadores que apreciam a sua carne, não respeitando a idade, sexo e período de reprodução deste animal.

#### Carta Informativa sobre o Macuco

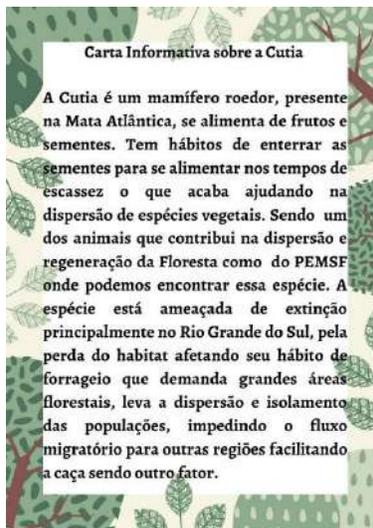
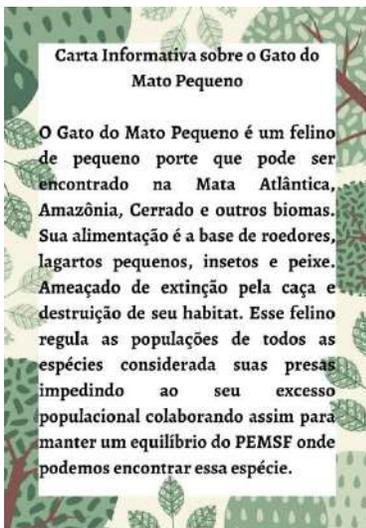
O macuco é uma espécie de ave presente no continente sul-americano sendo encontrado na Mata Atlântica. Sua alimentação é de sementes, frutas, insetos e vermes. É uma das espécies de grande importância para a manutenção do ecossistema do PEMSf, onde ocorre sua presença ajudando na dispersão das sementes e crescimento da floresta. É ameaçada de extinção por causa do desmatamento, pois a ave não se adapta à mata secundária que apresenta densa vegetação rasteira, impedindo a visão e o deslocamento da ave.

#### Carta Informativa sobre o Gato-Maracajá

O Gato-Maracajá é uma espécie de felino de pequeno porte, que se encontra na América Central e na América do Sul como na Amazônia e no Bioma da Mata Atlântica nas regiões Sul e Sudeste podendo ser encontrado no PEMSf. Este animal tem hábitos noturnos e solitário, sua alimentação constitui de roedores, esquilos, aves e também de frutos. Infelizmente é outra espécie ameaçada de extinção devido a perda de seu habitat e a caça ilegal.

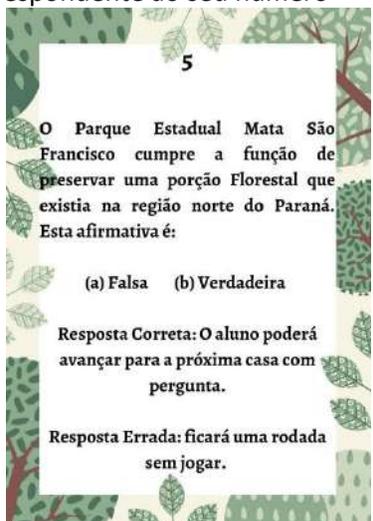
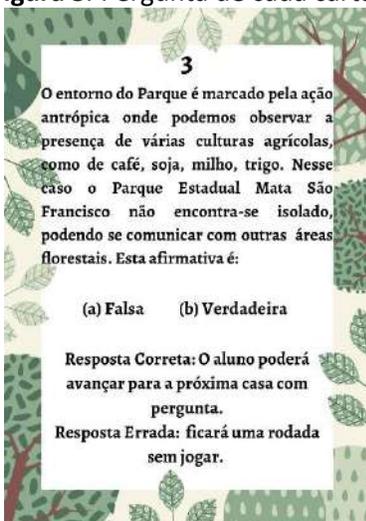
#### Carta Informativa sobre o Tapiti

O Tapiti também conhecido como coelho do mato, é um animal presente na Mata Atlântica podendo ser encontrado no PEMSf. Este animal apresenta hábitos noturnos e se alimenta de gramíneas, brotos e insetos. Infelizmente sua população está sendo reduzida em várias regiões pela destruição de seu habitat e por ser muito caçado devido ao alto apreço gastronômico por sua carne, tornou-se raro em algumas regiões do Estado e também para criação como animais domésticos.



Fonte: As autoras (2021).

**Figura 5:** Pergunta de cada carta correspondente ao seu número



8

A conservação da Biodiversidade é importante pois garante serviços ecossistêmicos com a interação de plantas, animais e microorganismos. Juntos fornecem os serviços essenciais para a vida humana, como: a ciclagem de nutrientes; disponibilizam alimentos, água, solo fértil, contribuem na regulação do clima; desastres naturais, contribuem nas nossas relações sociais como lazer, recreação e bem-estar pelo contato com a natureza. Esta afirmativa é:

(a) Falsa (b) Verdadeira

Resposta Correta: O aluno poderá avançar para a próxima casa com pergunta.

Resposta Errada: ficará uma rodada sem jogar.

10

Pau d'álho, é o nome de uma árvore presente no Parque Estadual Mata São Francisco, tendo como característica o cheiro de alho. Essa espécie é usada de forma medicinal como chá através de suas raízes, folhas e casca para tratamento de úlceras e para gripe. E ajuda na recuperação de áreas degradadas a partir do seu plantio. Sendo assim essa espécie da flora é insignificante para a vida humana e natural. Esta afirmativa está:

(a) Falsa (b) Verdadeira

Resposta Correta: O aluno poderá avançar para a próxima casa com pergunta.

Resposta Errada: ficará uma rodada sem jogar.

12

O Parque Estadual Mata São Francisco tem a ocorrência de aves como o macuco, o jacuaçu, murucututu uma espécie de coruja, a coruja da Igreja, o tucano-toco, o canário da mata entre outras espécies da avifauna que desempenham um papel importante de polinização de plantas, dispersão de sementes e controle de pragas, sendo funções essenciais para a manutenção do meio ambiente do parque. Diante disso é nosso papel preservar, conservar e respeitar a natureza, mantendo sempre esse ambiente equilibrado. Esta afirmativa está:

(a) Falsa (b) Verdadeira

Resposta Correta: O aluno poderá avançar para a próxima casa com pergunta.

Resposta Errada: ficará uma rodada sem jogar.

14

Podemos afirmar que a Biodiversidade é:

A biodiversidade é o termo usado para a imensa quantidade de formas de vida presente na Terra, envolve a existência de diferentes espécies de bilhões de anos seja elas plantas, animais ou microorganismos onde todas fazem parte do mesmo ecossistema. Esta afirmativa é:

(a) Falsa (b) Verdadeira

Resposta Correta: O aluno poderá avançar para a próxima casa com pergunta.

Resposta Errada: ficará uma rodada sem jogar.

16

Os animais presentes no Parque Estadual Mata São Francisco tais como a Onça-Parda, o Gato do mato pequeno, o Gato Maracajá, a Jaguatirica, a Paca, o Macaco-prego, o Bugio, o Macuco, o Tapiti e a Cutia, estão em perigo de extinção, por causa de fatores como a destruição de seus habitats, caça ilegal, queimadas e a expansão agrícola. Assim uma das maneiras de resolver esse problema seria através de ações como o consumo exagerado, a não preservação dos recursos naturais, dar prioridade cada vez maior para a expansão agrícola/urbana? Essa afirmativa está:

- (a) Verdadeira (b) Falsa

Resposta Correta: O aluno poderá avançar para a próxima casa com pergunta.

Resposta Errada: ficará uma rodada sem jogar.

18

Sobre a Unidade de Conservação Parque Estadual Mata São Francisco indique a alternativa verdadeira.

- a) No PEMS F é comum encontrar várias Araucárias.  
b) O PEMS F está conectado a outros corredores ecológicos.  
c) O surgimento do PEMS F ocorreu pela destruição do bioma Cerrado.  
d) O PEMS F abriga espécies da fauna e flora do Bioma da Mata Atlântica que foi muito desmatado.

Letra A; Letra B; Letra C; Letra D

Resposta Correta: O aluno poderá avançar para a próxima casa com pergunta.

Resposta Errada: ficará uma rodada sem jogar.

20

Sobre a fauna e flora do PEMS F, indique a alternativa falsa.

- a) As árvores Pau d'álho, Peroba-rosa, Ipê, Cedro-rosa são encontrados no PEMS F.  
b) No PEMS F são encontrado espécies de anfíbios como sapo-cururu, rã de-bigode e rã-goteira que são espécies irrelevantes para a manutenção ecológica do parque.  
c) O PEMS F tem a ocorrência de répteis como cobra-verde, lagartixa de parede, cascavel e jararaca, sendo um local de refúgio para essas espécies da fauna.

Letra A; Letra B; Letra C

Resposta Correta: O aluno poderá avançar para a próxima casa com pergunta.

Resposta Errada: fique uma rodada sem jogar.

23

A prática da conservação é a técnicas que busca a utilização racional dos recursos naturais, visando para uma sustentabilidade desses recursos, que permite seu uso mas garante sua renovação.

Assim a conservação da natureza centra-se na manutenção do bom estado do ambiente natural, incluindo a fauna, a flora, os recursos minerais, a paisagem, os habitats e a biodiversidade, sendo uma das maneiras de assegurar a vida existente no PEMS F?

Esta afirmativa é:

- (a) Falsa (b) Verdadeira

Resposta Correta: O aluno poderá avançar para a próxima casa com pergunta.

Resposta Errada: fique uma rodada sem jogar.

26

O Parque Estadual Mata São Francisco se torna um local de refúgio para as espécies da Mata Atlântica, mas, por conta do seu tamanho limitado, dificulta a garantia da sobrevivência de algumas espécies em longo prazo como os mamíferos que são de porte maior e necessitam de áreas mais extensas para sobreviverem e se reproduzirem. Esta afirmativa é:

(a) Falsa (b) Verdadeira

Resposta Correta: O aluno poderá avançar para a próxima casa com pergunta.  
Resposta Errada: fique uma rodada sem jogar.

28

No Estado do Paraná ocorre uma diversidade vegetal como a Floresta Ombrófila Densa, a Floresta Ombrófila Mista, a Floresta Estacional Semidecidual, além de áreas florestais como campos e cerrados. O Parque Estadual Mata São Francisco abriga a Floresta Estacional Semidecidual, preservando um dos poucos remanescentes da Mata Atlântica. Esta afirmativa é:

(a) Falsa (b) Verdadeira

Resposta Correta: O aluno poderá avançar para a próxima casa com pergunta.  
Resposta Errada: fique uma rodada sem jogar.

30

As lavouras presentes no entorno do parque acabam gerando alguns impactos por conta do uso do agrotóxico. Mas esses impactos não prejudicam ou compromete a flora e fauna presente no Parque Estadual Mata São Francisco e não colocam em risco a manutenção do ecossistema presente no Parque. Esta afirmativa é:

(a) Falsa (b) Verdadeira

Resposta Correta: O aluno poderá avançar para a próxima casa com pergunta.  
Resposta Errada: fique uma rodada sem jogar.

32

Preservar e conservar a biodiversidade constitui uma das condições básicas para manter os ambientes equilibrados. Assim, qual das alternativas é verdadeira.

a) É um dever Regional conservar a biodiversidade, porque o desaparecimento das espécies só ocorre em algumas regiões.  
b) É um dever apenas dos países desenvolvidos conservar a biodiversidade porque já destruirão quase todas as suas florestas para o desenvolvimento do setor industrial.  
c) É um dever de todos cuidar e conservar a biodiversidade, pois ela oferta os recursos básicos que necessitamos.

Letra A; Letra B; Letra C

Resposta Correta: O aluno poderá avançar para a próxima casa com pergunta.  
Resposta Errada: fique uma rodada sem jogar.

Fonte: As autoras (2021).

## Material didático 2 – Jogo do dominó da fauna e flora do Parque Estadual Mata São Francisco

**Descrição do jogo:** O Dominó da Fauna e Flora do Parque Estadual Mata São Francisco (Figura 6), consiste em encaixar peças de animais e plantas que ocorrem na Floresta Etacional

Semidecidual, presente no PEMSF, pertencente ao Bioma da Mata Atlântica.

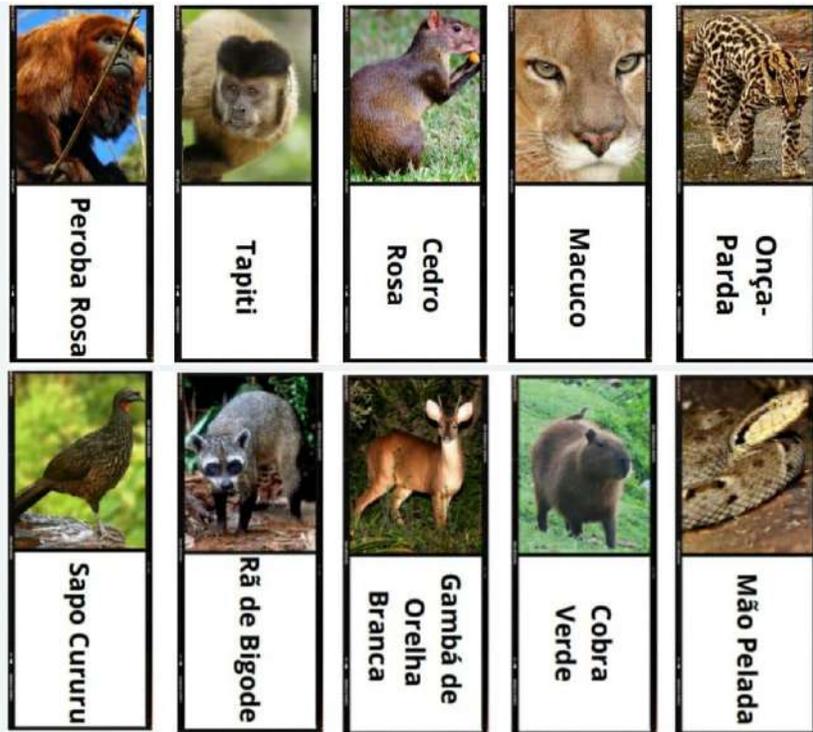
**Objetivo do jogo:** desenvolver a memória, a concentração, o raciocínio lógico e a percepção visual; revisar os conteúdos relativos à Biodiversidade do Parque Estadual Mata São Francisco.

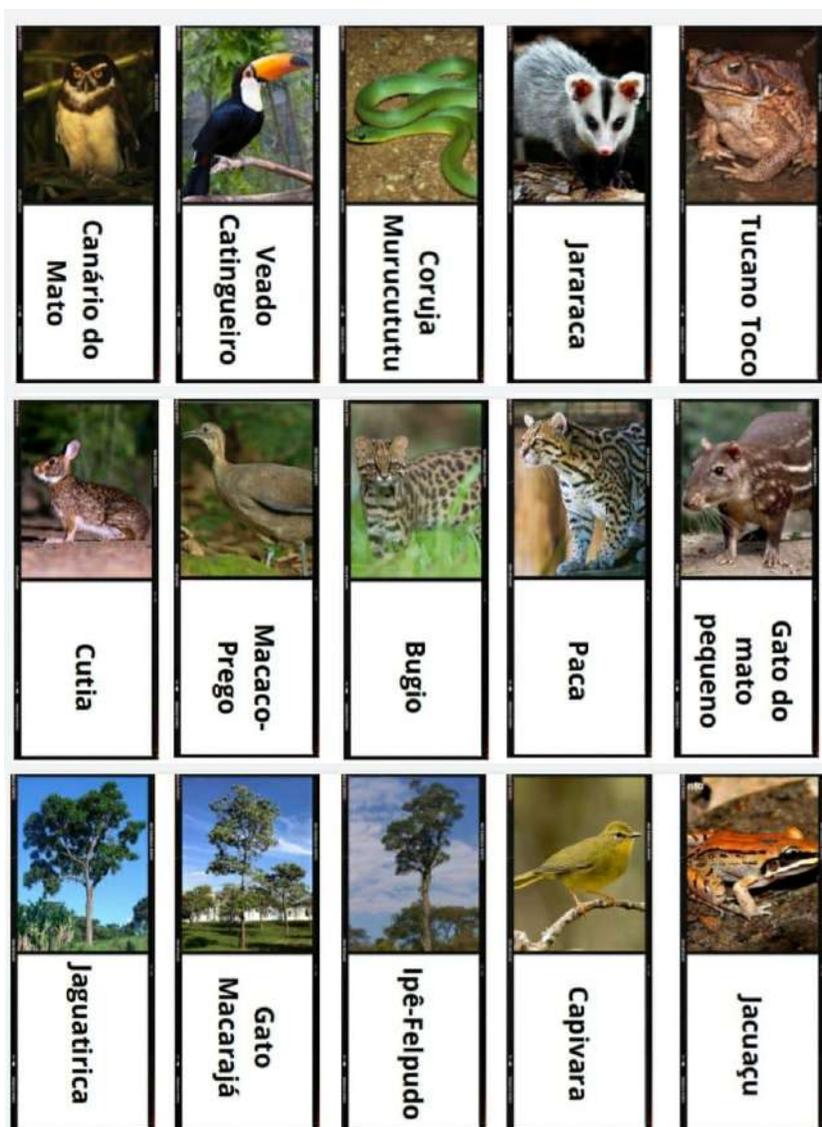
**Participantes:** 02 pessoas.

**Peças:** 25

**Regras do jogo:** inicialmente, os alunos deverão determinar quem começa o jogo (pode ser no par ou ímpar, ou quem tirar o número maior no dado). Cada jogador recebe 3 peças, quando começa a rodada. As peças restantes ficam na reserva para serem compradas. Primeiramente, vira uma peça da reserva para dar início ao jogo e servir de peça central, depois, cada jogador, no seu turno, deve associar as imagens com as palavras em uma das 2 extremidades abertas, encaixando o nome do animal à imagem correspondente. Quando o jogador coloca sua pedra sobre a mesa, seu turno se acaba e passa-se ao jogador seguinte. Se o jogador não tiver a peça para encaixar, deverá “comprar” da reserva. Se não houver peças na reserva, passará o turno ao jogador seguinte. A partida continua com os jogadores, colocando suas peças sobre a mesa, até que um jogador coloque sua última peça na mesa, essa ação é chamada de bater.

**Figura 6:**Peças do Dominó da Fauna e da Flora do Parque Estadual Mata São Francisco





Fonte: As autoras (2021).

### Material didático 3 – Livro infantojuvenil

Neste tópico, indica-se como material didático, o livro infantojuvenil *Parque Estadual Mata São Francisco: um pedacinho da mata*

*Atlântica no Norte do Paraná* (2022), de Giovana Sanna Maia e July Gabriela Retzlaf de Oliveira. (Figura 7).

O livro aborda o surgimento do Parque Estadual Mata São Francisco, localizado na região Norte do estado do Paraná. Na obra, o macaco Bugio e seus amigos presenciam a destruição do bioma da Mata Atlântica e a criação de uma Unidade de Conservação, e finalizam discutindo formas de conservação da biodiversidade local.

Na obra, as autoras buscam apresentar o contexto histórico de criação do Parque Estadual Mata São Francisco; desenvolver um posicionamento a respeito dos problemas ambientais causados pelas ações antrópicas e estimular mudanças de hábito, visando a conservação da biodiversidade.

**Figura 7:** Capa do livro *Parque Estadual Mata São Francisco: Um Pedacinho da Mata Atlântica no Norte do Paraná*



Fonte: Maia e Oliveira (2022)

Os materiais criados e apresentados, neste tópico, permitem trabalhar diversas temáticas como: a importância da Biodiversidade; objetivos de uma Unidade de Conservação; as funções ecossistêmicas;

a importância do Parque Estadual Mata São Francisco; as funções ecológicas das espécies; a composição dos componentes faunísticos e florísticos do Parque Estadual Mata São Francisco; a destruição da natureza por ações antrópicas inadequadas e a conservação da Biodiversidade.

### **Considerações finais**

Em revisão teórica realizada neste capítulo, apurou-se que a Educação Ambiental consiste em um processo permanente de ensino para a tomada de consciência do indivíduo com o seu meio ambiente, visando atitudes comprometidas como mudança de hábitos, valores e conhecimentos necessários para agir a favor deste meio, buscando alternativas capazes de solucionar os problemas ambientais.

Pensando na importância da Educação Ambiental, para um futuro mais sustentável, acredita-se que a abordagem da conservação da Biodiversidade em sala de aula, seja importante e urgente envolvendo, sobretudo, temas geradores ambientais que fazem parte do cotidiano dos alunos.

Para tanto, foram elaborados materiais didáticos voltados para trabalhar a conservação da Biodiversidade em sala de aula, contextualizando a Biodiversidade presente no Parque Estadual Mata São Francisco, tais como o Jogo da Trilha: “A Biodiversidade do Parque Estadual Mata São Francisco”; o Jogo do Dominó da Fauna e da Flora do Parque Estadual Mata São Francisco e a narrativa: *Parque Estadual Mata São Francisco: Um pedacinho da Mata Atlântica no Norte do Paraná*.

Tais materiais didáticos foram pensados como forma de inspirar os professores na criação de seus próprios materiais didáticos, levando em consideração a realidade vivenciada pela turma na escala local e regional, podendo até mesmo envolver a turma nas etapas de produção para melhor se enquadrar com a realidade do educando.

## Referências

- BARBIERI, E. Biodiversidade: a variedade de vida no planeta Terra. *In: Instituto de Pesca, Agência Paulista de tecnologia dos Agronegócios*. Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, 2010.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Convenção sobre diversidade biológica**. Brasília, 2000.
- BRASIL. **Ministério do Meio Ambiente**. Declaração Final da Conferência das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20): O futuro que queremos. 2012. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/61AA383'5/O-Futuro-que-queremos1.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2021.
- CMMAD. Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1991. Convenção sobre Diversidade Biológica. **Panorama da Biodiversidade Global 2**. Montreal, 2006, 81 p.
- DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 6 ed. ver. e ampl. pelo autor. São Paulo: Gaia, 2000.
- DIAS, G. F. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, 2004.
- GANEM, R. S.; DROMMONT, J. A. Biologia da Conservação: as bases científicas da proteção da biodiversidade. *In: GAMEM, R. S. (org.) Conservação da Biodiversidade legislação das políticas públicas*. Brasília: Câmara dos Deputados. Edições Câmara, 2011, p 11-46.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GUIMARÃES, M. Por uma Educação Ambiental Crítica na Sociedade Atual. **Revista Margens** [S.l.], v. 7, n. 9, p. 11-22, maio 2016. ISSN 1982-5374. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/2767>>. Acesso em: 25 abr. 2021. doi:<http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v7i9.2767>.
- LEMOS, C. C. Desenvolvimento Sustentável e Biodiversidade: Conceitos e Estratégias para o Planejamento. *In: CASTRO, C. M.;*

LEMOS, C. C. **Planejamento Ambiental**. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2016, p. 71-95.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MAACK, R. **Geografia física do Estado do Paraná**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.

MAIA, G. S.; OLIVEIRA, J. G. R. **Parque Estadual Mata São Francisco: um pedacinho da Mata Atlântica no Norte do Paraná**. Pará de Minas, MG: Virtual Books Editora, publicações 2022.

MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT. **Relatório Síntese de Avaliação Ecosistêmico do Milênio**. 2005. Disponível em: <<https://www.millenniumassessment.org/documents/document.446.aspx.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2021.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração de Johannesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável: das nossas origens ao futuro**. 2002. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/07/unced2002.pdf>>. Acesso em: 16 jun.2021.

PARANÁ. Instituto Ambiental do Paraná. **Plano de Manejo do Parque Estadual Mata São Francisco**. 2015. Disponível em: <[http://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos\\_restritos/files/documento/2020-07/Plano\\_Manejo\\_Vol\\_1\\_MSF.pdf](http://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos_restritos/files/documento/2020-07/Plano_Manejo_Vol_1_MSF.pdf)>. Acesso em: 08 set. 2021.

REIGOTA, M. **O que é Educação Ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2001. (Coleção Primeiros Passos).

VIOLA, E. Os limiares planetários, a Rio+20 e o papel do Brasil. **Cadernos EBAPE. BR**, Rio de Janeiro, v.10, n. 3, 1 set. 2012.

# ANÁLISE DA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DAS ESCOLAS ESTADUAIS DO PARANÁ NO MUNICÍPIO DE CORNÉLIO PROCÓPIO - PR

Elvyo Henrique de Moraes  
Sérgio Augusto Pereira

## **Introdução**

Há em Cornélio Procópio uma organização espacial das escolas estaduais que foi se arranjando espacialmente ao longo do tempo. Essa organização, apesar de apresentar uma ordem, ela pode se materializar em desordem para alguns indivíduos. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é analisar a organização espacial das escolas estaduais do município de Cornélio Procópio - PR.

Metodologicamente, esta pesquisa foi elaborada por meio de pesquisa bibliográfica, coleta de dados secundários no site Consulta Escolas da Secretaria de Educação do estado do Paraná, tabulação dos dados e elaboração da cartografia, por meio do *software* QGIS 3.14.15.

Esta pesquisa foi estruturada em três momentos. Primeiramente, apresenta-se a metodologia empregada na pesquisa. Em um segundo momento, discorre-se sobre a fundamentação teórica do estudo, discutindo e relacionando os conceitos de espaço geográfico e organização espacial. Por fim, traz os resultados obtidos com a pesquisa.

Desta forma, apresenta-se como principais resultados, a concentração de escolas em alguns bairros da área urbana do município de Cornélio Procópio, e a ausência de escolas em outros. Dessa forma, este trabalho sugere a criação de mais duas escolas

estaduais no município de Cornélio Procópio, uma na área central e outra no bairro Conjunto Fortunato Sibim.

## **Metodologia**

Para se discutir a organização espacial das escolas estaduais no município de Cornélio Procópio, foram utilizados como metodologia, os seguintes passos: pesquisa bibliográfica, coleta de dados no site Consulta Escolas da Secretaria de Educação do estado do Paraná, produção de mapas e análise dos dados.

Primeiramente, foi realizada a pesquisa bibliográfica, pautando-se em livros, capítulo de livros e artigos científicos, ancorando-se em autores tais como Milton Santos (1988, 2006), Marcelo Lopes de Souza (2013) e Lobato Corrêa (2000, 2003), para discutir os conceitos de espaço geográfico e organização espacial.

Após a pesquisa bibliográfica, foi realizada a coleta de dados secundários no site Consulta Escolas da Secretaria de Educação do estado do Paraná, para coletar os dados secundários sobre a quantidade de matrículas nas escolas estaduais que se localizam no município de Cornélio Procópio. Esses dados foram coletados no dia 28 de setembro 2023, considerando que a quantidade de matrículas, nas escolas, varia de acordo com a época do ano, pode ser que atualmente esses números sejam outros. Após a coleta desses dados, foi necessário tabulá-los em uma planilha do Excel.

Após a tabulação, foi elaborada a cartografia da pesquisa, utilizando os dados coletados no site Consulta Escolas da Secretaria de Educação do estado do Paraná, as bases cartográficas extraídas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e do Instituto Água e Terra do estado do Paraná - IAT. Os mapas elaborados foram: de localização da área de estudo, localização das escolas estaduais e mapas de círculos proporcionais, mostrando a quantidade de matrículas no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio das escolas estaduais, no município de Cornélio Procópio. Os mapas foram produzidos com o *software* QGIS 3.14.15.

## Fundamentação teórica

Para analisar a organização espacial das escolas estaduais do município de Cornélio Procópio - PR, é importante que se discuta teoricamente, mesmo de forma breve, os conceitos de espaço geográfico e organização espacial, correlacionando-os.

O espaço geográfico tem uma profunda relação com a organização espacial, pois é por meio dela que a sociedade vai se organizar, seja nesse espaço de ordem ou desordem sócio-espacial. Sendo assim, se faz necessário compreender a relação desses conceitos.

Como ciência social, a geografia tem como objeto de estudo a sociedade que, no entanto, objetivada via cinco conceitos-chave que guardam entre si forte grau de parentesco, pois todos se referem à ação humana modelando a superfície terrestre: paisagem, região, espaço, lugar e território (Corrêa, 2000, p. 16).

Aqui, primeiramente, será discutido o conceito de espaço geográfico e, posteriormente, a organização espacial. Corrêa (2000) dissertou que o espaço geográfico é o principal conceito em que a geografia se apoia. Ele é construído a partir da relação entre sociedade e natureza, sendo produzido e reproduzido por meio das relações humanas e da relação da sociedade com a natureza (Corrêa, 2000; Santos 2006).

Segundo o raciocínio, Corrêa definiu: “Eis o espaço geográfico, a morada do Homem. [...] reflexo e condição social, experienciado de diversos modos, rico em simbolismos e campo de lutas, o espaço geográfico é multidimensional” (Corrêa, 2000, p. 44). Assim, conclui o autor que o espaço geográfico é composto por diversos significados e experienciado de diferentes formas, reflexo de ações e reações, partindo de cada indivíduo e grupos sociais.

Segundo Santos (2006), o espaço é formado por sistemas de objetos e sistemas de ações, sendo esse conjunto indissociável, solidário, bem como contraditório, no qual está presente sistema de objetos e sistema de ações, que não podem ser considerados

isolados, e sim contextos historicamente construídos pelos seres humanos. “O espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes” (Santos, 2006, p. 39).

O espaço seria um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos; não entre estes especificamente, mas para as quais eles servem de intermediários. Os objetos ajudam a concretizar uma série de relações. O espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos naturais e artificiais (Santos, 1988, p. 25).

Nesse sentido, o autor explica que o espaço geográfico é formado a partir de dois elementos fundamentais que são chamados de sistemas de objetos e sistemas de ações. Esses dois sistemas se articulam por meio dos fixos e fluxos presentes no espaço, sendo ambos os objetos construídos e manifestados pela atuação do homem (Santos, 1988). Para o autor

O espaço geográfico é, portanto, um espaço verdadeira e densamente social, e as dinâmicas a serem ressaltadas são as dinâmicas das relações sociais (ainda que sem perder de vista as dinâmicas naturais e seus condicionamentos relativos) (Souza, 2013, p. 31).

Dessa forma, após abordar o conceito de espaço geográfico, será discutido o conceito de organização espacial. Dado que pelo espaço geográfico se dá a organização espacial, Corrêa (2003) analisou que o trabalho social foi a causa para que ocorresse a transformação, hoje conhecida como, organização espacial, que se dá através da transformação da natureza primitiva. Assim, Corrêa definiu que “a organização espacial é a segunda natureza, ou seja, a natureza primitiva transformada pelo trabalho social” (Corrêa, 2003, p. 55). Inclusive, Corrêa destacou que a organização espacial é “o conjunto de objetos criados pelo homem e dispostos sobre a superfície da Terra” (Corrêa, 2003, p. 55). Dessa forma, essa conceituação de organização espacial se aproxima daquela de

espaço proposta por Milton Santos (2006), em que o espaço é formado por sistemas de objetos e sistemas de ações.

Destarte, a organização espacial está diretamente relacionada à produção do espaço, a partir da relação do ser humano com o espaço natural primitivo, transformando-o pela força do trabalho social, que produz inúmeras cristalizações, a que Milton Santos denomina como pontos fixos, fruto da ação humana para sua própria sobrevivência, que estarão dispersas por toda sociedade. Vale ressaltar que a organização espacial se dá de formas distintas em diferentes partes do mundo.

Porém, para Souza (2013), distinguir a organização espacial em apenas produção gerada pelo homem, ou apenas à materialidade do espaço, é uma denominação insuficiente, se considerar determinados grupos que são subalternos à natureza primeira como; ribeirinhos, seringueiros, quilombolas, entre outros. “A organização espacial está sempre mudando. Às vezes, mais rapidamente; às vezes, mais lentamente. E não apenas mudando: está, também, sendo constantemente desafiada, em diferentes escalas” (Souza, 2013, p. 38).

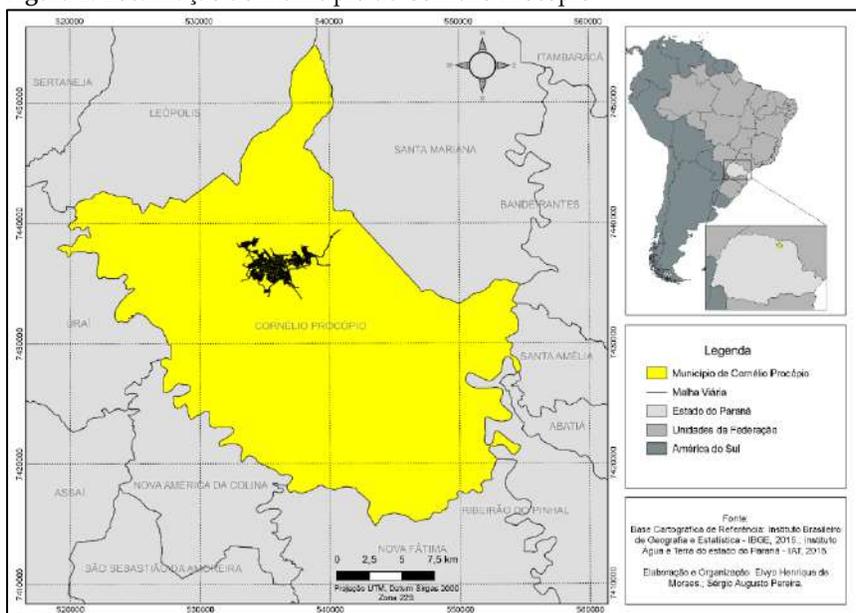
Partindo desse pressuposto, deve-se levar em consideração que a organização espacial se dá em diferentes formas e contextos, ressaltando as diversidades e desigualdades de cada sociedade. Ainda segundo Corrêa (2003), em sua visão, organização espacial e espaço geográfico podem ser considerados como sinônimos. Dessa forma, relacionando a teoria ao objeto de estudo, desta pesquisa, a organização espacial, das escolas estaduais que se localizam em Cornélio Procópio, se deu a partir das relações sociais presentes durante todo o processo histórico-geográfico que ocorreu no município ao longo das últimas décadas. Cabe a essa pesquisa fazer um estudo sincrônico da organização espacial dessas escolas, analisando o seu arranjo na contemporaneidade.

## Resultados e discussão

Neste tópico, serão apresentados os resultados obtidos na pesquisa, a partir da discussão dos dados. Antes de iniciar a discussão dos dados, é importante apresentar a área de estudo da pesquisa. O município de Cornélio Procópio está localização na região do Norte Pioneiro do estado do Paraná, possui um território de 635,100 km<sup>2</sup>, com sua população de 45.206 mil habitantes - dados de 2022, e seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) é de 0,759, dados de 2010 (IBGE, 2023).

O município se localiza no Terceiro Planalto Paranaense, sua geologia é composta, basicamente, por rochas ígneas vulcânicas – basalto, com um relevo acidentado na área urbana e levemente acidentado na área rural, com altimetrias que variam entre 400 e 700 metros (Pereira, 2021).

**Figura 1:** Localização do município de Cornélio Procópio



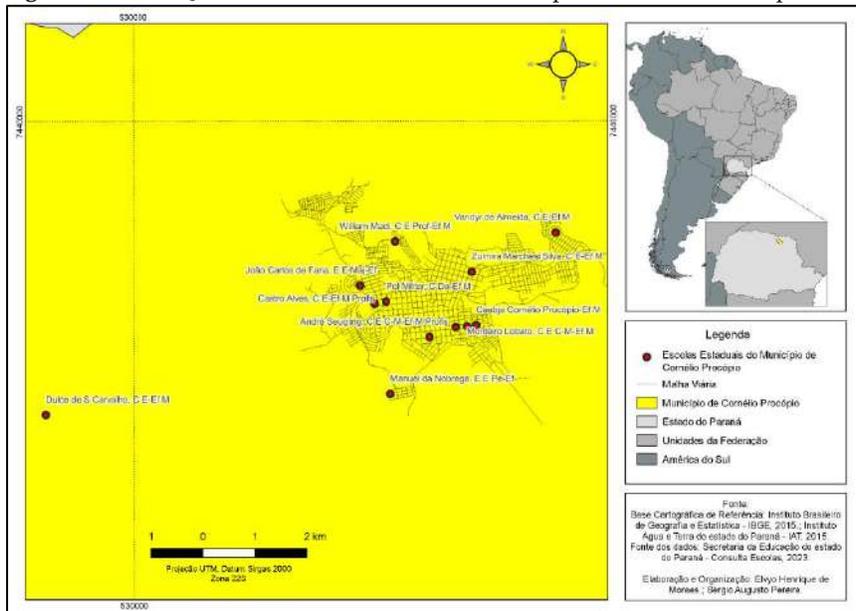
O município de Cornélio Procópio, conforme pode ser observado na Figura 1, limita-se a Nordeste com o município de Santa Mariana, a Leste com os municípios de Bandeirantes, Santa Amélia e Ribeirão do Pinhal, a Sul com Nova Fátima, a Sudoeste com o município de Nova América da Colina, a Oeste com Uraí, e a Noroeste com o município de Leopólis (Figura 1).

Após essa breve apresentação da área de estudo, iniciou-se a reflexão e discussão dos dados coletados, visando atender o objetivo da pesquisa, que é analisar a organização espacial das escolas estaduais do município de Cornélio Procópio, partindo das localizações das escolas estaduais, bem como análise do número de matrículas no Ensino Fundamental II e Médio.

As escolas estaduais analisadas são: André Seugling, C E C-M-Ef M Profis; Castro Alves, C E-Ef M Profis; Ceebja Cornélio Procópio-Ef M; Colégio Cristo Rei, C E-Normal; Dulce de S. Carvalho, C E-Ef M; João Carlos de Faria, E E Maj-Ef; Manuel da Nóbrega, E E Pe-Ef; Monteiro Lobato, C E C-M-Ef M; Colégio da Polícia Militar, C Da-Ef M; Vandyr de Almeida, C E-Ef M; William Madi, C E Prof-Ef M; e Zulmira Marchesi Silva, C E-Ef M (Figura 2).

Conforme pode ser observado na Figura 2, a organização espacial das escolas estaduais se dá de maneira desigual, pois há uma concentração de escolas na porção Sul e Oeste da área urbana de Cornélio Procópio, com quatro escolas na porção Sul e três escolas na porção Oeste. Se concentram ao Sul as escolas estaduais André Seugling, Ceebja Cornélio Procópio, Monteiro Lobato e Colégio Cristo Rei. A Oeste se concentram os colégios estaduais da Polícia Militar, Castro Alves e João Carlos de Faria. Estes colégios concentram a maior quantidade de alunos matriculados na cidade de Cornélio Procópio.

**Figura 2:** Localização das escolas estaduais do município de Cornélio Procópio – PR



Fonte: Os autores.

Há duas escolas mais espaçadas na área Norte, sendo as escolas Willian Madi e a escola Zulmira Marchesi da Silva, e na porção Nordeste, tem-se a escola Vandyr de Almeida, que atende toda a população do bairro Panorama e adjacências. Localizada no extremo Sul da área urbana, tem-se a escola Manuel da Nóbrega que atende toda a população do bairro Jardim Progresso e suas imediações. No distrito de Congonhas se localiza a escola Dulce de Souza Carvalho, atendendo toda a população do distrito bem como a área rural próxima ao distrito.

Percebe-se que há espaços onde não há escolas, como por exemplo no centro da área urbana e a Noroeste, onde se localiza no conjunto Fortunato Sibim. Dessa forma, os alunos que moram nessas áreas têm que se deslocar até a escola mais próxima. É verdade que as crianças e adolescentes que moram na área central estão cercadas por diversas escolas, e mesmo que tenham que se locomover, ainda assim moram relativamente perto dessas escolas.

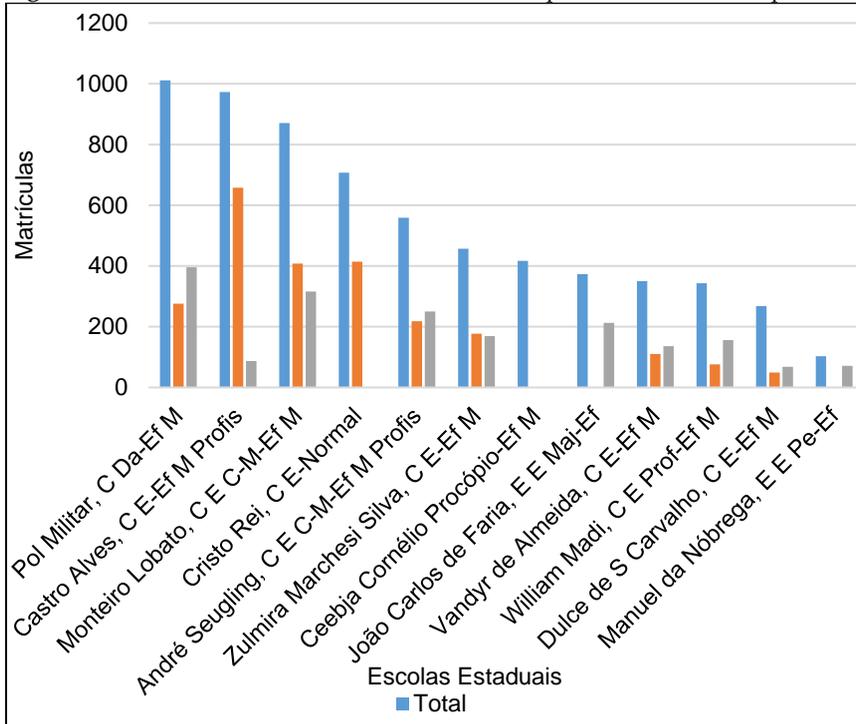
Agora, os discentes que residem no conjunto Fortunato Sibim têm que se locomover a grandes distâncias para chegarem à escola. Muitas dessas crianças e adolescentes vão à escola a pé, de bicicleta, de transporte particular ou de ônibus da linha. Pode-se observar na Tabela 1 e na Figura 3, a quantidade de matrículas em cada escola estadual do município de Cornélio Procópio.

**Tabela 1:** Matrículas nas escolas estaduais do município de Cornélio Procópio – PR

Escolas	Total	Ensino Médio	Ensino Fundamental	Atividades Complementares	Atendimento Educacional Especializado
Pol. Militar, C Da-Ef M	1011	276	396	298	41
Castro Alves, C E-Ef M Profis	973	658	87	213	15
Monteiro Lobato, C E C-M-Ef M	871	408	316	120	27
Cristo Rei, C E-Normal	707	414	N/D	293	N/D
André Seugling, C E C-M-Ef M Profis	559	218	250	67	24
Zulmira Marchesi Silva, C E-Ef M	457	177	169	76	N/D
Ceebja Cornélio Procópio-Ef M	417	N/D	N/D	N/D	N/D
João Carlos de Faria, E E Maj-Ef	373	N/D	213	135	25
Vandyr de Almeida, C E-Ef M	350	110	136	90	14
William Madi, C E Prof-Ef M	343	76	156	88	N/D
Dulce de S Carvalho, C E-Ef M	268	49	68	141	10
Manuel da Nóbrega, E E Pe-Ef	103	N/D	71	19	N/D

Fonte: Consulta Escolas (2023). Os autores (2023).

**Figura 3:** Matrículas nas escolas estaduais do município de Cornélio Procópio – PR



Fonte: Consulta Escolas (2023). Os autores (2023).

O Colégio da Polícia Militar possui 1011 matrículas no total, sendo que 276 são no Ensino Médio, 396 no Ensino Fundamental, 298 em Atividades Complementares e 41 matrículas em Atendimento Educacional Especializado.

O colégio Castro Alves possui 973 matrículas no total, entre elas são: 658 no Ensino Médio, 87 no Ensino Fundamental, em atividades complementares são 213, e atendimento educacional especializado são 15.

O colégio Monteiro Lobato possui 871 matrículas no total, das quais 408 são do Ensino Médio e 316 no Ensino Fundamental, 120 atividades complementares e 27 matrículas em Atendimento Educacional Especializado.

Seguindo para o quarto colégio, o Colégio Cristo Rei possui 707 no total de matrículas, sendo 414 no Ensino Médio, não

havendo matrículas no Ensino Fundamental, com 293 atividades complementares e não tendo matrículas em Atendimento Educacional Especializado.

O Colégio André Seugling tem no total 559 matrículas, as quais 218 são no Ensino Médio, 250 no Ensino Fundamental, 67 em Atividades Complementares e 24 matrículas em Atendimento Educacional Especializado.

Seguindo para o sexto Colégio, o Zulmira Marchesi Silva tem um total 457 matrículas, dentre elas, 177 vem do Ensino Médio, 169 do Ensino Fundamental, 76 na Atividades Complementares, não tendo matrículas em Atendimento Educacional Especializado.

O Colégio Ceebja possui 417 matrículas no total, não especificando essas matrículas. Caminhando para o próximo colégio, o João Carlos possui 373 matrículas no total, dentre elas não havendo matrículas no Ensino Médio, 213 no Ensino Fundamental, 135 em Atividades Complementares e 25 em Atendimento Educacional Especializado.

Seguindo para o nono colégio, o Vandyr de Almeida possui no total 350 matrículas, das quais 276 são no Ensino Médio, 136 no Ensino Fundamental, com 90 em Atividades Complementares e 14 em Atendimento Educacional Especializado.

O próximo colégio a ser descrito é o Wiliam Madi, que contém 343 matrículas em seu total, tal qual são 76 do Ensino Médio, 156 no ensino fundamental, 88 em Atividades Complementares, não havendo matrículas em Atendimento Educacional Especializado.

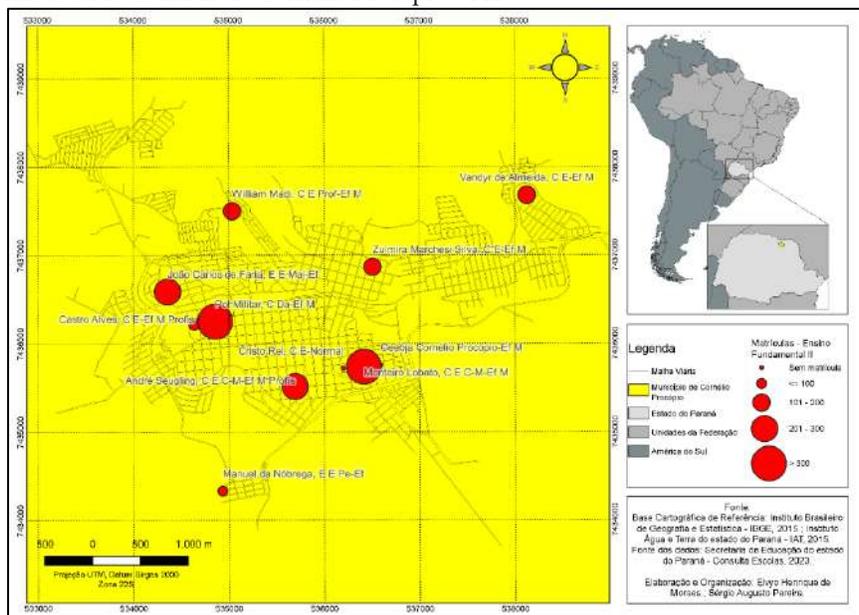
Avançando para o próximo colégio, a escola Dulce de Sousa Carvalho dispõe de 268 matrículas no total, sendo que das 49 são do Ensino Médio, 68 no Ensino Fundamental, 141 Atividade Complementares, e com 10 matrículas em Atividade Educacional Especializada.

E por fim, o último colégio a ser descrito é o Manuel da Nóbrega que dispõe de 103 matrículas no total, não havendo matrículas no Ensino Médio, tendo 71 matrículas no Ensino Fundamental, 19 em Atividades Complementares, também não possuindo matrículas em Atendimento Educacional Especializado.

Após a descrição desses dados, é possível observá-los espacializados nas Figuras 3 e 4. Os colégios que mais possuem matrículas no Ensino Fundamental II, conforme pode ser observado na Figura 3, são os colégios da Polícia Militar e Monteiro Lobato, possuindo acima de 300 matrículas no Ensino Fundamental II.

Os colégios que possuem 201 a 300 matrículas são André Seugling e João Carlos localizados ao Sul e Oeste da área urbana de Cornélio Procópio. Os colégios que possuem 101 a 200 matrículas no Ensino Fundamental II são Zulmira Marchesi Silva, Willian Madi e Vandyr de Almeida, que se encontram a norte da área urbana de Cornélio.

**Figura 4:** Mapa em círculos proporcionais das matrículas - Ensino Fundamental II - nas escolas estaduais de Cornélio Procópio – PR



Fonte: Os autores.

Com menos de 100 matrículas no Ensino Fundamental II, estão os colégios Castro Alves, Manoel da Nóbrega e o colégio Dulce de Sousa Carvalho, que não aparece na Figura 4 e nem na figura 5,

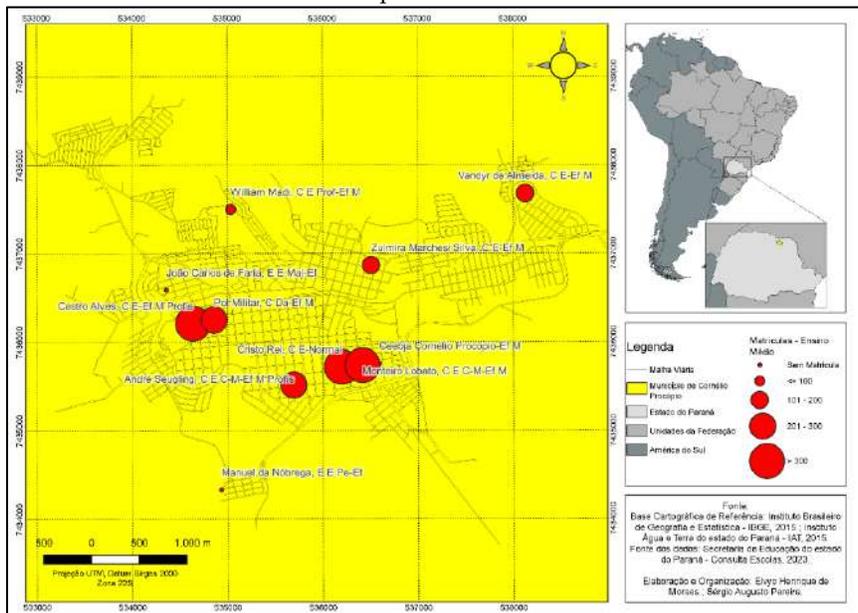
pois as matrículas, tanto no Fundamental II quanto no Ensino Médio são abaixo de 100 alunos matriculados (Figura 4). O colégio Cristo Rei não apresenta dados referentes a matrículas no Ensino Fundamental II.

Na Figura 5 pode ser observado a quantificação meio de círculos proporcionais e a distribuição espacial de alunos matriculados no Ensino Médio de cada escola estadual de Cornélio Procópio, lembrando que o colégio Dulce de Sousa Carvalho não aparece no mapa pois se encontra no distrito de Congonhas, mas o número de matrículas é inferior a 100.

Os colégios que detêm acima de 300 matrículas no Ensino Médio são o Castro Alves, Cristo Rei e Monteiro Lobato, localizados a Sul e Oeste da área urbana de Cornélio Procópio. Seguindo a ordem decrescente de matrículas no Ensino Médio, o Colégio da Polícia Militar e o André Seugling têm entre 201 a 300 alunos matriculados.

Os Colégios Vandyr de Almeida e Zulmira Marchesi Silva possuem entre 101 a 200 discentes matriculados no Ensino Médio. Com menos de 100 matrículas no ensino médio estão os Colégio Willian Madi e o Dulce de Sousa Carvalho. Se encontram sem matrículas no Ensino Médio, os colégios Manuel da Nobrega e João Carlos (Figura 5).

**Figura 5:** Mapa em círculos proporcionais das matrículas - Ensino Médio - nas escolas estaduais de Cornélio Procópio – PR



Analisando todos os dados presentes nesta pesquisa, bem como observando os mapas, percebe-se que há uma concentração muito maior de alunos matriculados nos colégios Castro Alves, da Polícia Militar e no Colégio Monteiro Lobato, em detrimento dos outros colégios, uma vez que os colégios Castro Alves e da Polícia Militar se encontram muito próximos, concentrando 1.984 alunos matriculados no total, sendo 934 no Ensino Médio e 483 no Ensino Fundamental II.

Do outro lado, mais ao Sul da área urbana de Cornélio Procópio, têm-se três colégios próximos, Monteiro Lobato, o Cristo Rei e o André Seugling, que juntos somam um total de 2.137 alunos matriculados, sendo 1.040 matrículas no Ensino Médio e 566 no Ensino Fundamental II.

De acordo com os dados, é evidente que há bairros em Cornélio Procópio em que há maior oferta de matrículas do que outros, facilitando o deslocamento até a escola para alguns alunos e

dificultando para outros, ou seja, no município de Cornélio Procópio há escolas próximas de alguns alunos e distantes de outros.

Os dados mostraram que há uma maior concentração de escolas e, conseqüentemente, ofertas de matrículas nos bairros mais ao Sul e Oeste da área urbana de Cornélio, enquanto que os bairros da área central e o conjunto Fortunato Sibim não possuem escolas, e, dessa forma, os estudantes que residem nesses bairros têm que se deslocar para as escolas mais próximas, ou onde há vagas para que possam se matricular.

Dessa forma, é importante que o poder público tome nota desta situação para que assim possa gerenciar melhor a oferta de matrículas aos alunos das escolas da Rede Estadual de Educação do Paraná, planejando melhor a organização espacial das escolas, fazendo com que os alunos possam estudar o mais próximo possível de suas casas, para que assim eles possam ter uma melhor qualidade de vida, aproveitando melhor o seu tempo de estudo e não o perdendo no deslocamento até a escolas distantes.

Sendo assim, para finalizar, este trabalho propõe a seguinte sugestão ao poder público: construir duas escolas ou compartilhá-las com o município, uma na área central e outra no conjunto Fortunato Sibim para que assim, os estudantes que residem nesses bairros, possam estudar próximo de suas casas e não precisem mais se deslocar a outros bairros, melhorando assim sua qualidade de vida e conseqüentemente seu aprendizado. Dessa forma, o Estado tanto pode construir ou fazer um acordo com o poder municipal e utilizar escola compartilhada, assim como o faz em outras escolas no município, uma vez que há uma escola municipal na área central de Cornélio Procópio – Escola Municipal Professor Lourenço Filho – e outra escola municipal no conjunto Fortunato Sibim – Escola Municipal Professor Átila.

## Considerações finais

A partir da observação e análise dos dados, fica evidente que, apesar de uma certa organização espacial, há uma desorganização espacial em relação às escolas estaduais de Cornélio Procópio. Há áreas em que há concentração de escolas e conseqüentemente mais oferta de matrículas para os alunos enquanto que em outras, não há nem escolas, como é o caso da área central da área urbana de Cornélio Procópio e do bairro conjunto Fortunato Sibim.

É notório que há uma má distribuição espacial dos colégios estaduais no município de Cornélio Procópio. Assim, o que parecia uma organização espacial feita com planejamento, se materializa por meio dessa desordem espacial que tem impacto direto na vida dos estudantes.

Isso pode afetar a qualidade de vida dos alunos, que devido à distribuição espacial dos colégios, têm que se deslocar para outros bairros, e até mesmo influencia nos gastos, fazendo com que as crianças e os adolescentes acordem mais cedo para se locomoverem com kombis, vans ou ônibus, ou até mesmo a pé, devido à localização das escolas analisadas, que estão concentradas a Sul e Oeste da área urbana de Cornélio Procópio. Dessa forma, a falta deste planejamento reflete consideravelmente na qualidade de vida da população procopense.

## Referências

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito-chave da Geografia. *In*: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 15 - 47.

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. 7 ed. São Paulo: Ática, 2003.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cornélio Procópio - PR**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/cornelio-procopio/panorama> Acesso em: 31 out. 2023.

- PEREIRA, S. A. **Teores de nitrato nas águas subterrâneas do Sistema Aquífero Serra Geral (SASG): análise na região do Norte Pioneiro do Estado do Paraná.** 2021. 156 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, 2021.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado:** fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed. 2 reimp. São Paulo: Edusp, 2006.
- SEMED - Secretaria de Educação do estado do Paraná. **Consulta Escolas.** Disponível em: <http://www.consultaescolas.pr.gov.br/consultaescolas-java/pages/templates/initial2.jsf?windowId=1bc>. Acesso em: ago. 2023.
- SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.



# DIAGNÓSTICO AMBIENTAL DA APP DO ALTO CURSO DO RIBEIRÃO TANGARÁ EM CORNÉLIO PROCÓPIO - PR

Francyne Willy da Silva  
Paulo Henrique Marques de Castro

## Introdução

O município de Cornélio Procópio, localizado no Norte do estado do Paraná, região Sul do Brasil, abriga parte do alto curso do Ribeirão Tangará, inclusive a região da nascente. O recorte espacial desta pesquisa compreende o trecho urbano do Ribeirão Tangará. No trecho estudado do ribeirão observa-se a poluição ambiental gerada pela população como, descarte inadequado de lixo de diferentes origens – industrial, doméstico, entre outros. Em detrimento do centro da cidade, que relativamente recebe maior atenção do poder público e da população de modo geral, na área estudada, por ser um local afastado do centro, os impactos ambientais acontecem com maior frequência.

O presente trabalho visa à realização de um diagnóstico ambiental, pautado, sobretudo, na avaliação das áreas de mata ciliar do rio. A Lei nº 12.651/12 dispõe sobre Áreas de Preservação Permanente (APP), que inserem alguns espaços como áreas de preservação ambiental, como: morros, montanhas, nascentes ou olho d'água, assim como a mata ciliar presente nas margens dos rios. Além disso, a partir do estudo foi elaborada uma proposta didática voltada à Educação Ambiental, que consistiu na realização do mapeamento virtual do Ribeirão Tangará, assim como na elaboração de uma Cartilha Virtual no formato de *website*, que divulga informações e

conteúdos relacionados à temática do estudo, desta forma, difundindo o uso de ferramentas relacionadas às geotecnologias.

Para realização do trabalho se fez levantamentos bibliográficos sobre a temática da pesquisa, assim como trabalhos de campo. Em relação à proposta didática voltada à Educação Ambiental foram empregadas ferramentas do Google, como: *Google Earth Pro*, *Google My Maps* e *Google Sites*, por se tratarem de ferramentas gratuitas, amplamente utilizadas por usuários do mundo todo, de fácil divulgação, acesso e manuseio.

O presente trabalho justifica-se pelo ainda escasso número de pesquisas relacionadas ao Ribeirão Tangará e, neste contexto, ainda há de se destacar que na região, deste trecho do ribeirão, se localiza uma área de expansão urbana da cidade, onde recentemente foram construídos novos bairros de Cornélio Procópio. Além disso, a pesquisa dispõe de material didático que pode ser aplicado nas aulas de Geografia, nos temas que abordam a questão ambiental. Desta forma, é pretensão desta pesquisa, a sua utilização para a difusão de conhecimento relacionado ao Ribeirão Tangará, e a proposta didática como complemento de conteúdos de Educação Ambiental, a partir de uma linguagem inovadora, que agrega a utilização de ferramentas geotecnológicas.

## **Ribeirão Tangará**

O Ribeirão Tangará se localiza na região do Norte Pioneiro do estado do Paraná, entre os municípios de Cornélio Procópio, Leópolis e Sertaneja. Segundo o Plano Diretor Municipal de Cornélio Procópio (Cornélio Procópio, 2007, p. 19) “[...] nas proximidades da cidade localizam-se as nascentes dos principais cursos de água do município, que são: os ribeirões Tangará, São Luiz e Macuco, e o rio Água do Veado”. O Ribeirão Tangará percorre uma extensão de cerca de 30 km em direção Oeste, até a sua foz no rio Congonhas (Figura 1). Este último, por sua vez, tem sua foz no rio Tibagi, um dos mais expressivos rios do estado do Paraná.

Figura 1: Localização do Ribeirão Tangará



Fonte: Google Earth, (2020).

De acordo com o Plano Diretor Municipal de Cornélio Procópio (Cornélio Procópio, 2007, p. 19), o Ribeirão Tangará, com sua rede de drenagem, compõe uma sub-bacia hidrográfica, a qual está integrada à Bacia Hidrográfica do Rio Tibagi (macro bacia), [...] “as demais sub-bacias, principalmente a do Ribeirão Tangará possui uma topografia irregular e uma drenagem mais densa”. Segundo o Plano Diretor Municipal de Cornélio Procópio (Cornélio Procópio, 2007, p. 23):

A região de Cornélio Procópio integra a unidade geomorfológica regionalmente denominada Terceiro Planalto, que, em conjunto com o Segundo Planalto, ocupa 2/3 da área do estado do Paraná, dentro da unidade morfoestrutural da bacia sedimentar do Paraná. O Terceiro Planalto ou Planalto de Trapp é o resultado dos derrames de rochas eruptivas, como basalto, diabásio, melafinos da formação Serra Geral e em menores proporções encontram-se os depósitos de arenitos da formação Botucatu da era mesozoica.

Segundo Pereira e Scroccaro (2010), a região em que se encontra o Ribeirão Tangará pertence à Unidade Aquífera Serra Geral Norte. Constata-se essa afirmação em Medri *et al.* (2002, p. 36), afirmando que “O terceiro planalto, ou Planalto de Guarapuava, encontra-se, do ponto de vista geológico, representado exclusivamente por derrames basálticos da Formação Serra Geral e por bancos arenosos do Grupo Bauru”.

O solo característico do Terceiro Planalto de acordo com Medri, *et al.* (2002), é de origem de rochas eruptivas basálticas. O solo presente em direção a foz do Rio Tibagi são o latossolo roxo e terra roxa estruturada (latossolo e nitossolo). A classificação climática do Baixo Tibagi é o Clima Subtropical Úmido (Cfa), com temperatura média de 21° C e média pluviométrica de 1.600mm.

De acordo o Plano Diretor Municipal de Cornélio Procópio (Cornélio Procópio, 2007 p. 24):

As regiões de maiores declividades localizam-se nas porções noroeste, incluindo a sub-bacia do ribeirão Tangará até o interflúvio entre as sub-bacias dos ribeirões Macuco e São Luís, nestes locais a declividade média é superior a 20%. O extremo Sul, que compreende as sub-bacias dos ribeirões Braúna e Água do Pico Roxo, possui declividades medias acima de 15%.

O trecho urbano do Ribeirão Tangará (Figura 2), objeto de estudo do diagnóstico ambiental, compreende parte do alto curso do ribeirão, e tem na região ao entorno o bairro Jardim Primavera, Conjunto Habitacional José Benedito Catarino, Conjunto Habitacional Professora Martha Dequech e Jardim Novo Horizonte. Mais próximo à nascente está localizada a Integrada Cooperativa Agroindustrial.

**Figura 2:** Imagem orbital da região localizada próxima à nascente do Ribeirão Tangará



Fonte: Google Earth (2020).

Analisando a imagem do percurso urbano do Ribeirão Tangará, é possível observar que a área está passando por transformações, devido a instalação dos novos bairros, assim como focos de queimadas. O percurso corresponde a aproximadamente 3 km do ribeirão.

### **Impactos ambientais, Educação Ambiental e preservação**

A natureza vem há muito tempo sofrendo grande impacto por parte da sociedade, em diferentes magnitudes. Esses impactos ocasionam problemas ambientais como deslizamentos, erosão do solo, degradação da fauna e flora, assoreamento dos rios etc. Analisando a perspectiva da relação sociedade e natureza na Geografia, sob a perspectiva de um geógrafo, em relação à abordagem ambiental, Veyret (1999, p. 6) afirma que:

De fato, para um geógrafo, a noção de meio ambiente não recobre somente a natureza, ainda menos a fauna e a flora somente. Este termo designa as relações de interdependência que existem entre o homem, as sociedades e os componentes físicos, químicos, bióticos do meio e integra também seus aspectos econômicos, sociais e culturais.

Sendo assim estudar o meio ambiente requer também entender todos os objetos que estão relacionados com ele. Francisco Mendonça (2001, p. 117) comenta da seguinte forma:

[...] o que leva a crer que tenha sido gerada uma concepção cultural do meio ambiente que exclui a sociedade da condição de componente/sujeito, mas a inclui como agente/ fator. Inserir na abordagem ambiental a perspectiva humana – portanto social, econômica, política e cultural.

Portanto, a sociedade é entendida como agente no ambiente, exercendo um papel sobre ela, e este deve ser estudado. A partir desse pensamento surge o termo socioambiental, onde o termo “sócio” está entrelaçado com o termo “ambiente” para enfatizar a relação da sociedade enquanto sujeito dos problemas ambientais contemporâneos (Mendonça, 1993; 2001).

Os impactos ambientais sempre estiveram presentes na sociedade e atualmente não é diferente, sendo algo extremamente preocupante, uma vez que podem se configurar irreversíveis ou de longa duração, causando sérios danos. Encontramos facilmente resquícios de impactos ambientais em pontos periféricos de algumas cidades, e em pontos mais afastados, como nas áreas rurais. Um dos impactos mais comuns encontrados nessas áreas é a poluição, podendo ser: “[...] hídrica, do solo e da atmosfera. Quanto à natureza dos agentes poluidores, esses ambientes podem ser contaminados por compostos químicos, esgotos, resíduos eletrônicos e orgânicos” como cita Vianna (2015, p. 25). Segundo a Lei nº 6. 938, de 31 de agosto de 1981 (Brasil, 1981), Art. 3º, III, entende-se por:

III- poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividade que direta ou indiretamente;  
prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;  
criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;  
afetem desfavoravelmente a biota;  
afetam as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;  
lançam matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos.

O crescimento urbano, o setor industrial, assim como o setor agropecuário cuja demanda por terras cresce, cada vez mais, para produzir seus grãos ou para criação de gado, vem causando o desmatamento e a degradação das terras, demandando ainda mais a procura por recursos naturais. Segundo Santos e Faria (2004), há séculos a humanidade conheceu a natureza, e tão logo a modificou e de acordo com suas necessidades, de forma que novas técnicas e ferramentas foram surgindo para sua modificação, decorrentes da demanda do consumo e da produção.

O uso dos recursos naturais nas últimas décadas vem sendo uma das preocupações e questionamento por parte dos profissionais e da própria população, a grande discussão é sobre a preservação ambiental e a recuperação das áreas que sofrem processos de degradação. O desenvolvimento socioeconômico decorrente do crescimento industrial e

agrícola juntamente com o crescimento populacional do mundo, tem aumentado significativamente a demanda sobre os recursos naturais, sendo que esta demanda é considerada bem maior que a capacidade de reposição dos recursos (Ferreira, 2015 *apud* Silva *et al.*, 2018 p. 2).

Justamente, por essa procura por recursos naturais e a degradação acelerada do meio, nos questionamos que tipos de problemas podem surgir. Um dos problemas é a degradação de APP's, como as matas ciliares, conforme Fernandes (2015) e Ferreira (2016) destacam “[...] a degradação do meio ambiente vem contribuindo para a poluição das águas, pois as matas ciliares são fundamentais para a proteção dos recursos hídricos. Podendo comprometer a quantidade de água disponível e a qualidade de água potável”.

O crescimento acelerado das cidades é outro fator que direta ou indiretamente, por vezes, causa sérios danos ambientais, uma vez que, favorecem o crescimento de forma desordenada de domicílios urbanos em áreas que deveriam ser preservadas para manter o equilíbrio ecológico e hidrológico de uma microbacia (Santana, 2011). Além disso, relacionado a este fator há de se destacar consequências como: moradias em áreas inadequadas que resultam em deslizamentos em épocas de chuvas; a falta de saneamento básico; poluição do meio ambiente; falta de coleta de lixo adequada e moradias precárias (Mota, 2003).

Portanto, entender os impactos ambientais é fundamental para manter o equilíbrio entre a sociedade e meio ambiente, de forma que os recursos sejam utilizados de maneira apropriada, e novas políticas e formas para combater os impactos ambientais sejam criadas. Como podemos definir então o impacto ambiental? Moreira (1992) o define como qualquer alteração no meio ambiente em um ou mais de seus componentes provocados por ação humana. De acordo com a Norma Brasileira de Regulamentação ISO 14001/15, impacto ambiental é “modificação no meio ambiente, tanto adversa como benéfica, total ou parcialmente resultante dos aspectos ambientais de uma organização”.

Sendo assim, a Educação Ambiental está destinada a sensibilizar a sociedade sobre os caminhos a serem seguidos, pautados na conscientização e na conservação do meio ambiente, conforme a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 (Brasil, 1999), Capítulo I, Art. 1º coloca:

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Inserida nas escolas, ela ensina aos alunos a importância do meio ambiente e porque ele deve ser preservado. Segundo o Art. 2º da Lei nº 9.795/99 “a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal”.

Conforme a Lei, a Educação Ambiental está inserida na educação não formal, de acordo com a Seção III, Art. 13, deve-se possibilitar “ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente”. A educação ambiental fora das escolas procura orientar as pessoas sobre ações que devem ser seguidas, essas ações se aderidas pela população resultaria em uma melhor interação com o meio ambiente, possibilitando um futuro melhor para as próximas gerações.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1997, p.17) aponta que “a educação para a cidadania perpassa pelas questões sociais que requer que sejam apresentados para a aprendizagem e reflexão dos alunos, buscando um tratamento didático mais flexível e dinâmico”.

Com base na ideia supracitada, os Parâmetros Curriculares Nacionais, destaca:

Perspectiva ambiental oferece instrumentos para que o aluno possa compreender problemas que afetam a sua vida, a de sua comunidade, a de seu país e a do planeta. Para que essas informações os sensibilizem e provoquem o início de um processo de mudança de comportamento, é

preciso que o aprendizado seja significativo, isto é, os alunos possam estabelecer ligações entre o que aprendem e a sua realidade cotidiana, e o que já conhecem. [...] nesse sentido, o ensino deve ser organizado de forma a proporcionar oportunidades para que os alunos possam utilizar o conhecimento sobre meio ambiente, para compreender a sua realidade e atuar sobre ela, por meio do exercício da participação em diferentes instâncias (Brasil, 1997, p. 48).

Compreende-se a que a Educação Ambiental deve ser planejada na escola conciliando-a com a realidade, seja ela do país, do estado e, principalmente, o local onde o aluno se encontra. Desta forma é possível o professor mediar e transferir conhecimentos de modo que este seja significativo. Guimarães (1995, p.14) afirma que a “Educação Ambiental se trata de uma dimensão do processo educativo voltada para a participação de seus atores, educandos e educadores, para a construção de um novo paradigma que contemple os anseios populares para uma melhor qualidade de vida socioeconômica, e um mundo ambientalmente sadio”.

Segundo Campiani (2001), os professores devem ser incorporados a novos conceitos e metodologia apoiados na realidade, os tornando atuantes e críticos frente às situações socioambientais, podendo atuar e influenciar nas mudanças de atitudes. O autor destaca a importância da atuação do poder público, através do Ministério da Educação (MEC), para estimular a capacitação maciça, no caso da educação formal, e do cidadão por meio do exercício da cidadania.

A Educação Ambiental é tratada nas escolas de maneira interdisciplinar, incluída de forma transversal, conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 2001). Devendo os professores serem capacitados, através de formações continuadas, para transmitirem aos alunos, os saberes e condutas relacionadas à Educação Ambiental, de forma que contemplem a realidade dos alunos. De forma que é necessária atenção às questões ambientais do país, do estado e das cidades em que atuam, para que a Educação Ambiental adquira caráter significativo na formação do aluno.

## Áreas de preservação permanente (APP)

A Constituição Federal (CF), Art. 225, § 1º, III, prevê que todos tenham o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, para condição essencial a qualidade de vida, e impõe ao Poder Público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, assim como determina obrigações ao Poder Público, para criar espaços protegidos por leis em todas as unidades da Federação (Schäffer *et al.*, 2011).

De acordo com o Art. 3º/II da Lei nº 12.651/12, entende-se por APP's, "área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas"

As APPs desenvolvem um papel essencial para proteger o meio ambiente em si, e também a qualidade de vida da população, é notório quando paramos para pensar em alguns acontecimentos recentes no Brasil, como no caso da notícia "*Na tragédia de Minas, o descaso da administração encontra os efeitos da mudança climática*" - a forte chuva que chegou a Belo Horizonte, causou estragos severos e várias mortes, ocasionados por uma má urbanização da cidade que ignorou o curso dos rios, dificultando seu escoamento, causando alagamentos (Mendonça, 2020).

De acordo com o Capítulo II, Seção 1, Art. 4º "considera-se APP, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei". São consideradas APP's qualquer faixa de cursos d'água, sendo estes perenes ou intermitentes, excluídos os efêmeros, conforme a Lei nº 12.651/12, dessa forma entende-se por APP's:

- I – As faixas marginais de qualquer curso d'água natural, perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de: (Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012).
  - a) 30 (trinta) metros para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;

- b) 50 (cinquenta) metros para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;
- c) 100 (cem) metros para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;
- d) 200 (duzentos) metros para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;
- e) 500 (quinhentos) metros para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros;

[...]

IV – As áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros; (Redação dada pela Lei nº 12.727, de 2012). (Vide Adin nº 4.903) (Brasil, 2012).

Conforme o Art. 6º, da Lei nº 12.651/12, considera-se áreas de APP, aquelas de interesse social do Chefe do Poder Executivo, áreas cobertas com florestas ou outras formas de vegetação, para os devidos fins, como: conter a erosão, diminuindo riscos de deslizamentos e enchentes; proteger restingas e veredas; abrigar a fauna e a flora, principalmente espécies ameaçadas de extinção; proteger sítios de excepcional beleza, de valor científico, cultural ou histórico; faixas de proteção ao longo de rodovias e ferrovias; boas condições de bem-estar público; promover auxílio de defesa do território nacional, a critério das autoridades militares e proteção de áreas úmidas, principalmente as de importância internacional.

## **Metodologia**

A pesquisa está orientada em duas frentes – uma que é a realização de um diagnóstico ambiental do trecho urbano do alto curso do Ribeirão Tangará, onde se localiza a nascente do rio. A outra, se constitui no emprego de ferramentas geotecnológicas para a elaboração de materiais voltados à Educação Ambiental. As etapas compreenderam:

1) Reconhecimento inicial da área de estudo: trabalho de campo realizado para reconhecimento do local, aferimento de localizações e averiguação das hipóteses levantadas.

2) Mapeamento do Ribeirão Tangará: para o mapeamento foram utilizadas as ferramentas *Google Earth* e *Google My Maps*. Além disso, houve o emprego de bases cartográficas de referência, como as Cartas Topográficas da região de estudo – Cornélio Procópio, (SF.22-Z-C-I-2, MI-2759-2) e Uraí (SF.22-Z-C-I-1, MI-2759-1).

3) Diagnóstico Ambiental: realização das análises *in situ*. Buscou-se com o diagnóstico levantar as informações de cunho ambiental da área. Após, as informações foram sistematizadas e discutidas para obtenção dos resultados. O diagnóstico foi realizado por meio de visitas no local, e com o auxílio do *Google Earth* para aferição das faixas de matas ciliares, assim como para visualização holística da paisagem local.

4) O diagnóstico ambiental e a sistematização dos dados estiveram orientados na proposta de Rodrigues *et al.* (2015), que estabeleceu 6 critérios de análise. Os critérios utilizados pelo autor são de classificação qualitativa e quantitativa (valor, ordem, espaço, tempo, dinâmica e plástica), conforme o Quadro 1.

**Quadro 1:** Matriz para avaliação dos impactos ambientais

ASPECTOS	P. A	P/S	DESCRIÇÃO DOS PARÂMETROS
Valor/ efeito	Negativo	N	Resulta na possibilidade de ocorrer um impacto
	Positivo	P	de caráter significativo.
	Nulo	O	Resulta no benefício das atividades ou impactos da APP. Resulta em um fator cujos efeitos inexistem.
Ordem	Direto	D	Resulta de uma simples relação de causa e efeito.
	Indireto	I	Resulta de uma ação secundária ou quando é parte de uma cadeia de reações, também denominada de Impacto Secundário.
Espaço/ Escala	Local	Lo	Quando afeta apenas a área local do empreendimento.
	Regional	Re	Quando o efeito extrapola a área de implantação do empreendimento.
	Estratégico	E	Quando o efeito assume reflexo estadual ou nacional.

ASPECTOS	P. A	P/S	DESCRIÇÃO DOS PARÂMETROS
Dinâmica	Temporário	T	Quando o efeito do impacto permanece por um determinado tempo, após o qual depois desaparece.
	Permanente	Pe	Quando os efeitos não cessam de se manifestar num horizonte temporal conhecido.
	Cíclico	C	Quando os efeitos se fazem sentir de forma cíclica ou periódica.
Tempo	Curto	C	A ação permanece num curto espaço de tempo.
	Médio	Me	A ação pode ser cessada após um tempo.
	Longo	L	O impacto pode ser considerado irreversível.
Plástica	Reversível	R	O local pode voltar a ter a paisagem original.
	Irreversível	Ir	Após a ação impactante, mesmo com medidas mitigadoras, o local não volta a ter a paisagem original.
Magnitude	Pequena	1-3	O meio permanece inalterado.
	Média	4-6	O meio apresenta uma leve alteração quanto à sua paisagem, porém de forma inexpressiva.
	Grande	7-10	A ação altera toda a paisagem.
Frequência.	Baixa	1	Sem danos ou com danos mínimos ao meio ambiente.
	Média	2	O meio apresenta uma leve alteração quanto à sua paisagem, porém de forma inexpressiva.
	Alta	3	A ação altera toda a paisagem.
Significância	Não significativa	1-3	O impacto provocado não altera a qualidade de vida do meio ou do homem.
	Moderada	4-6	A área lesionada pela ação, quando negativa, pode ser recuperada e quando positiva, apresenta uma melhoria razoável na qualidade de vida.
	Significativa	7-9	A ação impactante apresenta uma significativa evolução benéfica ao meio ambiente, quando positiva, e uma perda na qualidade de vida quando negativa.

Fonte: Rodrigues *et al.* (2015).

5) Cartilha Virtual: buscando uma alternativa para inserir o estudo no ensino, em temas correlatos à Educação Ambiental, foi

elaborada uma Cartilha Virtual do Ribeirão Tangará, no formato de *website*. Criada a partir do *Google Sites*, teve por finalidade difundir conhecimento e informações a respeito de Educação Ambiental e do Ribeirão Tangará.

## Resultados e discussão

Através do diagnóstico foi possível constatar que o trecho urbano sofre atualmente com descarte inadequado de resíduos sólidos (Figuras 3 e 4). Constatou-se em alguns pontos a mata ciliar comprometida pela ação humana, visto que em alguns locais ela foi suprimida.

A falta e a modificação da mata ciliar podem causar efeitos negativos para o meio. Por este motivo, a Lei nº 12.651/12 estabelece que cursos d'água menores que 10 metros de largura, como o trecho de estudo do Ribeirão Tangará, perenes ou intermitentes, devem ter 30 metros de faixa de vegetação acompanhando as margens do canal hídrico.

**Figura 3:** Descarte de resíduos sólidos na mata ciliar do ribeirão



Fonte: Autores (2020).

Conforme Schäffer *et al.* (2011, p. 13), “as APPs, juntamente com as Reservas Legais (no caso dos imóveis rurais), com a sua cobertura vegetal protegida exercem um efeito tampão reduzindo a drenagem e carregamento de substâncias e elementos para os corpos d’água [...]”. As florestas ripárias oferecem sombreamento a água do rio, favorecendo para controle de sua temperatura, assim como contribuem para a qualidade do *habitat*,

[...] funcionam como fonte de fornecimento adequado de nutrientes para as populações de organismos aquáticos e silvestres e agem como filtros de sedimentos, material orgânico, fertilizantes, pesticidas e outros poluentes que podem afetar de forma adversa os corpos de água e as águas subterrâneas. Cada uma destas funções exercida pelas florestas ripárias está associada a uma zona da floresta e às características próprias da floresta [...] (Schäffer *et al.*, 2011, p. 13).

**Figura 4:** Resíduos sólidos no leito do ribeirão Tangará



Fonte: Autores (2020).

A partir do *Google Earth* foi realizada a medição da mata ciliar ao redor da nascente, em uma circunferência, a medida encontrada foi de aproximadamente 31 metros, considerando que a Lei nº 12.651/12, a qual estabelece um raio mínimo de 50 metros ao redor de nascente e olhos d’água, a nascente do Ribeirão Tangará não está dentro dos

critérios estabelecidos pela Lei. No entanto, há de se considerar que a mata ciliar ao redor da nascente não segue um padrão circular, considerando a mata exterior ao raio medido, conforme Figura 5, em linha reta, a nascente possui cerca de 27 metros de mata ciliar.

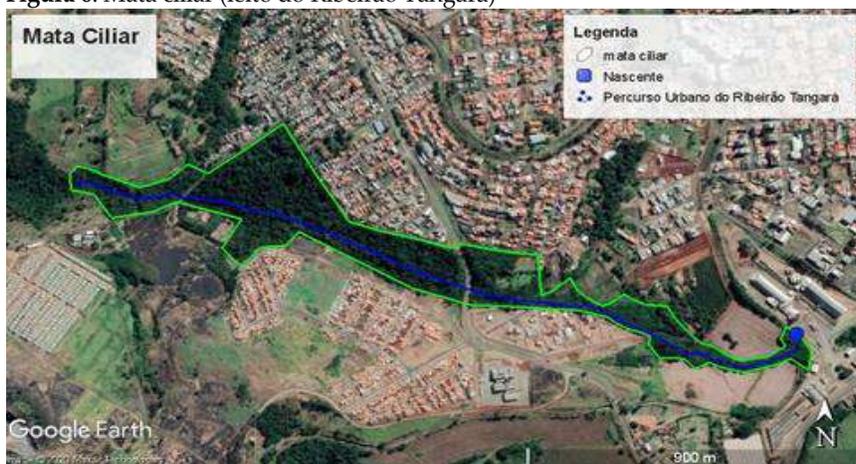
**Figura 5:** Circunferência da mata ciliar na nascente



Fonte: Google Earth (2020).

Considerando a Figura 6, da nascente até aproximadamente 276 metros à jusante do ribeirão, a vegetação varia de 11 a 20 metros, menos da metade do que a Lei estabelece. A margem esquerda do ribeirão é o ponto mais crítico, em alguns pontos, a vegetação não chega a 12 metros de extensão da faixa de mata ciliar. O local onde se encontra a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE – Tangará), também na margem esquerda do ribeirão, foi construída respeitando o limite da mata ciliar de 30 metros. Nos demais trechos da margem esquerda do trecho de estudo do Ribeirão Tangará, que compreende aproximadamente 3 metros, a mata ciliar está de acordo com o estabelecido pela Lei. A margem direita do ribeirão possui a mata ciliar de acordo com as APP's, sendo que em alguns pontos medidos, a mata ultrapassa os 30 metros exigidos pela Lei.

Figura 6: Mata ciliar (leito do Ribeirão Tangará)



Fonte: Google Earth (2020).

De acordo com a Figura 6, ainda é possível constatar uma ocupação próxima à nascente, por atividade agrícola, essas atividades podem resultar em efeitos negativos ao ribeirão, segundo Sarcinelli *et al.* (2008, p. 74):

A invasão das áreas de preservação da vegetação ripária por sistemas agrícolas é uma das principais causas da perda dos serviços ambientais prestados por este ecossistema. A proximidade extrema das áreas de cultivo junto aos corpos d'água potencializa os efeitos negativos da erosão sobre a hidrologia do córrego, ao mesmo tempo em que reduz sua capacidade de vazão, a qualidade e a quantidade de água disponível para consumo.

De acordo com Schäfeer *et al.* (2011), as APP's possuem algumas funções ambientais, uma delas é a capacidade de preservar a paisagem, pois, quando, em áreas urbanas, deixam o ambiente prazeroso à população, garantindo cidades mais sustentáveis. Outra função extremamente importante das APP's é a capacidade de conservar a estabilidade geológica, segundo o autor em áreas de declives superior a 45% se desmatadas ou degradadas podem contribuir para a intensificação de processos erosivos, deslizamentos de solos e rochas, causando impactos negativos ao local.

[...] uma vez desmatadas, degradadas e/ou indevidamente ocupadas, perdem a proteção conferida pela vegetação ciliar, ficando sujeitas aos efeitos de desbarrancamentos e deslizamentos de solo ou rochas e o conseqüente carreamento de sedimentos para o leito dos rios, promovendo seu assoreamento. Com isso os rios tornam-se mais rasos, e nas situações de precipitações mais volumosas, não conseguem conter o volume adicional de água, potencializando cheias e enchentes (Schäfeer *et al.*, 2011, p. 15).

As APP's possuem grande importância para a biodiversidade, protegendo a fauna e a flora, segundo Sá *et al.* (2003), “[...] nos pequenos riachos das cabeceiras, folhas mortas e galhos são as fontes primárias de carbono orgânico para as cadeias alimentares aquáticas, chegando a representar até 70% do fluxo de energia anual desses ecossistemas”. De acordo com Schäfeer *et al.* (2011), as APP's formam “corredores ecológicos”, sendo “[...] porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando áreas remanescentes de vegetação nativa entre si ou com unidades de conservação [...]”, ou seja, nessas áreas acontecem fluxos gênicos (troca de genes) e movimentos da biota, que proporcionam dispersão de espécies e reconstrução de áreas degradadas, quando esses movimentos não acontecem, espécies ficam isoladas, diminuindo suas variedades genéticas, tornando-as menos adaptáveis às mudanças no ambiente. As APP's possuem papel importante para a preservação do solo, uma vez que áreas onde a mata está preservada “[...] servem como filtro, evitando que impurezas cheguem aos corpos d'água e, ao mesmo tempo, protegem as margens contra a erosão, evitando o assoreamento dos rios e o agravamento das enchentes”.

A ocorrência de chuvas torrenciais e a conseqüente elevação do nível de água dos riachos e rios é natural, sempre existiu e sempre existirá. Ou seja, onde houve enchente uma vez, mais cedo ou mais tarde, haverá novamente. Para prevenir as enchentes e evitar os prejuízos, a ação mais efetiva é não ocupar as áreas de risco, que via de regra são Apps, ou se a área alagável estiver ocupada, o melhor ‘remédio’ é desocupá-la o mais rápido possível (Campanili; Schaffer, 2010, p. 8).

Portanto, as APP's exercem importante função das margens de rios, encostas, etc., dessa forma elas devem ser preservadas e

respeitadas, a fim de garantir segurança aos recursos naturais e à população. A partir do diagnóstico, foi possível avaliar os impactos ambientais encontrados no local, assim como estabelecer algumas medidas mitigadoras, conforme o Quadro 2:

**Quadro 2:** Avaliação dos impactos ambientais

IMPACTOS	Valor	Ordem	Espaço	Dinâmica	Tempo	Plástica	Magnitude	Frequência	Significância	MEDIDAS MITIGADORAS
Descarte inadequado de resíduos sólidos	N	D	Lo	C	Me	R	5	2	5	Educação ambiental voltada à população local a respeito dos impactos que os resíduos podem causar ao meio; instalação de caçambas para a coleta de lixo (ecopontos).
Modificação/ retirada da mata ciliar	N	D	Lo	Pe	Me	R	5	2	5	Educação ambiental voltada à importância da mata ciliar para preservação do ribeirão; promover o reflorestamento da área.

**Legenda:** N - negativo, D - direto, Lo - local, C - cíclico, Me - médio, R - reversível, Pe - permanente.

Fonte: Adaptado de Rodrigues *et al.* (2015).

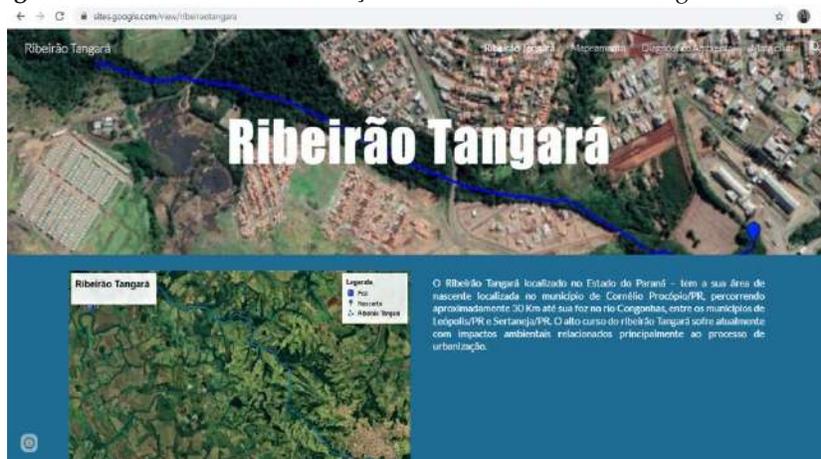
## Considerações finais

Constatou-se que o principal impacto ambiental no Ribeirão Tangará é o descarte inadequado de resíduos sólidos, este por sua vez, pode vir a causar enchentes, poluição da água e poluição visual. Outro fator que contribui para a poluição do local são os novos bairros que estão sendo construídos ao redor da área de estudo. A mata ciliar do ribeirão deve ser respeitada para evitar novos danos ao meio, e

possivelmente novas enchentes. Desta forma, políticas de preservação da área deveriam ser adotadas, afim de minimizar os danos causados ao local.

A partir dos dados sistematizados foi elaborada uma Cartilha Virtual (Figura 7), em formato de *website* para divulgar informações sobre o Ribeirão Tangará, disponível no endereço eletrônico: <<https://sites.google.com/view/ribeiraotangara>>. O objetivo do site é ser utilizado em sala de aula pelos professores da rede de ensino de Cornélio Procópio e região, assim como a população em geral.

**Figura 7:** Cartilha Virtual de Educação Ambiental do Ribeirão Tangará



Fonte: Google Sites, 2020.

A pesquisa ainda abre margens para que novos estudos sobre o Ribeirão Tangará sejam realizados, principalmente em demais áreas da extensão do seu curso, como a região do baixo curso fluvial, que engloba a foz do ribeirão.

## Referências

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm). Acesso em: 23 abr. 2020.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.** Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L6938.html](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.html). Acesso em: 02 mai. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9795.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm). Acesso em: 02 mai. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente; saúde.** 3 ed., Brasília, 2001.

CAMPANILI, M.; SCHAFFER, W. (org.). **Mata Atlântica – Patrimônio Nacional dos Brasileiros.** Ministério do Meio Ambiente, 2010.

CAMPIANI, M. C. **Os temas transversais na educação.** São Paulo: Códex, 2001.

CORNÉLIO PROCÓPIO. **Plano Diretor Municipal Cornélio Procópio.** 2007. Disponível em: <https://portaldosmunicipios.pr.gov.br/download/public/arquivos/documentos/74/2018/12/13/jN2qMKkp32D5qEPKCetqEL12zC8oQTuIx77vuMY5.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2020.

FERNANDES, M. M. F.; CEDDIA, M. B.; FRANCELINO, M. R.; FERNANDES, M. R. M. Diagnóstico ambiental da faixa ciliar e qualidade de água de duas microbacias utilizadas para abastecimento humano. **IRRIGA**, v. 20, n. 1, p. 128-138, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.15809/irriga.2015v20n1p128>> Doi: 10.15809/irriga.2015v20n1p128. Acesso em: 14 abr. 2020.

FERREIRA, C. *et al.* Análise socioambiental em propriedades rurais com nascentes em processo de recuperação no município de Lauro Muller (SC). **Revista Ciência & Cidadania**, v. 2, n. 1, p. 92-102, 2016. Disponível em: <http://periodicos.unibave.net/index.php/cienciaecidadania/article/view/52>. Acesso em: 14 abr. 2020.

GUIMARÃES, M. **A dimensão ambiental na educação.** Campinas SP; Papirus, 1995.

MEDRI, M. E. *et al.* **A Bacia do Rio Tibagi.** Londrina, 2002.

MENDONÇA, F. **Geografia e meio ambiente.** São Paulo: Contexto, 1993.

MENDONÇA, F. Geografia socioambiental. **Terra livre**, São Paulo, nº 16, p. 113-132, 2001. Disponível em: <https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/352/334>. Acesso em: 14 mar. 2020.

MENDONÇA, H. Na tragédia de Minas, o descaso da administração encontra os efeitos da mudança climática. **El País**. Jan. 2020. Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/.elpais.com/brasil/2020-01-29/na-tragedia-de-minas-o-descaso-da-administracao-encontra-os-efeitos-da-mudanca-climatica-html%3foutputType=amp>. Acesso em: 23 abr. 2020.

MOREIRA, I.V.D. **Vocabulário básico do meio ambiente**. Rio de Janeiro: Feema/Petrobrás, 1992.

MOTA, S. **Urbanização e meio ambiente**. 3 ed. Rio de Janeiro: ABES, 2003, p. 356.

PEREIRA, M. C. B.; SCROCCARO, J. L. **Bacias hidrográficas do Paraná: série histórica**. Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA), 2010.

RODRIGUES, A.J. *et al.* Diagnóstico ambiental de um trecho da área de preservação permanente (APP), margens do córrego pouso do meio, em Gurupi-TO. **Enciclopédia Biosfera**, v. 11, n. 21, p. 3103 – 3113, 2015.

SÁ, M. F. P.; VERANI, N. F.; FRAGOSO, E. N. Peixes do cerrado em perigo. **Ciência Hoje**, v 34., n. 200, p. 68-71., 2003. Disponível em: <http://www.sfrancisco.bio.br/arquivos/Sa%20MFP001.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2020.

SANTANA, M. N. R. Identificação dos impactos ambientais da ocupação irregular na área de preservação permanente (APP) do Córrego Tamanduá em Aparecida de Goiânia. **Anais do II Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental**, Londrina, 2011. Disponível em: <https://www.ibeas.org.br>. Acesso em: 02 mai. 2020.

SANTOS, E. M. D.; FARIA, L. C. M. D. O educador e o olhar antropológico. Fórum Crítico da Educação: **Revista do ISEP/Programa de Mestrado em Ciências Pedagógicas**. v. 3, n. 1, out. 2004. Disponível em: <http://www.isep.com.br/FORUM5.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2020.

SARCINELLI, O.; MARQUES, J. F.; ROMEIRO A. R. Custo de adequação ambiental das áreas de vegetação ripária: estudo de caso na microbacia do Córrego Oriçanguinha, SP. **Revista Informações Econômicas**, v. 38, n. 10, p. 70-79, 2008.

SCHÄFFER, W. B.; *et al.* Áreas de Preservação Permanente e Unidades de Conservação x Áreas de Risco: o que uma coisa tem a ver com a outra? **Biodiversidade**, vol. 41, Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2011.

SILVA, T. G. N. *et al.* Diagnóstico ambiental de uma área de proteção permanente (APP), Formoso do Araguaia – TO. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**. v. 16, nº. 2, p. 1-10, 2018. Disponível em: <http://periodicos.unincor.br/index.php/revistaunincor/article/view/4619>. Acesso em: 16 abr. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.5892/ruvrd.v16i2.4619>.

VEYRET, Y. **Géo-environnement**. Paris: Sedes, 1999.

VIANNA, A. M. Poluição ambiental, um problema de urbanização e crescimento desordenado das cidades. **Revista Sustinere**, [S.I.]. v. 3, n. 1, p. 22-42, jul. 2015. ISSN 2359-0424. Disponível em: <<https://www.e-publicações.uerj.br/index.php/sustinere/article/view/17325/12855>>. Doi: <https://doi.org/10.12957/sustinere.2015.17325>. Acesso em: 02 mai. 2020.



# ENCAMINHAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS ADAPTADOS PARA ENSINAR A CIDADE DE CORNÉLIO PROCÓPIO NA GEOGRAFIA ESCOLAR

Coaracy Eleutério da Luz

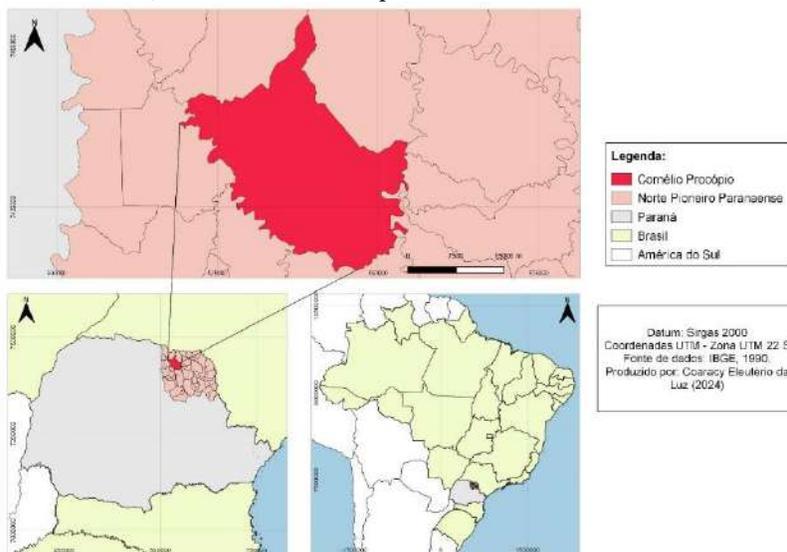
## Introdução

O ensino da temática “cidade” integra o currículo na Geografia Escolar, na Educação Básica, desde os anos iniciais. Em todos os níveis de ensino, Ensino Fundamental e Médio, salienta-se que a cidade ensinada se vincule à realidade geográfica vivenciada pelos estudantes.

Dessa maneira, a aproximação entre o que se ensina nas aulas de Geografia, neste caso o conceito de cidade é explicitado no decorrer desse estudo, por meio dos encaminhamentos teórico-metodológicos de alguns estudiosos da área tais como Castellar e Souza (2020) e Cavalcanti (2012, 2013).

De tal modo, o conteúdo empírico, a cidade de Cornélio Procópio no Norte Pioneiro Paranaense (Figura 1), é abordado a partir de um contexto adaptado às proposições metodológicas descritas, como ensaios da aplicação das mesmas no ensino, desse recorte geográfico, nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

**Figura 1:** Localização de Cornélio Procópio no Norte Pioneiro Paranaense



Fonte: IBGE (1990). Elaborado pela autora.

A abordagem da cidade de Cornélio Procópio, sob esses diferentes enfoques teórico-metodológicos, justifica-se em função da inexistência de pesquisas sobre este tipo de orientação centrada no ensino da Geografia, na escala local e, em uma formação cidadã. Pois, não existem materiais didáticos sobre a Geografia local, nessa perspectiva de ensino da cidade, e, portanto, praticamente eliminam-se as possibilidades desse assunto ser tratado nas aulas de Geografia, no município.

Logo a pesquisa visa contribuir com essa lacuna da Geografia Escolar no município, e desenvolver proposições teórico-metodológicas próprias para o ensino da cidade de Cornélio Procópio, a partir dos encaminhamentos descritos dos autores supracitados. Conduzindo-se assim, este estudo caracteriza-se por ser descritivo, exploratório e qualitativo.

Estruturalmente, em princípio delineiam-se “Considerações sobre a Geografia Escolar e sua relação com o ensino da cidade”, para apontar as fragilidades e desafios do ensino do tema. Em seguida, no item “A cidade ensinada nas aulas de Geografia: algumas proposições

teórico-metodológicas a partir de Castellar e Souza (2020), e Cavalcanti (2013)”, são descritas as propostas modelo dos autores selecionados, a partir da literatura específica acerca da temática na Geografia Escolar. O último item “O ensino da cidade de Cornélio Procópio na Geografia Escolar: algumas possibilidades”, apresenta formas adaptativas de cada proposta metodológica para ensinar sobre a cidade de Cornélio Procópio e seus diferentes elementos geográficos de análise, nas séries iniciais e finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

### **Considerações sobre a Geografia Escolar e sua relação com o ensino da cidade**

Segundo Castellar e Souza (2020), tradicionalmente o modelo de ensino básico, nas escolas brasileiras, tem se apoiado na transmissão de conhecimentos tradicionais, cujo cerne da formação docente restringe-se às disciplinas do conhecimento, desprezando outras fontes de informação. Algumas fontes, geralmente desvalorizadas no ensino, referem-se à fotografia, charge, cartum, histórias em quadrinhos, TV/vídeo, obras de arte, música etc. (Santos; Chiapetti, 2011; Castellar; Souza, 2020).

Sabe-se que estas linguagens alternativas associadas ao uso de metodologias diversas, nas aulas, avalizam a motivação e participação dos alunos (Santos; Chiapetti, 2011), indo na contramão das aulas de Geografia no Ensino Fundamental e Médio que são reduzidas à memorização, desprovidas de referências da realidade espacial dos estudantes, presas à excessiva utilização dos livros didáticos e à aplicação descontextualizada e estereotipada de produtos cartográficos (Bomfim, 2006), com transmissão de conteúdos programados e seriados (Almeida, 1991).

É amplamente discutido e comprovado que o formato tradicional do ensino de Geografia bloqueia o papel criativo e transformador do docente, condicionando-o a mero divulgador de conteúdo (Antônio Filho; Almeida, 1991). Assim são urgentes práticas de ensino que não reproduzam “uma abordagem estática e a-histórica do processo de

ocupação das áreas e da apropriação dos recursos naturais” (Almeida, 1991, p. 84). Em caso contrário, como advertiu Almeida (1991), e atualmente, como as últimas políticas educacionais sobre estrutura curricular já sinalizam tal panorama, este ramo do conhecimento será cada vez mais desvalorizado perante às novas gerações.

Para este entendimento, em uma perspectiva ampla acerca da Geografia Escolar, conforme Callai (2001, p. 135):

[...] o que se quer hoje, e a sociedade exige da escola, é uma educação que desenvolva o raciocínio lógico, a criticidade, a instrumentalização para usar coerentemente o conhecimento, a capacidade de pensar e especialmente de poder construir o pensamento com autoria própria.

A interpretação crítica da organização espacial, por parte dos discentes, expressa o principal objetivo a ser atingido nas aulas de Geografia. Para tanto, o trabalho docente deve se desenvolver, visando um estudo que seja consequente (Callai, 2001), e que os conhecimentos tenham significado para o aluno (Cavalcanti, 2013). Dessa maneira, Callai (2001) enfatiza que as experiências concretas do espaço cotidiano se interligam e são coerentes àquilo que é ensinado, sendo igualmente importante a articulação entre escalas geográficas, qual seja, “a interligação deste com as demais instâncias é fundamental para a aprendizagem” (Callai, 2001, p. 136).

Com destaque para a contextualização do ensino e da educação no espaço em que se vive, pois estes não devem acontecer isolados, descolados da realidade vivida pelos alunos, a partir desse encaminhamento é possível identificar conflitos latentes na sociedade, na família, na escola, no município, conhecendo-os e analisando-os, e se percebendo como integrante de um grupo, portador de voz ativa capaz de participar e decidir (Callai, 2001). Trata-se de uma educação para cidadania que possibilita ao aluno:

[...] perceber que o seu território e o de seu município são construídos pelo movimento dos homens e que envolvem interesses que podem ser localizados, reconhecidos e entendidos no processo dinâmico da vida cotidiana (Callai, 2001, p. 142).

Dentre os conteúdos geográficos, o ensino da temática cidade e seus desdobramentos alinha-se sobremaneira à formação cidadã dos estudantes, visto que de acordo com Cavalcanti (2012), a cidadania consiste em um dos eixos temáticos para compreensão da cidade e do espaço urbano<sup>1</sup>. Segundo a mesma autora a cidadania:

[...] é um conceito bastante complexo e tem uma histórica relação com a vida cotidiana da cidade. O que se postula aqui é a cidadania ativa, aquela que exercita o direito a ter direitos, aquela que cria direitos, no cotidiano, na prática da vida coletiva e pública (Cavalcanti, 2012, s/p).

Nesse contexto, os conteúdos geográficos, dentre os quais a cidade, devem ser trabalhados para que os alunos construam e saibam exercitar sua cidadania, sendo assim, Callai (2001) reforça que o sujeito-estudante não deve ser considerado como um indivíduo neutro e abstrato, deslocado do mundo em que vive, tal qual é equivocadamente propagado por uma educação para cidadania que é: “[...] muitas vezes, irreal e inalcançável, burocrática, ligada ao positivismo e com soluções técnicas [...]” (Callai, 2001, p. 136).

Concebe-se a cidade como um lugar de formação das pessoas e da sociedade em geral, pois ela é “o lócus privilegiado da vida social, na medida em que, mais do que abrigar a maior parte da população, ela produz um modo de vida que se generaliza” (Cavalcanti, 2012, s/p).

A fim de contribuir para o ensino da cidade, Cavalcanti (2012) delinea algumas categorias para analisá-la: a escala (intraurbano e redes); a paisagem e o espaço como níveis de análise; a cidade e o espaço urbano; a produção do espaço, juntamente com as categorias da contradição e da segregação. Na sequência aprofundam-se estas

---

<sup>1</sup> Cabe, aqui, uma distinção entre os conceitos: “a cidade é a forma, é a materialização de determinadas relações sociais, enquanto espaço urbano é o conteúdo, são as próprias relações sociais que se materializam no espaço” (Cavalcanti, 2012, s/p). Porém, não é possível separar espaço urbano e cidade de forma absoluta, do mesmo modo que não se separa absolutamente forma e conteúdo em uma análise dialética, pois ambos apresentam uma relação de interdependência dialética na explicação (Cavalcanti, 2012).

categorias analíticas a partir de algumas proposições teórico-metodológicas presentes na bibliografia de Geografia Escolar, sobre a cidade que se ensina desde as séries iniciais até o Ensino Médio.

### **A cidade ensinada nas aulas de Geografia: algumas proposições teórico-metodológicas a partir de Castellar e Souza (2020) e Cavalcanti (2013)**

Para as séries iniciais e com o propósito de alcance de profissionais de Pedagogia, que no Brasil, lecionam a disciplina neste nível de ensino, Castellar e Souza (2020) apresentam uma proposta alternativa ao modelo tradicional de ensino e aprendizagem<sup>2</sup>, qual seja o uso de museus da cidade de São Paulo e as pinturas existentes neles, como recursos para ensinar o conceito de paisagem, a partir das temáticas relativas à cidade. Nessa primeira proposição verificam-se as categorias paisagem e espaço como níveis de análise, mencionadas por Cavalcanti (2012).

De acordo com Castellar e Souza (2020), já é recorrente a apresentação das obras de arte como figuras nos livros didáticos de Geografia, expressando uma considerável forma de linguagem dos textos e uma significativa fonte de conteúdos geográficos. Contudo, segundo os mesmos autores, necessitam-se dos devidos encaminhamentos didáticos para ensinar Geografia através de tais recursos.

Para essa abordagem didática, cujo enfoque é a construção de conceitos e, neste caso, o conceito de paisagem, os autores fazem algumas ponderações válidas para serem reproduzidas aqui:

---

<sup>2</sup> A proposta apresentada foi elaborada a partir de evidências empíricas de sequências didáticas sobre o ensino da cidade de São Paulo, por meio do conceito de paisagem e das obras de arte e dos museus paulistanos, como recurso didático que compuseram o artigo intitulado “Formação de professores para ensinar Geografia nos anos iniciais: encaminhamentos didáticos sobre a cidade”, de Castellar e Souza (2020).

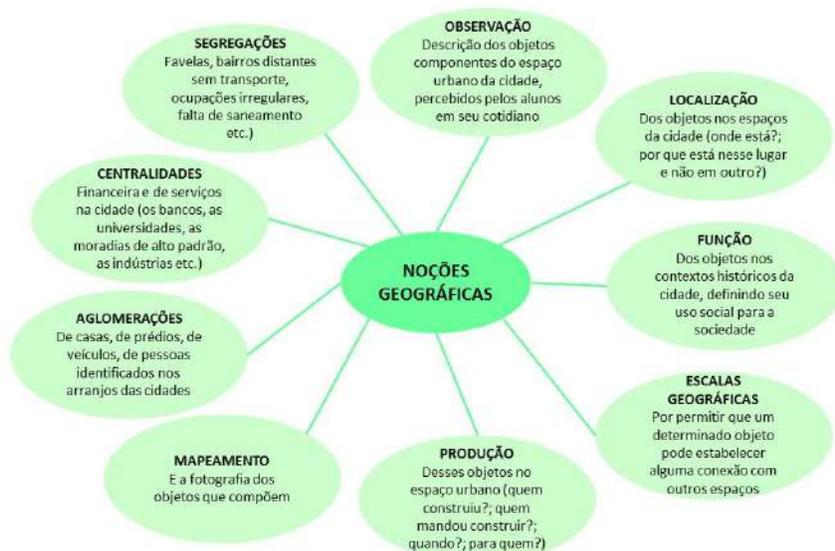
Este trabalho parte também da importância da mediação do professor na construção de conceitos geográficos [...].

[...] consideramos a existência de diversos aspectos que podem potencializar a formação desse profissional, bem como de ensinar os conteúdos da Geografia e promover, desde as crianças pequenas, a formação de um pensamento geográfico.

Sabemos que nas escolas de nível fundamental, os alunos dificilmente operam por conceitos. Esta abordagem, no entanto, pode permitir que as ações cognitivas possam desenvolver noções geográficas, as quais consideramos essencial para o desenvolvimento conceitual (Castellar; Souza, 2020, p. 34).

As noções relativas ao conceito de paisagem e ao pensamento geográfico, que segundo os autores, podem ser proporcionadas aos alunos compreendem-se no esquema a seguir (Figura 2):

Figura 2: Noções geográficas proporcionadas aos estudantes



Fonte: Organizado pela autora a partir de Castellar e Souza (2020).

Ainda, segundo Castellar e Souza (2020), é possível que os estudantes constituam noções de pensamento geográfico, para que posteriormente possam operar por conceito e compreender a cidade através da paisagem. É interessante observar que além das noções

geográficas, as categorias analíticas sobre cidade também são contempladas a partir dessa metodologia, tais como a escala intraurbana, paisagem e espaço, cidade e espaço urbano, produção do espaço, contradição e segregação.

Nos anos iniciais, a metodologia básica para promoção de um pensamento espacial sobre a cidade a partir da visita aos museus envolve o ato de observar, descrever, comparar e sintetizar (Castellar; Souza, 2020). Tendo como princípio os “saberes dos alunos como referência para ensinar a Geografia” (Castellar; Souza, 2020, p. 39), pois “a escola e os conteúdos de Geografia têm a tarefa de modificar os saberes existentes passando a imprimir cada vez mais noções de base geográfica” (Castellar; Souza, 2020, p. 36).

Nesta proposta metodológica o desenvolvimento do conceito de paisagem é possível através dos seguintes temas e atividades esquematizados na sequência (Figuras 3 e 4).

**Figura 3:** Temas para desenvolvimento do conceito de paisagem, segundo a proposta metodológica apresentada

<b>Temas</b>	História das moradias
	Brincadeira de crianças
	O visível e o invisível na cidade
	Meio ambiente
	A cidade e as relações de poder na cidade
	As mudanças na paisagem
	A transformação do espaço ao longo do tempo
	Pensar a cidade

Fonte: Organizado pela autora a partir de Castellar e Souza (2020).

**Figura 4:** Atividades para desenvolvimento do conceito de paisagem, segundo a proposta metodológica apresentada

<b>Atividades</b>	Visita aos museus
	Observação e descrição da obra
	Diálogos sobre a obra de arte e sua relação com a cidade
	Comparação entre a obra e o espaço nela representado
	Síntese com percepção das crianças sobre a obra e a cidade
	Uso de fotografias e/ou trabalhos de campo
	Elaboração de desenhos e painéis com imagens diversas

Fonte: Organizado pela autora a partir de Castellar e Souza (2020).

Conforme os autores, o desenvolvimento destes temas e atividades de ensino é capaz de promover o pensamento espacial em crianças pequenas, especialmente, quando se observa a integração dos procedimentos em uma sequência didática organizada e coordenada.

Adiante, nesta exposição, destacam-se algumas proposições de Cavalcanti (2013), para o ensino de cidade e a formação cidadã dos jovens escolares.

De acordo com a autora, uma das justificativas para abordagem da cidade no ensino de Geografia, deve-se ao fato de que os estudantes, enquanto sujeitos, vivem sua cidadania em um mundo com características predominantemente urbanas, sem desconsiderar, é claro, as realidades espaciais rurais do Brasil e de outros lugares (Cavalcanti, 2013).

Assim, orienta-se que as atividades integrantes do projeto de intervenção docente sejam guiadas por objetivos pedagógicos e sustentadas por caminhos metodológicos, visando à formação conceitual a partir dos conteúdos da Geografia Urbana, com possibilidades de abertura para processos criativos e inventivos, próprios do caráter dinâmico do processo de ensino e aprendizagem (Cavalcanti, 2013).

Cavalcanti (2013) define um sistema conceitual composto por três eixos principais – paisagem, lugar e território – para exploração do conceito de cidade nas aulas de Geografia, para os jovens escolares. As três orientações teórico-metodológicas a seguir

perfazem este sistema conceitual, denominadas pela autora da seguinte forma, são elas: “identificando os grupos, seus problemas cotidianos e seus lugares” (Cavalcanti, 2013, p. 72); “compreendendo os territórios” (p. 75); “descobrimo os espaços públicos e discutindo a cidadania” (p. 76).

Em “identificando os grupos, seus problemas cotidianos e seus lugares”, inicialmente, a autora pondera que em todos os níveis de ensino há diversas temáticas possíveis de estabelecer relação com a cidade, como por exemplo, as abordagens sobre solo, relevo, clima, migração, produção econômica, recursos energéticos, bacias hidrográficas, grupos populacionais. Além disso, há vários tópicos de programas curriculares que tratam especificamente sobre espacialidade urbana, objetivando formar o conceito de cidade e de espaço urbano com vistas à vida urbana cidadã (Cavalcanti, 2013).

Cavalcanti (2013) explica que para tanto, o trabalho docente de antemão, necessita: conhecer seus alunos e sua realidade espacial; realizar atividades de sondagem para identificar os grupos sociais existentes na cidade, a partir da própria realidade da sala de aula e dos alunos; definir atividades que devem direcionar para a problematização do tema a ser estudado; identificar obstáculos/entraves vivenciados no cotidiano dos alunos.

Mediante as orientações de Cavalcanti (2013), tal problematização deve ser estimulada através do levantamento do perfil dos alunos, de suas práticas, das práticas de vida e de trabalho de seus pais e familiares, vizinhos, colegas etc. A pesquisa envolve, desse modo, a realização de entrevistas e/ou questionários a serem preenchidos pelos próprios alunos ou aplicados fora da escola ou dentro da escola.

Neste ponto, a orientação teórico-metodológica de Cavalcanti (2013) se assemelha a um dos princípios importantes para desenvolver o pensamento espacial através de conceitos, considerado por Castellar e Souza (2020), isto é, a problematização. Assim sendo:

a construção de conceitos decorre de processos mentais complexos, sendo o pensamento resultado de problematizações colocados para os alunos em

diversas situações de aula. Ensinar sem a existência de problemas, significa, acima de tudo, dificultar as condições para a aprendizagem dos alunos e não dar motivos para que ele aprenda [...] (Castellar; Souza, 2020, p. 35).

Ainda a respeito do levantamento de informações, Cavalcanti (2013) orienta que este pode ser feito nas associações de bairros ou similares, ou por intermédio de debates orais na própria turma com os alunos. Ademais, salienta que este procedimento deve traçar como objetivo o desenvolvimento de habilidades de tratamento de informações através de mapeamento, gráficos e tabelas.

E após a organização das informações levantadas são necessários diálogo e reflexão com os estudantes para que percebam semelhanças e diferenças entre eles e entre suas práticas, identificando as diferenças de gênero, de raça, de classe, de religião, de preferências, de lazer, de condição social e sexual. A partir daí, possibilita-se também a discussão acerca do significado de cultura, de identidade cultural e de lugar, expressados por meio da manifestação das espacialidades, seus simbolismos e da dimensão do vivido no cotidiano (Cavalcanti, 2013).

Importante ressaltar na discussão o que o perfil levantado representa no conjunto da cidade, ou seja, perceber que a cidade é um conjunto de locais, e como conjunto de lugares de identificação, de grupos, à medida que se percebem nesse conjunto, percebem seu lugar no conjunto urbano (Cavalcanti, 2013). Em síntese, o debate sobre o perfil levantado da realidade espacial urbana vivenciada pelos alunos permite uma compreensão ampla de diversidade, identidade, práticas cotidianas compartilhadas ou não, grupos (Figura 5).

**Figura 5:** Síntese do debate sobre o perfil levantado da realidade espacial urbana vivenciada pela classe



Fonte: Organizado pela autora a partir de Cavalcanti (2013).

Conforme Cavalcanti (2013), os resultados deste encaminhamento teórico-metodológico fazem aparecer as diferenças entre os grupos que coexistem no espaço urbano, tais como: aqueles que moram na periferia; os que moram em áreas poluídas; os que pegam ônibus; os que têm benefícios de infraestrutura, e aqueles que não os têm; os que têm possibilidade de circulação na cidade; os que têm acesso a áreas públicas de lazer; os que têm acesso a áreas privadas de lazer, e aqueles que não têm acesso a áreas de lazer; os que têm educação garantida, e aqueles que não têm esta garantia; os que têm saúde garantida, e aqueles que não a têm.

Igualmente, o conhecimento de outros lugares da cidade e a comparação em escala intraurbana e também entre outras escalas geográficas:

Podem ajudar os alunos a ampliar a compreensão dos lugares vividos, ao tratar o familiar e o vivido na sua relação dialética com o não familiar, com o estranho à vivência, com o contraponto ao que é vivido, com os processos globais (Cavalcanti, 2013, p. 74).

A próxima proposição metodológica “compreendendo os territórios”, acompanhando a linha de raciocínio do caminho metodológico anterior de Cavalcanti (2013), possibilita o desenvolvimento de ideias sobre a configuração dos lugares, ou seja, a constituição de suas formas manifestadas no espaço-tempo. A partir disso, segue-se com a orientação de mapear essa configuração, evidenciar o território dos diferentes grupos, os lugares que os sujeitos ocupam e como o fazem (na escola, na vizinhança, no bairro, na cidade) (Cavalcanti, 2013).

Neste sentido, as atividades para os alunos referem-se a observar, anotar, descrever os diferentes territórios. Além de abordar a dinâmica de constituição desses territórios e das relações de poder neles estabelecidas por meio da observação e descrição de suas paisagens vividas (Cavalcanti, 2013).

Com tais atividades escolares, Cavalcanti (2013) comenta que é possível explorar as práticas juvenis de viver a cidade, de circular, de caminhar por ela, de observar, de imaginar, de descrever a paisagem de seus lugares com o propósito de compreender o seu movimento, sua apropriação e os processos de identificação.

Para a autora, a partir de tais caminhos de análises do espaço pode-se observar e compreender as diferentes formas constituidoras do território, como os seus aspectos objetivos e subjetivos, também os aspectos naturais e sociais, ainda as expressões técnicas, funcionais e estéticas da sociedade, e por fim as contradições sociais, testemunhas de ações passadas e de tempos distintos (Cavalcanti, 2013).

Com esse encaminhamento de Cavalcanti (2013), desenvolve-se o conceito de território, que na Geografia contemporânea, abrange as ideias de campo de força, de apropriação e ocupação do espaço por um agente (Estado, empresa, grupo social, indivíduo), sendo resultante de relações sociais projetadas no espaço, em um longo período de tempo ou por alguns minutos. Nesta ótica o território ocorre e pode ser identificado em múltiplas escalas, e a territorialidade manifestada pode ser regular ou periódica, estável ou instável, flexível ou inflexível.

Na última proposição metodológica apresentada “descobrimos os espaços públicos e discutindo a cidadania”, Cavalcanti (2013)

esclarece que a sequência do trabalho docente é composta por debates sobre os grupos, os lugares, as paisagens e os territórios urbanos relativos aos alunos, ao espaço escolar e o bairro da escola/bairro de vivência, tendo como resultado, a distinção de espaços públicos e privados. Nota-se que os três caminhos metodológicos são interligados, proporcionando um percurso sucessivo de ensino e aprendizagem sobre a cidade a partir de um sistema conceitual.

Segundo a autora, essa atividade possui ainda como objetivos a reflexão sobre os possíveis direitos e deveres definidos para práticas individuais e coletivas, e a ênfase na conexão entre espaço público e a construção de cidadãos, principalmente dos jovens (Cavalcanti, 2013). Nesse intuito, o que se quer é “uma abordagem que proporcione ao aluno, situações para a tomada de consciência de seu protagonismo potencial nos projetos de sociedade e de cidade a serem construídos” (Cavalcanti, 2013, p. 77).

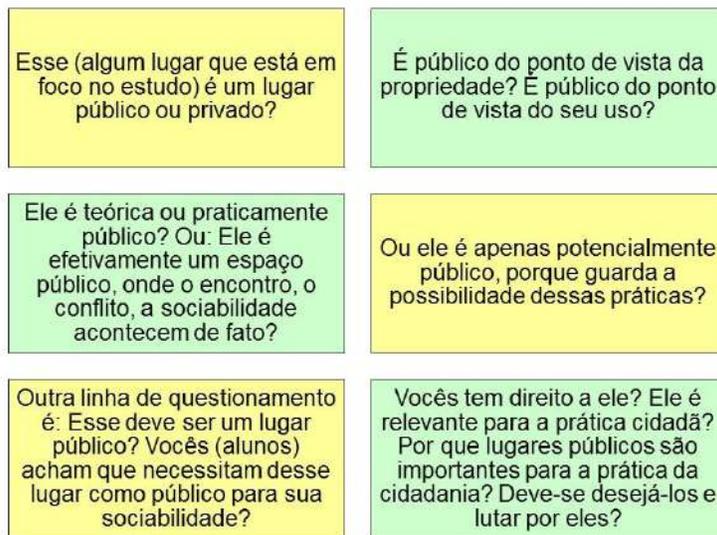
Portanto, nos estudos urbanos pela Geografia compreende-se que a sociedade urbana se constitui por elementos do privado, do familiar, e também da vida social, da troca coletiva, os quais se justapõem e compõem a cidade (Cavalcanti, 2013). Tal compreensão deve levar ao entendimento de que a cidade reúne os espaços públicos como o ambiente complexo da vida coletiva e que todos os lugares concorrem para a prática social na relação entre os modos de produção aos modos de existência das pessoas que ali residem (Cavalcanti, 2013).

De acordo com Cavalcanti (2013), os espaços públicos consistem em arranjos importantes da cidade para a prática da gestão urbana democrática e participativa, favorecendo o exercício da cidadania. Ademais, eles significam lugares de coabitação, de encontro e de copresença, onde se expressam as infinitas diferenças, as divergências e as contradições.

Embora, a autora admita que os espaços públicos são possibilitadores do exercício da cidadania, contudo “produzem limitações e, ao mesmo tempo, abrem possibilidades” (Carlos, 2011 *apud* Cavalcanti, 2013, p. 78).

Como encaminhamentos para o debate acerca dos espaços públicos e da cidadania, propõe os seguintes questionamentos resumidos na Figura 6.

**Figura 6:** Encaminhamentos para o debate sobre espaços públicos e cidadania



Fonte: Organizado pela autora a partir de Cavalcanti (2013).

Estes questionamentos são necessários, segundo a autora para transcender o individualismo, tão presente nas sociedades contemporâneas e assim perceber o sentido efetivo da publicidade dos lugares que realmente permitem apropriações múltiplas. Como conclusão do debate, depreende-se que o uso efetivo dos espaços públicos “depende das ações das pessoas diante desse espaço, no sentido de realizar trocas sociais e de lutar para ter a possibilidade dessa realização” (Cavalcanti, 2013, p. 79). Entretanto, o uso dos espaços públicos, na maioria das vezes é impedido pelo domínio da violência, da mercadoria e do descaso do poder público (Cavalcanti, 2013).

## O ensino da cidade de Cornélio Procópio na Geografia Escolar: algumas possibilidades

A proposição teórico-metodológica de Castellar e Souza (2020), para o ensino da cidade, nas aulas de Geografia, a partir do conceito de paisagem e das obras de arte e museus como recurso didático nos anos iniciais, se aplicada à abordagem da cidade de Cornélio Procópio, neste mesmo nível de instrução, exige algumas adaptações que atendam esta realidade espacial urbana e suas particularidades. Considerando que na área central da cidade de Cornélio Procópio há dois museus, sendo o Museu de História Natural Mozart de Oliveira Vallim<sup>3</sup> e o Museu Histórico Municipal, este encaminhamento metodológico pode ser adaptado e realizado no museu histórico devido ao seu conteúdo e acervo que visam contar a história da cidade.

O Museu Histórico Municipal existe desde o ano 2000, está situado na Avenida Quinze de novembro, e foi instalado no edifício histórico, Casa de Cultura Nair Mariucci Azzolini (Figura 7) (Guia das Artes, 2022). Atualmente o museu histórico está funcionando no mesmo espaço da biblioteca pública municipal. Anteriormente, há alguns anos atrás, cada um ocupava espaços distintos no mesmo prédio, o que demonstra, mais recentemente, certo descaso do poder público com este tipo de serviço cultural prestado à população.

---

<sup>3</sup> Localizado às margens da estrada de ferro São Paulo-Paraná no centro da cidade, o Museu de História Natural Mozart de Oliveira Vallim foi instituído em 2002, com a finalidade de promover a interação entre homem e meio ambiente. Para tanto, possui 300 exemplares de animais taxidermizados, que são a sua principal atração. Estes estão distribuídos em cinco dioramas, sendo quatro que representam os biomas brasileiros – Pantanal, Cerrado, Mata Atlântica e Amazônia – e um com vegetação exótica. Neste museu, as visitas são guiadas por monitores que explicam sobre os biomas e sua formação e sobre o comportamento dos animais. Além disso, durante a visitação ouve-se efeitos sonoros com o som dos pássaros e a vocalização de alguns animais (Guia das Artes, 2022).

**Figura 7:** Prédio do Museu Histórico Municipal de Cornélio Procópio



Fonte: Pesquisa de campo no Museu Histórico Municipal (2022).

Seu acervo composto por objetos, instrumentos, móveis, roupas, antes pertencentes aos pioneiros da cidade, representa parte da história do município no século passado (Figuras 8, 9, 10, 11, 12 e 13).

**Figura 8.** Mobiliário do século passado



**Figura 9.** Máquinas de escrever (datadas de 1930 a 1950)



Figura 10. Impressora do primeiro jornal (1901)



Figura 11. Objetos para iluminação (décadas de 1930 e 1940)



Figura 12. Ventiladores e louças (datadas de 1930 a 1950)



Figura 13. Radiola, discos de vinil, oratório e máquinas de costura (datadas de 1920 a 1950)



Fonte: Pesquisa de campo no Museu Histórico Municipal (2022).

Há em seu interior, uma réplica em tamanho real, de um estabelecimento comercial existente no centro da cidade nas primeiras décadas de sua formação original (Figura 14). Também há diversas fotografias demonstrando cenas do cotidiano da época e algumas transformações espaciais ocorridas.

**Figura 14:** Placa da réplica do armazém de secos e molhados



Fonte: Pesquisa de campo no Museu Histórico Municipal (2022).

Acompanhando a proposição teórico-metodológica de Castellar e Souza (2020), a visitação deve envolver os anos iniciais do Ensino Fundamental (4º ou 5º ano), com grupos que não ultrapassem quinze estudantes, devido ao tamanho do local visitado. O percurso no museu deve passar pelos três ambientes que o constituem, guiados pela monitora, sendo importante que os estudantes sejam orientados pelo docente a anotar e fotografar a composição de cada ambiente visitado, para posterior descrição e correlação ao que existe na cidade. No Museu Histórico Municipal de Cornélio Procópio não há obra de arte, então, como adaptação à metodologia proposta, deve-se utilizar as diversas fotografias expostas que representam passagens históricas importantes sobre a formação da cidade.

Assim, a partir dos registros feitos durante a visitação no museu, em classe será possível observar, descrever e explicar o conteúdo das fotografias, explorando as transformações do espaço ao longo do tempo, as mudanças na paisagem urbana procopense e as relações de poder presentes na sociedade da época. É importante que os registros fotográficos sejam organizados de acordo com a sequência cronológica dos eventos representados. Nesse momento, também deve-se dialogar com os estudantes a respeito das relações das fotografias com a cidade no presente, comparando-as com o espaço

representado no tempo passado e nos dias atuais. Ainda como atividade avaliativa, finaliza-se com a organização de um painel através de desenhos elaborados pelos estudantes e/ou fotografias atuais dos locais observados e, os próprios registros fotográficos obtidos durante a visita ao museu. As transformações espaciais da cidade podem ser representadas através dos desenhos e/ou fotografias, demonstrando os mesmos locais fotografados no passado e como se configuram no presente.

As figuras a seguir elucidam cronologicamente alguns objetos geográficos que compuseram a paisagem urbana de Cornélio Procópio no passado (Figuras 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25 e 26), e alguns deles ainda permanecem nela.

Figura 15. Armazém na Praça Brasil (1936)



Figura 16. Praça Brasil (década de 1940)



Figura 17. Avenida XV de novembro (década de 1940)



Figura 18. Primeiro posto de gasolina (década de 1940)



Figura 19. Transporte coletivo (década de 1940)



Figura 20. Cine São Luiz (1945)



Fonte: Pesquisa de campo no Museu Histórico Municipal (2022).

Figura 21. Escola primária (década de 1940)

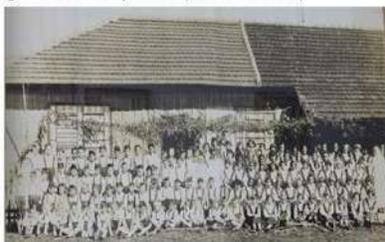


Figura 22. Primeira escola particular (década de 1950)



Figura 23. Antiga prefeitura (década de 1950)



Figura 24. Primeira loja de eletrodomésticos (década de 1950)



Figura 25. Fábrica e comércio de rádios (1951)



Figura 26. Monumento Cristo Rei (1958)



Fonte: Pesquisa de campo no Museu Histórico Municipal (2022).

A análise deste material iconográfico permite aos estudantes entender que a paisagem urbana é composta de variadas formas espaciais e suas respectivas funções que se alteram ao longo do processo de crescimento urbano, consoante às modificações da matriz social e econômica do município, no decorrer do tempo. Assim modificam-se as formas, as funções, os materiais construtivos, os estilos arquitetônicos, o tamanho, a densidade ocupacional etc. Esse é o caso da Praça Brasil e seu entorno, da Avenida XV de Novembro e sua densa ocupação urbana no centro da cidade, atualmente. Outras formas espaciais apresentadas, tais como estabelecimentos comerciais, estabelecimentos educacionais e culturais, meios de

transporte, instalações administrativas evidenciam algumas transformações espaciais da cidade.

Alguns objetos geográficos que compuseram, no passado, a paisagem urbana procopense indicam o início de determinada atividade comercial e/ou educacional na cidade. Assim, como vários objetos foram substituídos no contexto das alterações socioespaciais, e há também aqueles que foram subtraídos da paisagem por que suas funções passaram a inexistir com o tempo, como é o caso do cinema e da linha de ônibus entre Assis (SP) e Cornélio Procópio.

No caso do cinema, embora o prédio ainda integre a paisagem urbana da área central da cidade, sua função foi modificada, atualmente funciona como igreja evangélica. Esta atividade cultural funcionou também em outro estabelecimento, que também nos dias de hoje comporta outra atividade. Desde meados da primeira década dos anos 2000, o cinema foi desativado na cidade.

Em respeito ao setor de cultura no município, o Plano Diretor Municipal de Cornélio Procópio (1997) analisa que não se observam grandes incentivos na área cultural, pois não se verifica continuidade de algumas atividades e programações culturais, também se percebe a falta de referências urbanas e do resgate e preservação dos bens culturais.

Tais aspectos ainda se mostram muito atuais, considerando o fato da desativação do cinema e do desinteresse de valorização cultural do patrimônio arquitetônico remanescente das primeiras décadas de formação da cidade, localizado na área central. Este desinteresse poderia ser revertido por meio de tombos históricos a partir da criação de um conselho municipal de patrimônio cultural e da instituição de um fundo municipal de proteção do patrimônio cultural. Quanto à atividade cultural do cinema, algumas manifestações pontuais aconteceram durante a última década,

como o Cinema nos Bairros<sup>4</sup>, em 2015, o Cine Urge<sup>5</sup>, em 2016 e o Cine Móvel<sup>6</sup>, em 2019. Eventos como estes, que revivam essa experiência cultural, outrora tão presente no cotidiano urbano, devem ser mantidos em uma agenda cultural regular na cidade, pois mitigam a falta do cinema em Cornélio Procópio.

Afinal, este primeiro encaminhamento metodológico descrito contempla a abordagem da unidade temática “Conexões e escalas”, do objeto de conhecimento “Território, redes e urbanização” e da habilidade (EF05GE03) da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), qual seja “identificar as formas e funções das cidades e analisar as mudanças sociais, econômicas e ambientais provocadas pelo seu crescimento” (Brasil, 2018, p. 378). Todos referentes ao ensino de Geografia no 5º ano do Ensino Fundamental I – Anos Iniciais.

Na sequência, a segunda e a terceira proposições metodológicas, quais sejam, o levantamento do perfil da realidade espacial urbana e conhecendo os territórios da cidade, no caso de Cornélio Procópio, podem ser realizadas nos anos finais do Ensino Fundamental II. Sendo assim, abrangendo procedimentos de reconhecimento das práticas urbanas cotidianas dos alunos e das pessoas integrantes de seu espaço de vivência – rua, bairro, comunidade – por meio de questionário e/ou entrevista (Figuras 27 e 28), com o objetivo geral, de a partir da percepção espacial do(e) entrevistado(a), caracterizar o bairro quanto aos tipos de moradia, distribuição de equipamentos e

---

<sup>4</sup> Como exemplo de atividade cultural de iniciativa pública, a Secretaria Municipal de Cultura, realizava sessões de cinema nos bairros que recebiam obras públicas, sendo que a exibição de filmes ocorria no momento de entrega da obra no bairro (Prefeitura Municipal de Cornélio Procópio, 2015).

<sup>5</sup> A cidade de Cornélio Procópio recebeu a 3ª edição do Festival Itinerante CineUrge, quando se realizou a III Mostra Competitiva de Curtas, com a exibição de 30 filmes selecionados, a inauguração da Sala de Cinema UENP/CineUrge na Associação Musicarte e oficinas de direção de cinema. A participação nas atividades do festival foi gratuita (*Folha de Londrina*, 2016; Cineurge, 2021).

<sup>6</sup> O Cinema na Praça foi uma parceria entre a Bienal de Curitiba e a Prefeitura Municipal de Cornélio Procópio com incentivo do governo estadual. Foram exibidos filmes de curta metragem produzidos na Oficina de Cinema pelo Celular realizada no Colégio Estadual Castro Alves (Bienal de Curitiba, 2022).

serviços urbanos, distância do centro principal, tipos de mobilidade urbana, usos de diferentes lugares da cidade etc.

**Figura 27:** Modelo de questionário para levantamento do perfil da realidade espacial urbana de Cornélio Procópio a ser aplicado no 6º ano

Questionário para alunos(as) do 6º ano do Colégio.....  
 Data de aplicação do questionário:.....

**Levantamento do perfil da realidade espacial urbana de Cornélio Procópio**

1. Nome:.....  
 2. Idade:.....  
 3. Bairro:.....  
 4. Há quanto tempo reside no bairro:.....  
 5. Como são as casas dos moradores do bairro:  
 São todas iguais       São diferentes  
 6. No caso de serem diferentes, em que se diferenciam:  
 Tamanho das casas  
 Material construtivo  
 Garagem  
 Quintal  
 Outra diferença:.....  
 7. Como são as ruas do seu bairro:  
 São pavimentadas  
 Não são pavimentadas  
 Possuem calçadas  
 Não possuem calçadas  
 Possuem muito trânsito de veículos  
 Possuem pouco trânsito de veículos  
 Outra resposta:.....  
 8. Sua escola se localiza no seu bairro?  Sim  Não  
 9. Tem posto de saúde no seu bairro?  Sim  Não  
 Se sim, qual é o nome?.....  
 10. Tem praça no seu bairro?  Sim  Não  
 Se sim, qual é o nome?.....  
 11. Tem quadra poliesportiva no seu bairro?  Sim  Não  
 12. Tem mercado no seu bairro?  Sim  Não  
 Se sim, qual é o nome?.....  
 13. Que tipo de coisas é possível comprar no seu bairro?.....  
 14. Tem coleta de lixo no seu bairro?  Sim  Não  
 15. Tem coleta de lixo seletiva no seu bairro?  Sim  Não

16. Tem pontos de ônibus no seu bairro?  Sim  Não  
 Se sim, qual é a linha de ônibus que passa no seu bairro?.....  
 17. Qual(is) é(são) o(s) meio(s) de transporte que você usa?  
 Ônibus  
 Automóvel  
 Não utilizo meio de transporte  
 Outra resposta:.....  
 18. Quando você não está no seu bairro, em qual(is) local(is) da cidade você costuma ir?  
 que fica no(s) bairro(s).....  
 19. Você vai até o centro da cidade?  Sim  Não  
 Se sim, com que frequência?  
 Diariamente  
 Nos finais de semana  
 Algumas vezes no mês  
 Uma vez no mês  
 Raramente  
 Outra resposta:.....  
 20. O que você vai fazer no centro da cidade?  
 21. Quando não está estudando, o que você faz para se divertir?  
 Onde você faz isso? No seu bairro ou em outro local?.....  
 No caso, de outro local. Qual?.....  
 22. Você conhece os principais eventos da agenda cultural da sua cidade?  Sim  Não  
 Se sim, quais?.....  
 23. Você já foi a estes eventos?  Sim  Não  
 Se sim, em qual(is)?.....  
 24. Tem alguma(s) mudança(s) que gostaria que acontecesse(m) no seu bairro?  Sim  Não  
 Se sim, quais?.....  
 25. Tem alguma(s) mudança(s) que gostaria que acontecesse(m) na sua cidade?  Sim  Não  
 Se sim, qual(is)?.....

Fonte: Elaborado pela autora.

**Figura 28:** Modelo de entrevista para levantamento do perfil da realidade espacial urbana de Cornélio Procópio a ser aplicado para as pessoas integrantes do cotidiano urbano dos(as) alunos(as)

Entrevista com pessoa(s) integrante(s) do cotidiano urbano do(a) aluno(a) do 6º ano do Colégio.....

Data de aplicação da entrevista:.....

**Levantamento do perfil da realidade espacial urbana de Cornélio Procópio**

1. Nome do(a) aluno(a):.....

2. Nome do(a) entrevistado(a):.....

3. Qual é o grau de parentesco com o(a) aluno(a):.....

No caso de não ser parente, especifique sua resposta:.....

4. Idade.....

5. Qual é a sua profissão?.....

5. Bairro em que reside.....

6. Há quanto tempo reside no bairro.....

7. Em qual bairro você trabalha?.....

8. O que tem no seu bairro?

Muitas casas que possuem o mesmo tamanho

Muitas casas que possuem tamanhos variados

Muitas casas de madeira

Muitas casas de alvenaria

Muitas casas sem pintura

Muitas casas com pintura

Ruas pavimentadas

Ruas não pavimentadas

Escola

Posto de saúde

Praça

Quadra poliesportiva

Ponto de ônibus

Mercado

Estabelecimentos comerciais

Coleta de lixo

Coleta seletiva de lixo

Associação de moradores

Outra resposta:.....

9. O seu bairro sempre teve os itens assinalados na questão anterior? ( ) Sim ( ) Não

Se não, qual foi a última mudança que teve no bairro? Quando aconteceu?.....

10. Qual(is) é(são) o(s) meio(s) de transporte que você usa?

Ônibus

Automóvel

Não utilizo meio de transporte

Outra resposta:.....

11. Você vai até o centro da cidade? ( ) Sim ( ) Não

Se sim, com que frequência?

Diariamente

Nos finais de semana

Algumas vezes no mês

Uma vez no mês

Raramente

Outra resposta:.....

12. O que você vai fazer no centro da cidade?.....

13. Você conhece os principais eventos da agenda cultural da sua cidade? ( ) Sim ( ) Não

Se sim, quais?.....

14. Você já foi a estes eventos? ( ) Sim ( ) Não

Se sim, em qual(is)?.....

15. O que você faz no seu tempo livre, de lazer?

Onde você faz isso?.....

Fonte: Elaborado pela autora.

Para este encaminhamento metodológico a ser aplicado no 6º ano do Ensino Fundamental II, pode ser abordada a unidade temática “O sujeito e seu lugar no mundo”, ainda o objeto de conhecimento “Identidade sociocultural” e a habilidade (EF06GE01) da BNCC, que se refere ao seguinte: “comparar modificações das paisagens nos lugares de vivência e os usos desses lugares em diferentes tempos” (Brasil, 2018, p. 384).

O questionário a ser respondido pela classe (Figura 26), inclui em sua seção inicial, além da identificação do(a) entrevistado(a), o seu espaço de vivência na cidade e o tempo de relação com o mesmo. Em seguida, da questão 5 a 16, explora-se a percepção espacial do estudante acerca das formas da paisagem urbana de seu bairro, assim como as funções dessas formas, denotando como os equipamentos e serviços urbanos se espacializam. Da questão 17 a 20, investiga-se sobre a mobilidade do estudante na cidade e os

diferentes usos dos lugares que constituem a cidade. Da questão 18 a 22, enfatizam-se as práticas urbanas de cultura e lazer. E as últimas perguntas remetem-se à identificação de problemas urbanos no bairro e na cidade.

Quanto ao modelo de entrevista aplicado pelo discente (Figura 27), há perguntas relativas à apresentação pessoal do entrevistado e sua integração ao cotidiano urbano do estudante (pergunta 1 a pergunta 5). Os usos de diferentes fragmentos da cidade para habitação e trabalho são expressados nas perguntas 5, 6 e 7. Na questão 8, explora-se a percepção espacial do entrevistado sobre o bairro em que reside, resultando na sua caracterização quanto ao tipo de residências e à presença dos equipamentos e serviços urbanos. A questão 9 verifica sua percepção no tocante às transformações espaciais ocorridas no bairro. As questões 10, 11 e 12 tratam da mobilidade urbana do entrevistado. Das perguntas 13 a 15, investiga-se sobre os usos de espaços ligados à cultura e lazer na cidade.

O tratamento das informações levantadas deve ser feito através da elaboração de mapas, gráficos e tabelas por parte da turma, devidamente mediados pelo trabalho docente. Assim pode-se organizar a classe para produção de cartogramas através de imagens de satélite disponíveis no programa *Google Earth*, realizando assim uma atividade no laboratório de informática da escola. Tais representações cartográficas têm por fim localizar os diferentes bairros de residência dos estudantes, os lugares frequentados na cidade para lazer e/ou atividade cultural, os bairros de residência dos entrevistados e sua distância dos respectivos locais de trabalho, da escola e do centro da cidade.

Com a realização e exploração dos resultados do mapeamento desenvolvem-se também a unidade temática “formas de representação e pensamento espacial”, o objeto de conhecimento “fenômenos naturais e sociais representados de diferentes maneiras”, e a habilidade (EF06GE08) “medir distâncias na superfície pelas escalas gráficas e numéricas dos mapas” (Brasil, 2018, p. 385).

A elaboração de gráficos e tabelas pode abordar, separadamente, as demais questões referentes às informações passíveis de quantificação dos dois questionários. A comparação entre os resultados analisados a partir das questões integrantes dos modelos possibilitará a identificação da percepção espacial diversa da classe e seus entrevistados, da identidade compartilhada devido aos mesmos gostos de lazer e usos dos diferentes espaços da cidade, sendo assim das práticas urbanas que os aproximam e que os distanciam, e daquelas que os distanciam de outros jovens da cidade. Por fim, é possível dialogar e refletir sobre o conceito de cultura, de identidade cultural e de lugar por intermédio das variadas manifestações de espacialidades e seus simbolismos contidos nas respostas como expressão do cotidiano urbano vivido.

A sondagem da realidade espacial urbana de Cornélio Procópio, a partir da percepção espacial dos(as) entrevistados(as), oferece elementos para a formulação da problematização do(s) tema(s) a serem estudados, ou seja, os resultados da proposição metodológica indicam a desigualdade e a diferenciação espacial, a segregação urbana quanto à expansão urbana dispersa em contraposição à concentração dos equipamentos e/ou serviços urbanos, a composição do espaço urbano a partir de diferentes fragmentos articulados e seus respectivos usos.

A última proposição metodológica, que envolve os espaços públicos da realidade espacial dos estudantes é passível de correlação às seguintes competências específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas indicadas na BNCC para o Ensino Médio, quais sejam as competências 5 e 6:

Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários e respeitando os Direitos Humanos.

Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade (Brasil, 2018, p. 570).

Nesta perspectiva, para a competência específica 5, o encaminhamento metodológico é atinente à habilidade (EM13CHS502) que versa sobre:

Analisar situações da vida cotidiana, estilos de vida, valores, conduta etc., desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação, e identificar ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às liberdades individuais (Brasil, 2018, p. 577).

Com relação à competência específica 6, pode ser interessante a abordagem da habilidade (EM13CHS602):

Identificar e caracterizar a presença do paternalismo, do autoritarismo e do populismo na política, na sociedade e nas culturas brasileira e latino-americana, em períodos ditatoriais e democráticos, relacionando-os com as formas de organização e de articulação das sociedades em defesa da autonomia, da liberdade, do diálogo e da promoção da democracia, da cidadania e dos direitos humanos na sociedade atual (Brasil, 2018, p. 579).

Inicialmente, é necessária a obtenção de informações sobre a existência de espaços públicos<sup>7</sup> na cidade de Cornélio Procópio. Neste quesito, o último Plano Diretor Municipal de 2007<sup>8</sup> fornece um levantamento das praças, bosque e quadras poliesportivas, embora desatualizado, permite esboçar um panorama geral dos espaços públicos da cidade, no começo do século XXI. A partir desse

---

<sup>7</sup> Sobre os componentes e propriedades essenciais dos espaços públicos, Gomes (2018, p. 117-118) diz o seguinte: “[...] é a existência e a forma de viver nesses espaços que permite uma convivência pública e democrática. [...] O segundo elemento central de um espaço público é a heterogeneidade elementar que está subsumida na reunião de indivíduos. Espaços públicos colocam ao abrigo à manifestação da individualidade e, portanto, oferecem condições para o reconhecimento das diferenças e encorajam ações afirmativas. [...] Desses componentes essenciais derivam propriedades. Quando elas estão ausentes, há fortes chances de que esses espaços não estejam funcionando como públicos”.

<sup>8</sup> Quanto ao documento público citado é possível obtê-lo no formato digital mediante solicitação formal na Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Cornélio Procópio.

diagnóstico e da espacialização dos mesmos realizados em 2007, juntamente com a classe, é possível através do *Google Earth*, atualizar a configuração espacial dos espaços públicos em Cornélio Procópio. Em seguida, pode-se dividir a turma em equipes, e definir para cada uma, a realização de pesquisa sobre um espaço público (praça, bosque ou quadra poliesportiva) da cidade. Através do preenchimento de um quadro tipológico (Quadro 1), a pesquisa deve conferir o seguinte:

**Quadro 1:** Modelo de tipologia dos espaços públicos da cidade de Cornélio Procópio

<b>Espaço público</b>	Nome
<b>Localização</b>	Bairro/Logradouro
<b>Caracterização do entorno</b>	Características dos imóveis (estabelecimentos comerciais; residências de status; moradias populares; casas de padrão médio)
<b>Topografia</b>	Plana / levemente inclinada / inclinada
<b>Forma geométrica</b>	Quadrada / retangular / triangular / circular
<b>Estado de conservação</b>	Bom / regular / ruim
<b>Cobertura vegetal</b>	Satisfatória / insatisfatória / inexistente
<b>Tipos de uso</b>	Lazer / prática de esportes / contemplação / passeio / trilha / outro

Fonte: Elaborado pela autora.

Dado o tempo da pesquisa, em outro momento, pode-se apresentar seus resultados e tomando-os como ponto de partida, suscitar os questionamentos (indicados anteriormente na Figura 5), para verificar de fato a publicidade de tais espaços e como ocorre sua apropriação coletiva ou se existe algum tipo de impedimento para os seus respectivos usos como espaço público, efetivamente.

Ao analisar os espaços públicos, analisa-se também as diversas situações da vida urbana cotidiana, assim como os diferentes estilos e valores de vida, e ainda as formas de conduta dos indivíduos em sociedade com relação a este tipo de espaço. Ressalta-se que sendo verificados obstáculos de qualquer ordem para o real uso público dos espaços abordados, em aula, estes devem ser problematizados e desnaturalizados, a fim de que se discutam os direitos e deveres das práticas individuais e coletivas em tais espaços, e se dialogue com os estudantes a respeito da construção da cidadania, especialmente, a

dos jovens, a partir dessa conexão existente entre espaços públicos e cidadãos.

O tema levantado “jovem e cidadania” é extremamente atual, e como exemplo disso, existem vários programas e/ou projetos encabeçados por este assunto no país e no exterior. Como exemplificação do fato, na cidade de Maringá há um Conselho Municipal da Juventude com a criação da Gerência da Juventude que, vinculada ao Gabinete da prefeitura garante: “o atendimento às necessidades pertinentes ao público juvenil, tendo no protagonismo juvenil a ferramenta principal de organização [...]” (Portal da Prefeitura Municipal de Maringá, 2021, s/p).

Neste ponto do desenvolvimento do conteúdo, surge a necessidade imprescindível de salientar o protagonismo potencial dos jovens nos projetos de sociedade e de cidade para torná-los conscientes de sua capacidade para tal engajamento<sup>9</sup>. Esta fala, durante a aula torna-se cogente, considerando que em 2018, uma pesquisa realizada pelo Ministério Público do Paraná e pela Secretaria Estadual da Educação dentro do programa Geração Atitude<sup>10</sup>, que

---

<sup>9</sup> No rumo dessa conscientização pode-se comentar sobre o cartão ID Jovem, documento virtual de identificação gratuito, implementado pela Secretaria Nacional da Juventude e instituído pelo Estatuto da Juventude, através da Lei nº. 12.852/2013 (Google Play, 2022). “Para o acesso ao ID Jovem é necessário ter idade entre 15 e 29 anos, renda familiar até dois salários mínimos e o Número de Identificação Social (NIS) com cadastro único atualizado” (Secretaria da Justiça, Família e Trabalho, 2021).

<sup>10</sup> Em consonância ao programa Geração Atitude, o Ministério Público do Paraná em parceria com a Assembleia Legislativa do Estado elaborou o “Guia do Cidadão”. Este material de linguagem acessível foi idealizado para disponibilizar à população conceitos de democracia, política e cidadania, além de explicar sobre as principais funções e atribuições dos poderes executivo, legislativo e judiciário e sobre o sistema eleitoral brasileiro (Paraná, 2015). “No Guia é possível conhecer melhor o que fazem e o papel de prefeitos, vereadores, deputados, governadores, presidentes, juízes, desembargadores, ministros, senadores, procuradores, promotores de justiça e principalmente do cidadão, destacando a importância da participação popular não só nas urnas, mas também nos espaços democráticos, organizações e movimentos sociais” (Paraná, 2015, p. 2). Este material se encontra

incentiva a participação política e atitudes cidadãos entre os estudantes paranaenses, entrevistou 10.952 alunos de Ensino Médio, em 176 escolas públicas do Paraná<sup>11</sup>, e aponta que:

A política estudantil, conforme os resultados da pesquisa, não tem atraído os estudantes: apenas 5,54% deles declaram participar ativamente dos grêmios estudantis, enquanto 13% participam 'às vezes', contra 81,4% de alunos que nunca participaram dos grêmios ou sequer sabem de sua existência como instância de representação dos estudantes (Paraná, 2021, não paginado).

Além desses resultados relevantes da pesquisa, esta também demonstrou que os estudantes aspiram mudanças na sociedade, devido à ineficiência de vários serviços públicos, no entanto, pouco conhecem sobre o funcionamento de algumas instituições políticas e apresentam baixo nível engajamento social (Paraná, 2021). Então, de acordo com essa pesquisa, a educação para cidadania deve estar mais presentes nas escolas, e os temas das aulas de Geografia, alinham-se ao mesmo fim, desde que sejam devidamente planejados, almejando-se a produção de um conhecimento reflexivo e crítico, dotado de significado para a vida do estudante.

---

disponível na web, e no tocante ao assunto tratado, torna-se um destacado material paradidático esclarecedor de alguns pontos que merecem atenção.

<sup>11</sup> Interessante destacar que a realização do programa "Geração Atitude" passou a ser obrigatória nas escolas públicas paranaenses a partir de 2015, quando um projeto elaborado por uma estudante, Ingrid Ribeiro Serafim, de 16 anos, e seu professor orientador, Márcio Rogério Penachio, do Colégio Itacelina Bittencourt de Cianorte, venceu um concurso em âmbito estadual. Assim, o referido projeto foi apresentado na Assembleia Legislativa do Estado, sendo transformado em projeto de lei (Paraná, 2015). "O que se espera com o Geração Atitude é que as pessoas possam compreender melhor os temas relacionados à democracia, política e cidadania, para que assim, tornem-se agentes transformadores de sua própria realidade, participando das discussões que envolvem suas escolas, bairros, cidades, estados e o país" (Paraná, 2015, p. 3).

## Considerações finais

Conclui-se para este estudo que as adaptações das proposições metodológicas selecionadas atendem aos objetivos de ensinar a cidade de Cornélio Procópio, na Geografia Escolar, em diferentes níveis de ensino a partir de uma perspectiva de ênfase na geografia local e na formação cidadã. O conteúdo dessa pesquisa significa a possibilidade de contribuir com essa importante temática da Geografia ensinada no município, visto que nada consta a respeito do assunto em materiais didáticos frequentemente utilizados em sala de aula.

É relevante ressaltar que as proposições metodológicas adaptadas ao ensino da cidade de Cornélio Procópio podem ser desenvolvidas sem esvaziar-se de seu teor teórico-conceitual.

Assim, a cidade é compreendida através de conceitos geográficos como paisagem e suas transformações espaciais ao longo do tempo, como demonstrado na proposta para as séries iniciais. A realidade espacial urbana, juntamente com o cotidiano urbano, os diferentes territórios utilizados por diferentes grupos na cidade e as variadas formas espaciais urbanas permeiam as proposições subsequentes para o EF e EM.

Tendo em vista que, neste estudo, esboçou-se apenas o que se caracteriza como os ensaios das adaptações pretendidas a partir das proposições metodológicas descritas, definem-se como encaminhamentos posteriores a respeito do tema, a aplicação das propostas e a consequente apreciação de sua eficácia para o processo de ensino-aprendizagem da temática “cidade”.

## Referências

ALMEIDA, R. D. A propósito da questão teórico-metodológica sobre o ensino de Geografia. **Revista Terra Livre**, n. 8, p. 83-90, abr., 1991.

ANTÔNIO FILHO, F. D.; ALMEIDA, R. D. A questão metodológica no ensino de Geografia: uma experiência. **Revista Terra Livre**, n. 8, p. 91-100, abr., 1991.

BIENAL DE CURITIBA. **Cinema na Praça dos Ferroviários em Cornélio Procópio**. Disponível em: <<http://bientaldecuitiba.com.br/cine-movel/cinema-na-praca-dos-ferroviarios-em-cornelio-procopio/>> Acesso em: 20 jul. 2022.

BOMFIM, N. R. A imagem da Geografia e do ensino da Geografia pelos professores das séries iniciais. **Estudos Geográficos**, v. 4, p. 107-116, jun., 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. 600 p.

CALLAI, H. C. A Geografia e a escola: muda a geografia? Muda o ensino? **Revista Terra Livre**, n. 16, p. 133-152, jan.-jun., 2001.

CASTELLAR, S. M. V.; SOUZA, V. C. Formação de professores para ensinar Geografia nos anos iniciais: encaminhamentos didáticos sobre a cidade. **Revista Agali Journal**, n. 10, p. 29-43, 2020.

CAVALCANTI, L. S. A cidade ensinada e a cidade vivida: encontros e reflexões no ensino de Geografia. *In*: CAVALCANTI, L. S. (org.). **Temas da Geografia na escola básica**. Campinas: Papirus, 2013, p. 65-94.

CAVALCANTI, L. S. **A Geografia Escolar e a cidade: desafios para o ensino de Geografia para a vida urbana cotidiana**. São Paulo: Papirus, 2012, 190 p.

CINEURGE. **Conheça os curadores da nossa Mostra Competitiva de Curtas 2016**. 2021. Disponível em:< <https://cineurge.com/>> Acesso em: 21 ago. 2022.

FOLHA DE LONDRINA. **Cornélio Procópio ganha sala de cinema**. 2016. Disponível em: <<https://www.folhadelondrina.com.br/norte-pioneiro/cornelio-procopio-ganha-sala-de-cinema-962788.html?d=1>> Acesso em: 22 abr. 2022.

GOMES, P. C. C. Espaço público, espaços públicos. **GEOgraphia**, Niterói, v. 20, n. 44, p. 115-119, set./dez. 2018.

GOOGLE PLAY. **ID Jovem**. Disponível em: <[http://play.google.com/store/apps/details?id=com.idjovem2&hl=pt\\_BR&gl=US](http://play.google.com/store/apps/details?id=com.idjovem2&hl=pt_BR&gl=US)> Acesso em: 21 ago. 2022.

GUIA DAS ARTES. **Museu de História Natural Mozart de Oliveira Vallim**. Disponível em: <<https://www.guiadasartes.com.br/parana/cornelio-procopio/museu-de-historia-natural-mozart-de-oliveira-vallim>> Acesso em: 22 abr. 2022.

IBGE. Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas. Vol. 1. Rio de Janeiro: IBGE/DGC/DEGEO,1990. 137 p.

PARANÁ. Ministério Público do Paraná. **Guia do Cidadão**. [S.l.]: [s.n.], 2015. 65 p.

PARANÁ. Ministério Público do Paraná. **Pesquisa evidencia valor da formação cidadã para jovens**. 2018. Disponível em: <<http://mppr.mp.br/2018/01/19952.10/Pesquisa-evidencia-valor-da-formcao-cidada-para-jovens.html#>> Acesso em: 20 jul. 2021.

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CORNÉLIO PROCÓPIO. **Diagnóstico da cidade em seus aspectos físicos, sociais e econômicos**. Cornélio Procópio: [s.n.], 1997.

PORTAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ. **Quem somos?** 2017. Disponível em: <<http://www2.maringa.pr.gov.br/portal/?cod=pagina/quem-somos/154>> Acesso em: 20 jul. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORNÉLIO PROCÓPIO. **Cinema nos bairros Jd. Figueira 14/05**. 2015. Disponível em: <[http://www.cornelioprocopio.pr.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1142:cinema-nos-bairros-jd-figueira-14-05&catid=87&Itemid=175](http://www.cornelioprocopio.pr.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1142:cinema-nos-bairros-jd-figueira-14-05&catid=87&Itemid=175)> Acesso em: 20 jul. 2022.

SANTOS, R. C. E.; CHIAPETTI, R. J. N. Uma investigação sobre o uso das diversas linguagens no ensino de Geografia: uma interface teoria e prática. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 15, n. 3, p. 167-183, set./dez., 2011.

SECRETARIA DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO. **Paraná é o quinto estado com mais emissão de ID Jovem**. Disponível em: <<http://justica.pr.gov.br/Noticia/Parana-e-o-quinto-estado-com-mais-emissao-de-ID-Jovem#>> Acesso em: 20 jul. 2021.

# EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM AÇÃO: SENSIBILIZAÇÃO, CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO EM COMUNIDADES VULNERÁVEIS DE CORNÉLIO PROCÓPIO – PR

Carla Holanda da Silva  
Waldiney Gomes de Aguiar  
Ricardo Aparecido Campos  
Hilário Helbe Junior

## **Introdução**

A Educação Ambiental tem se destacado como uma abordagem fundamental diante da crescente preocupação global com a degradação do meio ambiente. Desde a Revolução Industrial, a humanidade tem testemunhado um desenvolvimento tecnológico acelerado, porém muitas vezes à custa de uma exploração desenfreada e agressiva dos recursos naturais. Essa abordagem tem sido necessária para lidar com os desafios ambientais cada vez mais urgentes que enfrentamos, especialmente devido à relação cada vez mais complicada entre o homem e a natureza.

A primeira Conferência Internacional sobre Meio Ambiente, realizada em Estocolmo em 1972, foi um marco significativo na conscientização global sobre a importância da Educação Ambiental. A partir desse momento, a Educação Ambiental começou a ser integrada nos currículos da Educação Básica, com o objetivo de promover uma compreensão crítica e global do ambiente natural e social. Além disso, a legislação educacional passou a incluir a formação em valores e atitudes que visam à conservação e uso adequado dos recursos naturais.

Neste contexto, o projeto de extensão “Meio Ambiente e Educação: sensibilização, conscientização e mobilização de populações em bairros em situação de vulnerabilidade ambiental, em Cornélio Procópio – PR”, vinculado ao Programa Universidade Sem Fronteiras – SETI/PR e, proposto por docentes do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), operacionalizou esse debate.

O mesmo foi concebido como uma iniciativa interdisciplinar para abordar questões ambientais em bairros vulneráveis de Cornélio Procópio, PR. O projeto teve como objetivo principal sensibilizar, conscientizar e mobilizar a população local, especialmente os alunos das escolas de Ensino Fundamental e Médio, para a importância da Educação Ambiental e a necessidade de ações concretas para minimizar os problemas ambientais. Dessa maneira, nesse capítulo apresentamos o desenvolvimento e os resultados do projeto em questão.

Ao longo do projeto, foram realizadas diversas atividades, como estudos e debates acadêmicos, mapeamento de áreas vulneráveis, aplicação de questionários e entrevistas, além de intervenções práticas como oficinas de separação de resíduos e programas de vigilância ambiental. Essas ações, não apenas contribuíram para melhorar a qualidade de vida da comunidade local, mas também proporcionaram uma experiência enriquecedora para os envolvidos, incluindo bolsistas, moradores e representantes do poder público.

O projeto "Meio Ambiente e Educação" demonstrou que a Educação Ambiental não é apenas uma necessidade urgente, mas também uma oportunidade para promover mudanças positivas na relação entre o homem e o meio ambiente. Ao envolver a comunidade local, as escolas e as autoridades municipais, o projeto conseguiu criar um ambiente propício para o aprendizado, a conscientização e a ação em prol da sustentabilidade ambiental.

Diante desse contexto, o presente texto tem como finalidade relatar a experiência vivenciada no projeto “Meio Ambiente e Educação”, abordando inicialmente um breve debate acerca da

Educação Ambiental, discussão que orientou as ações. Na sequência, serão expostas as etapas que compuseram o projeto e seus resultados, mais especificamente, produtos.

### **Educação Ambiental: reflexões iniciais**

Desde a Revolução Industrial, a sociedade tem vivenciado expressivo desenvolvimento tecnológico. Ao mesmo tempo, é manifesto, que o mesmo modelo da revolução tem contribuído na demasiada exploração de recursos de forma agressiva, corroborando com a degradação ambiental (INEA, 2014).

Neste sentido, a partir da década de 1970, tem-se o fortalecimento de pensar a temática “Educação Ambiental”. Sua representação é marcada através da primeira Conferência Internacional em Estocolmo (1972), delineando os princípios de consumo consciente e sustentabilidade (Costa, 2011).

Após a I Conferência de Estocolmo, a Educação Ambiental passa a ser implementada nos Currículos da Educação Básica, em nível de Ensino Fundamental e Médio, a partir da Lei de Diretrizes e Bases - LDB 9394/96, que tem o intuito de garantir a formação básica, que inclui “a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que fundamentam a sociedade” (Costa, 2011, p. 20).

Tendo em vista sua importância, a Educação Ambiental é uma temática que não pode ser adiada ou relegada a um segundo plano, tratando-se de uma necessidade histórica, cuja urgência decorre da crise socioambiental, sua educação tornou-se um imperativo, sobretudo, porque a relação homem e natureza agravou-se (Trevisol, 2003).

Para Minimi (2000) *apud* Dias (2004, p. 99):

A EA é um processo que consiste em propiciar às pessoas uma compreensão crítica e global do ambiente, para elucidar valores e desenvolver atitudes que lhes permitam adotar uma posição consciente e participativa, a respeito das questões relacionadas com a conservação e adequada utilização dos

recursos naturais, para a melhoria da qualidade de vida e a eliminação da pobreza extrema e do consumismo desenfreado.

Neste sentido, para a concretização da Educação Ambiental, faz-se necessário, a alteração de práticas e/ou costumes individualistas que tendem a levar ao consumo desenfreado ou mesmo o uso indevido dos recursos para adoção de uma postura coletiva, sustentável e condizente com os recursos existentes.

Através do Projeto de Extensão aqui abordado, buscou-se o desenvolvimento de medidas por meio da educação, a fim de diminuir a ocorrência de práticas inadequadas com o espaço, logo, o meio ambiente. Buscou-se também, através de pesquisas e questionários, investigar a percepção ambiental dos moradores do bairro trabalhado, para que no segundo momento fosse realizada a intervenção conforme as necessidades da comunidade.

Para Fernandes *et al.* (2004), para bem entender as práticas de uma comunidade com seu meio, é necessário analisar suas percepções individuais e coletivas, de modo que se conheçam suas condutas, julgamentos que resulta na relação homem e meio. Neste sentido, o trabalho do projeto, através da educação, possibilitou conhecer as práticas, bem como a relação das pessoas com seu meio, sabendo que a percepção pode ser definida como o modo que os indivíduos veem, se comunicam e interagem e/ou compreendem o ambiente (Rosa; Silva, 2002).

Segundo Piaget (1969), para compreender a preferência ambiental de um indivíduo, é essencial analisar sua criação, herança biológica, ocupação, educação e até mesmo o ambiente físico em que está inserido. Nesse contexto, o autor enfatiza a importância de conhecer a história cultural e a experiência de um grupo em relação ao seu ambiente físico, destacando que os conceitos de cultura e ambiente estão intrinsecamente interligados, assim como a relação entre o ser humano e a natureza.

Conforme a Agenda 21, a Educação Ambiental é definida como um processo que procura:

[...] desenvolver uma população que seja consciente e preocupada com o meio ambiente e com os problemas que lhes são associados. Uma população que tenha conhecimentos, habilidades, atitudes, motivações e compromissos para trabalhar, individual e coletivamente, na busca de soluções para os problemas existentes e para a prevenção dos novos [...] (Brasil, Agenda 21, 2013).

E, para fazê-la, é necessária a adoção de práticas e a erradicação da cultura agressiva com o meio, de modo que seja trabalhada desde a Educação Infantil, formação de professores e na própria comunidade, buscando manter uma postura responsável para com o meio em que se é inserido, o meio ambiente.

### **O projeto de extensão e suas etapas**

Mediante as questões ambientais presentes na sociedade, sejam elas em suas práticas sociais, no espaço do ensino acadêmico ou básico, observa-se considerável distanciamento entre o debate acadêmico e civil.

Perante esse contexto, o projeto “Meio Ambiente e Educação” teve um caráter interdisciplinar na fomentação de debates acadêmicos, nas ações desenvolvidas e, principalmente na formação da equipe, composta por três docentes do Departamento de Geografia da UENP, um bolsista recém-formado em Geografia, duas bolsistas graduandas em Geografia, uma em Biologia e outra em Pedagogia.

Por isso, fomentou debates acadêmicos interdisciplinares acerca de questões ambientais, mais especificamente acerca da vulnerabilidade ambiental urbana e da Educação Ambiental, como possibilidade de minimização de problemáticas.

Também estenderam-se os debates para a comunidade, a fim de sensibilizar, conscientizar e mobilizar a população para as questões ambientais e para a necessidade de ações, neste âmbito, na área acadêmica, no poder público e na sociedade.

Iniciado em março de 2017, o período de execução do projeto foi de um ano. Inicialmente, para a realização da proposta de extensão foram pensadas etapas para serem executadas. Sendo elas:

a) Investimentos em equipamentos permanentes, mais especificamente dois notebooks e um projetor.

b) Estudos e debates acadêmicos, a fim de formar os bolsistas para o projeto, logo no que tange a questões referentes à vulnerabilidade, vulnerabilidade ambiental, educação ambiental, questões ambientais urbanas, enfim discussões relativas ao meio ambiente e suas tangencias.

c) Criação e manutenção de canais de comunicação nas redes sociais para o projeto, geridos pelos seus bolsistas, para divulgar as ações e trocar experiências acerca das questões ambientais.

d) Mapeamento de bairros em situação de vulnerabilidade ambiental em Cornélio Procópio; visitas de campo, realização de entrevistas, questionários, registros fotográficos e estudos diversos a fim de selecionar os bairros para a proposta.

e) Realização de entrevistas, questionários, dinâmicas em grupo, tanto no âmbito do bairro selecionado quanto da escola que atende o mesmo, a fim de elaborar um diagnóstico com as problemáticas ambientais que compõe a situação de vulnerabilidade.

f) Realização de estudos de dados levantados e teorias. Nesse momento, foi elaborado um plano estratégico detalhado que envolveu o bairro selecionado via moradores e escolas, que atendem a sua população a fim de minimizar as problemáticas ambientais diagnosticadas.

g) Construir produtos como assessorias, cursos de extensão, intervenções didático-pedagógicas, eventos culturais, eventos científicos, trabalhos de campo, tanto no âmbito da comunidade em questão via moradores, quanto junto da escola de ensino básico que atende a comunidade, a fim de promover a mitigação desta realidade, a partir da dinâmica de sensibilização, a conscientização e a mobilização.

h) Aplicação do plano estratégico junto da comunidade via moradores e via escola de ensino básico que atende a mesma; divulgação das ações do projeto junto da sociedade procopense e a comunidade acadêmica.

i) Publicações científicas, além disso, publicação e divulgação do livro construído a partir das experiências do projeto, com reflexões conceituais e práticas acerca da educação ambiental, a fim de servir como uma referência diante de situações de problemáticas ambientais semelhantes.

As etapas estabelecidas orientaram as ações do projeto, que com seu desenvolvimento, construção de metodologias e estratégias incorporaram as ações. De acordo com as etapas definidas, no princípio realizaram-se leituras sobre a temática abordada, gerando estudos e debates acadêmicos a fim de formar os bolsistas para o projeto, via questões relativas ao meio ambiente e suas tangências.

Com a conclusão do processo de formação dos bolsistas, o próximo passo se estabeleceu na apresentação da proposta para o poder público, com o intuito de solicitar apoio em futuras ações. De maneira que, foi apresentado aos mesmos, a origem do projeto, a justificativa, objetivos gerais e específicos, público alvo, estratégias e procedimentos metodológicos, resultados esperados, contribuição científica, tecnológica e de inovação, perspectiva de Educação Ambiental e aprendizagem baseada na solução de problemas.

Como resultado da apresentação ao poder público se formalizou uma parceria com as Secretaria Municipal de Educação, de Meio Ambiente e Saúde do município de Cornélio Procópio, Núcleo Regional da Educação de Cornélio Procópio e Instituto Ambiental do Paraná. A fim de que, as ações do projeto fossem desenvolvidas em conjunto, visando minimizar as problemáticas ambientais do município.

A parceria impulsionou o compartilhamento do conhecimento produzido na universidade com a sociedade, contribuindo com as políticas públicas e, de imediato possibilitou o início do levantamento dos espaços em situação de vulnerabilidade ambiental em Cornélio Procópio – PR, via dados disponibilizados pelo poder público.

Além disso, 92 questionários investigativos foram aplicados junto à população. A aplicação ocorreu nas ruas centrais da cidade, assim foi possível abordar moradores de diferentes bairros do município, pois, na área central existe uma grande concentração de pessoas que necessitam daquele espaço para desenvolverem suas atividades diárias. Com esse processo, os acadêmicos bolsistas foram colocados em situação de investigador como princípio educativo e colaborador social.

Na oportunidade, os moradores foram indagados acerca de quais bairros poderiam apresentar problemas ambientais, quais seriam os problemas e, em qual bairro o participante estabelecia residência. Com isso, viabilizou uma análise entre a realidade vivenciada pelo morador entrevistado e o espaço citado por ele. As respostas das questões foram tabuladas, o que oportunizou obter resultados acerca dos bairros em situação de vulnerabilidade ambiental segundo a população.

Dentre os resultados, foram indicados pela população, 30 bairros com existência de problemáticas ambientais, entre eles o Bairro Jardim Figueira foi o mais citado, ao todo foram dezessete relatos. A tabela abaixo apresenta os seis bairros com maior número de menção pelos moradores no período de realização da pesquisa (Tabela 1).

**Tabela 1:** Bairros mencionados pelos moradores nos questionários

<b>Nome dos bairros citados</b>	<b>Quantidade de vezes que o bairro foi citado</b>
Jardim Figueira	17
Conjunto Florêncio Rebolho	9
Vila Moreira	9
Vila São Pedro	9
Jardim Primavera	7
Vila Nova	7

Fonte: Helbe Júnior (2017)

Com a conclusão da análise dos indicadores cedidos pelo poder público e o resultado do questionário investigativo, se estabeleceu a próxima etapa, o processo de delimitação do espaço

de estudos. Esta se desenvolveu através de visitas de campo, realização de entrevistas, registros fotográficos e estudos diversos. A Figura 1 apresenta uma das problemáticas ambientais identificadas em um dos bairros mais citados no questionário – Jardim Figueira.

Figura 1: Margem do Ribeirão dos Veados – Jardim Figueira



Fonte: Helbe Júnior (2017).

Tais ações permitiram a identificação de bairros em situação de vulnerabilidade ambiental e a elaboração de um diagnóstico com as problemáticas ambientais que compõe as situações identificadas.

Deste modo, definiu-se o Jardim Figueira e a Vila Moreira como a área de estudos. Tratam-se de bairros próximos em que os moradores compartilham alguns espaços para desenvolverem suas atividades, cujas problemáticas ambientais encontradas naquele momento eram semelhantes. Nas duas realidades, a principal problemática detectada se tratava do acúmulo de resíduos sólidos urbanos, em vias públicas e terrenos, assim como nas margens do Ribeirão do Veado.

Com o espaço de estudos definido, o próximo passo seria contatar os líderes dos bairros, ou seja, Associações de Moradores,

Escolas do Ensino Básico e demais lideranças. Por isso, representantes dos bairros, das Escolas Municipais Angelo Mazzarotto e Padre Antônio Lock e, do Colégio Estadual Zulmira Marchesi da Silva foram convidados para participarem de uma reunião de apresentação do projeto, do diagnóstico ambiental dos bairros e identificação dos principais problemas e possíveis soluções a partir de relatos dos representantes. A realização da reunião se mostrou fundamental para as futuras ações, pois, foram estabelecidas parcerias entre a universidade e a comunidade.

A realização da reunião possibilitou a elaboração de estratégias que fomentariam a construção de um plano de intervenções. De modo que, foi estabelecido, nesse momento, uma troca de conhecimento entre a Universidade, através do conhecimento científico, as Escolas da Educação Básica que atendem os bairros e a comunidade de modo geral, por meio do conhecimento popular e experiências vivenciadas cotidianamente.

Trocar conhecimentos é essencial e, neste caso, especificamente temos de um lado o conhecimento científico e de outro, a sociedade, ambos visando soluções para problemas frequentes e repetitivos. As duas partes se complementam, por isso a importância da participação da comunidade na formulação das intervenções.

Após a definição de algumas estratégias, a partir da reunião com os diferentes agentes, partiu-se para a construção do plano de intervenções. Durante a construção do plano de intervenções, as escolas de ensino básico foram visitadas, com o intuito de realizar uma análise acerca dos espaços físicos disponíveis, assim como as residências dos moradores, com o objetivo de apresentar o projeto em seus aspectos gerais, e extrair novas informações que poderiam contribuir com as futuras ações. Ao concluir a construção das estratégias para as intervenções se deu início a execução do plano, pretendendo minimizar condições ambientais desfavoráveis para a população.

Dentre as estratégias contidas no plano estavam assessorias à comunidade, via escolas e moradores, assim como palestras,

oficinas, visitas de campo, implantação de um sistema de vigilância ambiental junto à população, contribuição com as políticas públicas ambientais e demais atividades que promovem a Educação Ambiental, tanto no âmbito das Escolas de Ensino Básico, quanto da comunidade em questão. Tais estratégias tinham como objetivos sensibilizar, conscientizar e mobilizar a população, para os cuidados com o ambiente em que vivem, a partir de intervenções.

No âmbito das intervenções, algumas delas se apresentaram como fundamentais na alteração de postura da população, são elas: atividades de percepção ambiental via produção de desenhos; visitas de campo; e oficina de separação de resíduos. Ambas com alunos da Educação Básica, além da implantação de um sistema de vigilante ambiental junto aos moradores.

A execução do plano de intervenções gerou contribuições para as políticas públicas ambientais, como por exemplo, a proposta de recomposição de mata ciliar nas margens do Ribeirão do Veado, apresentada ao poder público e pensada em conjunto com a população.

Visto que anteriormente às ações desenvolvidas, tal curso d'água sofria constantemente com impactos negativos oriundos das ações antrópicas, decorrentes de descartes inadequados de resíduos sólidos urbanos. Uma ação de recomposição de mata ciliar visa tornar o ambiente protegido, minimizando processos de erosão e assoreamento, perda da biodiversidade e a escassez de água. A supracitada proposta foi apresentada ao poder público municipal e abarcava a remoção de resíduos sólidos urbanos das margens do Ribeirão, realização de obras para a proteção do solo e curso d'água e, por fim, o plantio, viabilizando a recomposição da mata ciliar e, conseqüentemente, diminuindo as condições desfavoráveis para a população e o meio ambiente.

## **O projeto de extensão e seus produtos**

O projeto de extensão “Meio Ambiente e Educação” teve o objetivo geral de sensibilizar, conscientizar e mobilizar populações

de bairros em situação de vulnerabilidade ambiental em Cornélio Procópio – PR, para os cuidados com o ambiente em que vivem, a partir de intervenções junto à comunidade local e Escolas do Ensino Básico.

Dessa forma, esperava-se também que fomentasse debates acadêmicos interdisciplinares acerca de questões ambientais, mais especificamente acerca da vulnerabilidade ambiental urbana e, da Educação Ambiental, como possibilidade de minimização de problemáticas, e que os mesmos se estendessem para o ambiente civil.

Com isso, para alcançar os objetivos propostos, foram definidas as etapas acima mencionadas que envolveram os agentes da universidade, do poder público e da comunidade e a partir da realização das etapas é possível afirmar que a execução do projeto beneficiou, primeiramente, a população de bairros em situação de vulnerabilidade ambiental do município de Cornélio Procópio - PR, na sequência, proporcionou o desenvolvimento da pesquisa e extensão junto da comunidade acadêmica em questão e expandiu os benefícios para a sociedade procopense de modo geral, pois fomentou a sensibilização, conscientização e mobilização de uma população que ao alterar a sua realidade, impactou no município como um todo.

Além disso, gerou contribuições para a formação acadêmica dos envolvidos, visto que ofereceu aos bolsistas a oportunidade de praticarem sua futura profissão a partir das investigações bibliográficas, visitas *in loco*, organização de planos para desenvolvimento de atividades com alunos da Educação Básica, por consequência seus familiares e comunidade e, sugerindo práticas sociais para melhoria do ambiente onde vivem. Ou seja, tiveram a formação praticada de maneira articulada, sob o viés da pesquisa, ensino e extensão, em benefício da sociedade, minimizando questões ambientais desfavoráveis para a população e, conseqüentemente diminuindo a distância entre a Universidade e Comunidade.

Dessa forma, o projeto proporcionou ações benéficas para a comunidade e ao poder público, via planejamento de políticas

públicas e aplicação de produtos em cenários específicos, dentre eles, estão cursos de extensão, assessorias à comunidade, intervenções didático-pedagógicas acompanhadas de materiais didáticos, visitas de campo, oficinas de separação de resíduos, implantação de um sistema de vigilância ambiental, além da publicação de artigos acadêmicos em eventos científicos e revistas indexadas e, a elaboração de um livro, construído a partir da experiência do projeto, com reflexões conceituais e práticas acerca da Educação Ambiental.

Tais produtos visaram incentivar a comunidade em questão, na alteração de atitudes diante do ambiente em que vivem. As estratégias, metodologias, e ações desenvolvidas podem ser replicadas em realidades semelhantes, a fim de minimizar quadros de vulnerabilidade ambiental. De maneira que, dentre os produtos do projeto, estiveram aulas de campo com estudantes da escola básica, oficinas de separação de resíduos sólidos e implementação de programa de vigilância ambiental. Estes serão detalhados na sequência.

### **Aula de campo**

Nesse sentido, com a necessidade da alteração de postura da população dos bairros selecionados, por meio do plano de intervenção desenvolvido em parceria com comunidade foram propostas visitas de campo com alunos da Educação Básica, as margens do Ribeirão do Veado, no Jardim Figueira. além de promover a Educação Ambiental, por meio de práticas, que possibilitassem alterações ambientais positivas em espaços, em situação de vulnerabilidade ambiental.

Assim, vale destacar que a área descrita acima foi a selecionada para as visitas de campo, pois naquele momento, a quantidade de resíduos sólidos urbanos descartados de forma inadequada pela população, anterior às ações do projeto eram elevadas.

Com o intuito de estimular e despertar a percepção ambiental dos estudantes e permitir o contato direto com o meio ambiente

agredido, foram organizadas aulas de campo junto das Escolas Municipais Angelo Mazzarotto e Padre Antonio Locke, do Colégio Estadual Zulmira Marchesi da Silva, com turmas do quinto e quartos anos do Ensino Fundamental I, e nono ano do Ensino Fundamental II, respectivamente.

A aula de campo, conforme Figura 2, foi realizada com o propósito de oferecer explicações adequadas acerca das problemáticas existentes naquele espaço, de acordo com a faixa etária dos alunos.

**Figura 2:** Aula de campo com alunos do Ensino Fundamental I



Fonte: Helbe Júnior (2017).

Durante as aulas de campo, houve troca de informações entre os bolsistas e os alunos, de modo que os mesmos pudessem questionar e expressar ideias referentes ao meio ambiente. Os estudantes relataram situações que presenciaram sobre descarte inadequado de resíduos naquele espaço e, também acerca de comportamentos positivos de moradores em prol do meio ambiente.

Destacaram-se perguntas como: “Qual o destino correto do lixo?”, “Quais são os danos que o lixo traz a natureza?” e “O que

podemos fazer para causar menos impacto ao meio ambiente?”. Também é possível ressaltar observações realizadas pelos alunos acerca dos tipos de resíduos encontrados naquele espaço, tais como: garrafas pets, móveis de madeira, resíduos da construção civil, sacolas plásticas, restos de alimentos, colchões e eletrodomésticos inutilizados.

Após os apontamentos dos alunos, foram esclarecidas as dúvidas apresentadas e assuntos relacionados à Educação Ambiental, tais como: classificação correta dos resíduos e quais são os resíduos sólidos, orgânicos e rejeitos; porque não se deve usar a palavra lixo; qual a forma adequada de separar os resíduos e que tipo de danos traz à natureza a separação e destino inadequado dos resíduos.

Com o objetivo de promover a conscientização, mobilização e sensibilização da comunidade local, por meio da Educação Ambiental, o contato dos alunos com o ambiente que estava sendo proposto para estudo, permitiu analisar percepções referentes ao descarte inadequado de resíduos, separação de resíduos e conhecimentos sobre o cuidado com o meio ambiente.

Desta maneira, ao longo da realização dessas etapas do projeto junto às escolas envolvidas, perceberam-se que a comunidade acadêmica ofereceu recursos benéficos à sociedade, auxiliando as escolas no processo de ensino da Educação Ambiental, promovendo dinâmicas educativas e o pleno exercício da cidadania.

### **Oficina de separação de resíduos**

Outro produto do projeto foi a aplicação de oficinas de separação de resíduos sólidos urbanos nas escolas que atendem aos bairros delimitados pela proposta, tanto escolas de Ensino Fundamental como de Ensino Médio. Nesse sentido, tem-se, aqui, como objetivo apresentar um breve relato de como foi trabalhada a oficina com os alunos.

Para tanto, as abordagens as diferentes idades e cognições dos alunos foram ajustadas adaptando o vocabulário utilizado durante

a oficina. Como o problema “lixo” foi o mais citado nos levantamentos quanto aos principais problemas ambientais nos bairros, nas etapas anteriores, foi realizada a percepção da existência do problema nos bairros e as consequências futuras do acúmulo de resíduos sólidos de maneira irregulares, realizando desenhos, palestras e visitas a campo.

Realizada a percepção, a oficina foi aplicada com o âmbito prático, para ensinar os alunos como separar os resíduos corretamente, ajudando no processo de reciclagem, aprendendo assim a realizar o destino correto para diferentes tipos de resíduos como os resíduos orgânicos. Para tanto, a oficina foi realizada em três partes, a primeira parte foi teórica, e consistiu na explicação dos conceitos básicos sobre resíduos sólidos urbanos.

Com ajuda dos conceitos corretos, foi possível introduzir aos alunos o verdadeiro significado da palavra “lixo”. Já que a palavra “lixo” ainda é muito empregada, coloquialmente, mas a mesma não encerra em seu significado a possibilidade dos processos de reaproveitamento, reutilização ou reciclagem. Desse modo, a explicação teórica foi finalizada sobre as consequências do descarte inadequado e importância da separação correta para a vida útil do aterro sanitário.

A segunda parte da oficina consistiu na parte prática, onde disponibilizou-se uma caixa contendo cartões com diferentes nomes de resíduos e três caixas menores que simbolizavam quatro latas de “lixo”, sendo as nomenclaturas rejeito, recicláveis, orgânicos e outros. Foi solicitado que os alunos retirassem alguns cartões e classificassem nas lixeiras, assim seria possível que os próprios alunos percebessem seus erros ao final, com a explicação.

Na terceira e última parte foi realizada a explicação dos cartões contidos em cada lixeira metafórica de separação, os cartões eram retirados um a um e explicado, para os alunos, se estava classificado corretamente naquela caixa e o porquê de estar certo ou errado. Ao corrigir os erros e acertos dos alunos eram demonstradas emoções como interesse e entusiasmo para descobrir seu acerto, também uma intriga ao descobrir que elementos tão

utilizados no dia a dia não eram passíveis de reciclagem. Assim, a prática se tornava eficaz por parte da compreensão dos alunos tornando-os multiplicadores ao ensinar amigos e familiares como o “lixo” deve ser separado corretamente (Figura 3).

**Figura 3:** Oficina de separação de resíduos



Fonte: Helbe Júnior (2017).

A utilização, na oficina, de materiais recicláveis contribuiu com o processo de construção do conhecimento, tornando os indivíduos reflexivos e trazendo discussões sobre a questão ambiental dos problemas locais e globais.

### **Programa de vigilância ambiental no bairro Jardim Figueira**

A implantação de um programa de vigilância ambiental tende a realizar alterações positivas no meio ambiente, assim como a minimização de espaços em situação de vulnerabilidade ambiental. Desse modo, o projeto “Meio Ambiente e Educação” visou promover uma melhoria da qualidade de vida da comunidade inserida na proposta. Por isso, tendo em vista que ficou evidente que os cidadãos estavam empenhados em resolver as problemáticas ambientais presentes no cotidiano deles,

inicialmente, foi pensada a ação denominada, “Eu Sou Vigilante Ambiental do Jardim Figueira” (Figura 4).

A proposta de vigilância ambiental foi pensada especificamente para o Jardim Figueira, devido a elevada concentração de resíduos sólidos urbanos descartados, anteriormente, de maneira inadequada principalmente nas margens do Ribeirão do Veado, como é possível observar na figura abaixo. O objetivo era ser referência para outros bairros do município e região.

**Figura 4:** Descarte inadequado de resíduos no Jardim Figueira



Fonte: Helbe Júnior (2017).

Os bolsistas elaboraram e confeccionaram 350 adesivos (Figura 5), com o título da ação, conforme a próxima figura. Os mesmos foram fixados em paredes, portas ou janelas das residências do bairro, comunidade, com o intuito de estabelecer relações entre comunidade e escola, integrando-os como vigilantes do bairro, incentivando a participação dos moradores na resolução dos problemas da comunidade.

**Figura 5:** Adesivo “Vigilante Ambiental”



Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

Dessa forma, as residências dos moradores foram visitadas, com a colagem dos adesivos, também se desenvolveu a conscientização, mobilização e sensibilização da população, estimulando a percepção ambiental dos mesmos e impulsionando a capacidade de solucionar os problemas existentes naquele espaço (Figura 6).

**Figura 6:** Visita aos moradores do Jardim Figueira



Fonte: Helbe Júnior (2017).

Assim, com o desenvolvimento da ação, surgiram impactos positivos importantes no cotidiano do bairro, influenciando a população do bairro atendido e promovendo a educação ambiental.

## Considerações finais

A partir das etapas e procedimentos realizados pelo projeto, junto à comunidade, foi possível notar que realmente há um interesse da população em modificar a realidade onde estão inseridos e que, por si só, já haviam realizados tentativas, mas sem voz. Os projetos de extensão oportunizam o auxílio nas demandas da população, visando realizar atividades para minimizar as condições desfavoráveis, atuar como veículo de informações e também fazer um intermédio entre a comunidade e os órgãos públicos.

O projeto também auxiliou o poder público, no que tange o mapeamento de espaços em situação de vulnerabilidade ambiental em Cornélio Procópio e no planejamento de políticas públicas, para serem aplicadas em realidades específicas e replicadas em realidades semelhantes. A colaboração entre Universidade, comunidade e poder público para que as demandas da sociedade sejam atendidas, por meio de ações que visem o bem comum exercem atividades que geram impactos positivos para a sociedade, de modo geral.

Portanto, a execução do plano de intervenções construído junto à comunidade visou a conscientização dos envolvidos quanto aos problemas existentes em seu cotidiano, para a realização do movimento de compreender que o problema existe e, que a partir disso é necessário buscar transformar a realidade e participar, efetivamente das ações necessárias, a fim de solucionar problemas e, gerar alterações benéficas para a realidade em que se está inserido.

## Referências

BRASIL. **Agenda 21**, 2013. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidadesocioambiental/agenda21-21>. Acesso em: mai. 2018.

COSTA, F. Um pouco de História: de onde vem a Educação Ambiental? *In*: VIANNA, L. P. (org.). **Parâmetros em Ação Meio Ambiente na Escola**. Brasília: Ministério da Educação, 2001, p.13-15.

DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, 2004.

FERNANDES, R. S. *et al.* Uso da percepção ambiental como instrumento de gestão em aplicações ligadas às áreas educacional, social e ambiental. **Encontro nacional de Pós-graduação e pesquisa em ambiente e sociedade**, v. 2, n. 1, p. 1-15, 2004. Disponível em: [http://www.redeceas.esalq.usp.br/noticias/Percepcao\\_ambiental.pdf](http://www.redeceas.esalq.usp.br/noticias/Percepcao_ambiental.pdf). Acesso em: 10 mai. 2018.

INEA. **Instituto Estadual do Ambiente. Educação Ambiental: conceitos e práticas na gestão ambiental pública**. Instituto Estadual do Ambiente. Rio de Janeiro: INEA, 2014. 52p

PIAGET, J. **The mechanics of Perception**. Nova York: Basic Books, 1969.

ROSA, L. G.; SILVA, M. M. P. Percepção ambiental de educandos de uma escola do Ensino Fundamental. *In*: **Anais**. VI Simpósio Ítalo Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, 2002, Vitória (ES), Brasil. Vitória, 2002.

TREVISOL, J. V. **A educação em uma sociedade de risco: tarefas e desafios na construção da sustentabilidade**. Joaçaba: UNOESC, 2003.



# O IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE CORNÉLIO PROCÓPIO – PR

Vanessa Maria Ludka  
Alan Pulcinelli Colmiran de Lima  
Ana Julia Oliveira de Mello  
Leandra Eduarda Fabri Rezende  
Camila de Souza Pereira  
Gustavo Henrique dos Santos Braga  
Sérgio Augusto Pereira

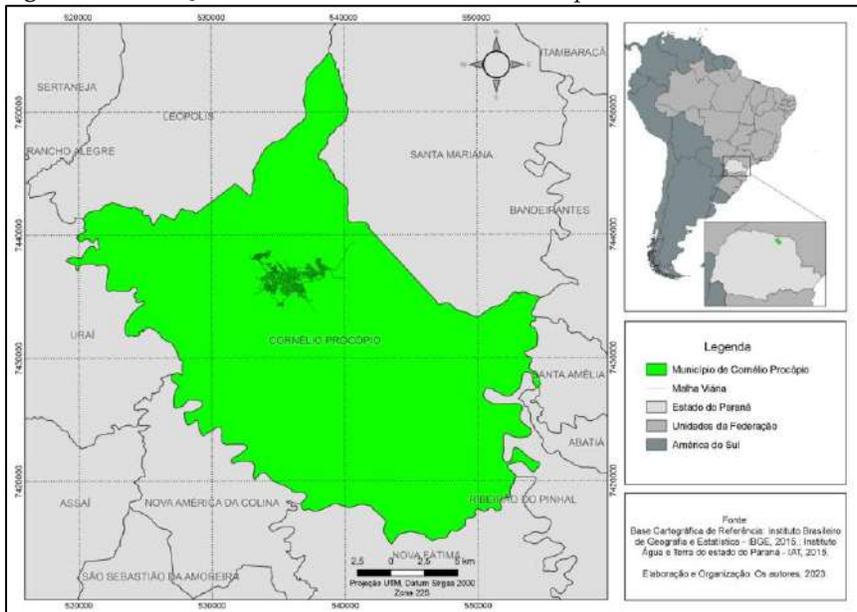
## **Introdução**

O Brasil é um país marcado por profundas desigualdades sociais, refletidas na persistência da pobreza e da fome, entre milhões de brasileiros. Diante desse cenário, o governo brasileiro criou em 2003, o Programa Bolsa Família - PBF, com o objetivo de combater a pobreza, garantir a segurança alimentar e nutricional, promover a inclusão social e fortalecer o exercício da cidadania das famílias beneficiárias.

Com base nestas informações, o presente capítulo tem como objetivo analisar o impacto do Programa Bolsa Família no combate à fome e à pobreza, no município de Cornélio Procópio – PR.

Cornélio Procópio está localizado na Região Norte Pioneiro do Estado do Paraná (Figura 1). De acordo com o (IBGE, 2023), possui uma população de 45.206 pessoas e densidade demográfica de 71,18 habitantes por metro quadrado.

**Figura 1:** Localização da área de estudo: Cornélio Procópio-PR



Fonte: IBGE (2023). Instituto Água e Terra do Estado do Paraná.

Este capítulo está dividido em três partes: primeiramente, apresenta-se a metodologia aplicada nesta pesquisa; em seguida, uma breve conceituação sobre a fome e a pobreza; e, por fim, analisa-se o impacto do Programa Bolsa Família no município de Cornélio Procópio – PR.

No que se refere aos dados levantados, destaca-se que em 2023, 39,68% da população de Cornélio Procópio estava cadastrada no Cadastro Único, ou seja, em situação de vulnerabilidade social, e apenas 8,39% da população foi atendida pelo PBF. Isso indica que 31,29% da população procopense está em situação de insegurança alimentar.

## Metodologia

Metodologicamente, este trabalho é de natureza qualitativa. O aprofundamento teórico baseou-se nos seguintes autores: Caparrós (2016), Castro (2003), Sen (2010), e Ziegler (2002,

2012, 2013). Além disso, foi realizado um levantamento de dados secundários em órgãos governamentais, tais como: Atlas Brasil (2023), DATASUS (2023), IBGE (2023) e MDS (2023), e coletados relatos de mulheres beneficiárias do PBF.

Para calcular a porcentagem de pessoas atendidas pelo Programa Bolsa Família, utilizou-se a seguinte fórmula desenvolvida por Ludka, Pereira e Mello (2022): % Pessoas atendidas pelo PBF =  $\frac{NF \times NPF}{PE} \times 100$ . (Equação 1). Em que, PBF – é Programa Bolsa Família; NPF – segundo o Observatório Nacional da Família (2021) é o número de pessoas que compõem as famílias brasileiras 3,3 (2012), (2013), (2014), (2015), (2016); 3 (2017), (2018), (2019), (2020), (2021), (2022) e 2,79 (2023); NF – é o número de famílias inscritas; PE – é a população estimada.

Para calcular a porcentagem de pessoas atendidas no Cadastro Único, utilizou-se a seguinte fórmula elaborada por Ludka, Pereira e Mello (2022): % Pessoas cadastradas no CadÚnico =  $\frac{NF \times NPF}{PE} \times 100$ . (Equação 2). Em que, CadÚnico – é Cadastro Único; NPF – segundo o Observatório Nacional da Família (2021) é o número de pessoas que compõem as famílias brasileiras 3,3 (2012), (2013), (2014), (2015), (2016); 3 (2017), (2018), (2019), (2020), (2021), (2022) e 2,79 (2023); NF – é o número de famílias inscritas; PE – é a população estimada.

## **Da pobreza à fome: uma discussão conceitual**

A pobreza é uma condição caracterizada pela privação de acesso a alimentos, saúde, educação, moradia adequada e outros aspectos fundamentais para uma vida plena. A pobreza estrutural e sistêmica resulta da distribuição desigual de recursos e oportunidades.

O Projeto “Fome Zero” (2001), ressaltou que a pobreza não é um fenômeno secreto e acidental, mas sim o resultado de padrões brutais de crescimento sustentados por salários mínimos, o que leva à concentração de renda e ao desemprego. Além disso, “a

pobreza vai além de uma categoria econômica”, conforme destacado por Santos (2009, p. 18), sendo também uma categoria política, acima de tudo.

A pobreza transcende a economia de um país, revelando-se como um problema político e social, privando o indivíduo de capacidades básicas, e seu extremo é a fome.

A pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas em vez de meramente como baixo nível de renda, que é o critério tradicional de identificação da pobreza. A perspectiva da pobreza como privação de capacidades não envolve nenhuma negação da ideia sensata de que a renda baixa é claramente uma das causas principais da pobreza, pois a falta de renda pode ser uma razão primordial da privação de capacidades de uma pessoa (Sen, 2010, p. 120).

A concepção de pobreza vai além do enfoque tradicional, que a define meramente como um baixo nível de renda. Ela deve ser compreendida como a privação de capacidades básicas, no entanto, essa perspectiva não nega a importância da renda como fator determinante da pobreza, mas enfatiza que a falta de renda pode ser uma causa fundamental para a privação das capacidades essenciais de uma pessoa (Sen, 2010).

A pobreza figura como uma das principais causas da fome, uma vez que os indivíduos, nessa condição, enfrentam significativas dificuldades em adquirir alimentos nutritivos, em quantidade suficiente para suprir suas necessidades básicas. A escassez de recursos econômicos torna o acesso aos alimentos, um desafio, culminando em desnutrição e insegurança alimentar.

Ludka (2016) destaca que a fome é um dos maiores problemas sociais, políticos e nacionais, pois impacta tanto diretamente quanto indiretamente o bem-estar e a dignidade dos cidadãos brasileiros, afetando, por consequência, o desenvolvimento nacional e social.

Na contemporaneidade, a fome assume uma condição invisível aos olhos da sociedade, pois ela permeia de forma discreta e constante nosso cotidiano, manifestando-se não somente nas

ruas, cidades e bairros, mas também nas residências das pessoas mais economicamente necessitadas.

A pobreza e a fome estão interligadas como resultado de adversidades sociais e políticas, sendo impulsionadas pela ganância humana e busca incessante por poder, como afirmou Caparrós (2016, p. 101): “desde o começo da civilização, a fome foi uma das armas mais poderosas, uma forma extrema de exercício do poder”.

A fome tem exercido historicamente um papel significativo como razão por trás das mudanças sociais, do progresso técnico, das revoluções e contrarrevoluções. Em outras palavras, nada na história da humanidade teve tamanha influência, sendo a fome considerada tão fatal quanto inevitável, ultrapassando até mesmo o impacto de doenças e guerras (Caparrós, 2016).

Considerada um fenômeno, essencialmente geográfico, a fome é universal, e nenhum continente escapa da sua ação prejudicial. A Geografia pode orientar o espírito humano na análise do problema como um fenômeno ligado à ação antrópica, ao solo, ao clima e à vegetação, além do amplo horizonte de trabalho (Castro, 2003).

Dessa forma, a Geografia desempenha um papel fundamental na análise desse fenômeno, fornecendo orientação ao espírito humano na compreensão da interligação entre pobreza, fome e as condições geográficas específicas. Ao explorar o amplo horizonte de trabalho que a Geografia oferece, é possível compreender a complexidade do problema e identificar formas de abordá-lo, de maneira mais efetiva. Para uma compreensão mais aprofundada da Geografia da Fome e sua distribuição global, Ziegler (2013) destaca a importância de inicialmente distinguir entre dois conceitos fundamentais definidos pela ONU e suas agências especializadas: a fome estrutural e a fome conjuntural.

A “fome conjuntural” é o resultado de eventos súbitos que destroem a infraestrutura econômica e social e levam à escassez imediata de alimentos. A “fome estrutural”, por outro lado, é caracterizada pela persistente escassez de alimentos resultante do desenvolvimento econômico subdesenvolvido e da pobreza

extrema da maioria da população. As primeiras são causadas por catástrofes externas, enquanto as últimas são inerentes à estrutura da sociedade (Ziegler, 2002).

Ziegler (2012), por sua vez, amplia o conceito para geopolítica da fome, destacando as relações de poder que determinam o acesso aos alimentos. Ele denuncia o debate que perpetua essa ordem, como controle oligopolista dos recursos alimentares e políticas neoliberais impostas por organizações internacionais.

No Brasil, de acordo com Xavier (2023), 70,7 milhões de brasileiros vivem com uma renda mensal de até R\$ 665,02. Em 2022, mais de 10 milhões de brasileiros saíram da linha da pobreza, o que representou uma queda de 38,2% para 33% da população em situação de pobreza, esta queda está relacionada à expansão do Programa Bolsa Família, turbinado para uso eleitoral por Jair Bolsonaro.

Em 2021, 8,6% dos domicílios brasileiros eram de beneficiários do programa; um ano depois, a proporção aumentou para 16,9%, devido ao aumento de beneficiários em período eleitoral. Em 2021, houve a taxa de pobreza mais alta dos últimos anos. Em 2014, esse índice era de 32,6%; em 2021, chegou a 38,2%, com o Brasil voltando ao mapa da fome. Em outubro de 2023, o PBF atendeu 21,45 milhões de famílias. Com as recentes mudanças implementadas pelo Governo Federal, cada beneficiário recebe o mínimo de R\$ 600,00, garantindo assim pelo menos o direito à alimentação previsto na constituição (Secretaria de Comunicação Social, 2023).

No Paraná, considerando-se as linhas de pobreza propostas pelo Banco Mundial, cerca de 2 milhões de pessoas (ou 17,3% da população do Paraná) estavam na pobreza, em 2021, sendo que 429 mil (ou 3,7% da população) estavam na extrema pobreza. Na comparação com os dados de 2020, verificou-se que houve um aumento de 16,7% no grupo de paranaenses vivendo abaixo da linha de pobreza, o que significa 286 mil pessoas a mais nessa condição em relação ao ano anterior. Por outro lado, o contingente na extrema pobreza teve uma queda de 1,5% (menos 6,5 mil pessoas) (Kowalski, 2022).

Em Cornélio Procópio, segundo o Atlas Brasil (2023), em 2000, 2,69% da população do município era extremamente pobre, 12,64% eram pobres e 36,74% eram vulneráveis à pobreza; em 2010, essas proporções eram, respectivamente, de 1,37%, 5,21% e 16,15%.

De acordo com o MDS (2023), em março de 2023, 5,79% da população procopense se encontrava em situação de pobreza, 4,34%, em situação de extrema pobreza e 31% vulneráveis à pobreza. Todavia, apenas 8,39% da população é assistida pelo Programa Bolsa Família. Na seção a seguir, serão apresentados dados mais detalhados do PBF e sua importância para Cornélio Procópio.

### **A importância do Programa Bolsa Família na geografia da fome e da pobreza no município de Cornélio Procópio – PR**

Cornélio Procópio é um dos 46 municípios que compõem a mesorregião do Norte Pioneiro Paranaense, e um dos 399 que fazem parte do estado do Paraná. Sua extensão territorial é de 635,698 km<sup>2</sup>, medida atualizada no ano de 2021 (IPARDES, 2022). No último censo, realizado em 2022, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2023), havia no município cerca de 45.206 habitantes. O município faz limite com os municípios de Bandeirantes, Leópolis, Nova América da Colina, Nova Fátima, Ribeirão do Pinhal, Santa Amélia, Santa Mariana e Uraí, todos localizados no estado do Paraná (IPARDES, 2022).

Inicialmente, o Norte do Paraná foi ocupado em grande parte por lavradores vindos de São Paulo, mas posteriormente também houve a chegada de mineiros, nordestinos e nortistas na região, conforme o (IBGE, 2022):

A origem de Cornélio Procópio, situado quase nos limites do Paraná com o Estado de São Paulo, às margens do Paranapanema, data de 1920 quando o coronel Cornélio Procópio, paulista de Ribeirão Preto, doou cinco mil alqueires de terras situadas no local onde existe hoje o Município, ao seu genro, Francisco Junqueira. As glebas foram divididas em lotes ou datas, para facilitar sua aquisição e, terminados os trabalhos de loteamento, em

1926, ocorreu grande afluxo de moradores provindos de outros estados. Vinham, atraídos pela fertilidade das terras, especialmente os colonos paulistas que para ali afluíram no intuito de plantar café, uma vez que os terrenos em São Paulo já se tornavam de difícil aquisição.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do município de Cornélio Procópio, em 2010, era de 0,759, considerado de nível alto. Já o índice de Gini, instrumento utilizado para mensurar a diferença dos rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos, apontava, no mesmo ano, uma estimativa de 0,48. Assim como o IDHM, que teve um aumento de 10,16% de 2000 para 2010, o índice de Gini diminuiu 0,06% no mesmo período, mostrando uma redução da desigualdade de renda. Ou seja, os dois índices apresentaram evoluções positivas (Atlas Brasil, 2023).

Economicamente, Cornélio Procópio destaca-se nos três setores. No primeiro setor, pela sua produção agrícola (soja, cana-de-açúcar, milho, entre outros); no setor secundário, pelas indústrias no ramo do café e materiais elétricos; e no setor terciário, pela gama de serviços oferecidos, principalmente na área estudantil, o que a torna um polo regional.

Ao voltar os olhares para o objeto de estudo, que é o impacto do PBF em Cornélio Procópio, destaca-se que o programa Bolsa Família tem efeitos positivos na economia do município, pois movimentava o comércio e impulsiona o consumo de alimentos, roupas e produtos de higiene.

Criado em 2003, por meio de Medida Provisória, instituído pela Lei 10.836, em janeiro de 2004 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de setembro do mesmo ano, o PBF é o maior programa de transferência de renda do país (Brasil, 2004). Esse programa de transferência direta condicionada, beneficia famílias pobres (com renda mensal entre R\$218,01 e R\$436,00), e extremamente pobres (com renda mensal até R\$218,00 por pessoa). Tem como foco garantir renda básica para as famílias em situação de vulnerabilidade e integrar políticas públicas para a superação da pobreza e transformação social (MDS, 2023).

O PBF é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, beneficiando famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza (MDS, 2023). Ao fornecer uma renda básica mensal, o Bolsa Família ajuda a aliviar os impactos dessas situações, permitindo que as famílias tenham acesso a alimentos e recursos essenciais mesmo em casos de emergência.

No contexto social, o Bolsa Família desempenha um papel importante no incentivo ao acesso à educação e à saúde, pois essas condições visam quebrar o ciclo da pobreza por meio do investimento em recursos humanos. Para ser beneficiado pelo PBF, é necessário estar cadastrado no CadÚnico. O Cadastro Único é um registro que permite ao governo saber quem são e como vivem as famílias de baixa renda no Brasil. Ele foi criado pelo Governo Federal, mas é operacionalizado e atualizado pelas prefeituras de forma gratuita. São consideradas famílias de baixa renda aquelas que possuem renda mensal por pessoa (renda per capita) de até meio salário mínimo (R\$ 651,00).

Com o Cadastro Único, é possível conhecer a realidade socioeconômica das famílias de baixa renda a partir de informações sobre todo o núcleo familiar, as características do domicílio, as formas de acesso a serviços públicos essenciais e também os dados de cada um dos componentes da família. Nesse contexto, o Cadastro Único constitui-se em uma importante ferramenta de apoio à formulação e à implementação de políticas públicas capazes de promover a melhoria de vida dessas famílias. Ele reúne um conjunto de dados que permite aos gestores conhecerem os riscos e as vulnerabilidades a que a população pobre e extremamente pobre está exposta. A Tabela 1 apresenta os dados referentes ao CadÚnico em Cornélio Procópio, desde o ano de 2012 até o ano de 2023. Vale destacar que o CadÚnico foi criado em 2001, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, mas seus dados estão disponíveis apenas a partir do ano de 2012.

**Tabela 1:** Média de famílias e pessoas inseridas no Cadastro Único do ano de 2012 até 2023

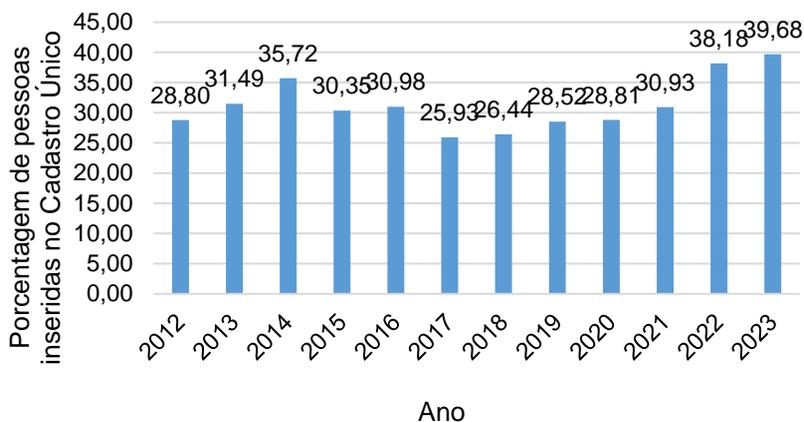
<b>Ano</b>	<b>População</b>	<b>Média de famílias cadastradas no CadÚnico</b>	<b>Nº de pessoas cadastradas no CadÚnico</b>
2012	47.861	4.178	13.786
2013	47.859	4.567	15.072
2014	47.857	5.181	17.096
2015	47.854	4.401	14.524
2016	47.852	4.492	14.823
2017	47.849	4.136	12.409
2018	47.847	4.265	12.796
2019	47.845	4.548	13.644
2020	47.842	4.594	13.782
2021	47.840	4.933	14.798
2022	45.206	5.753	17.260
2023	45.206	6.430	17.938

Fonte: DATASUS (2023); IBGE (2023); MDS (2023).

Os dados de população apresentados, na Tabela 1, foram coletados no sistema Datasus, para dar maior legitimidade aos cálculos realizados para chegar ao número de pessoas cadastradas no CadÚnico e beneficiárias do PBF. Ao analisar os dados da população de Cornélio Procópio, nota-se que esta se manteve efetivamente estável, com uma tendência decrescente, passando de 47.879 em 2012 para 45.206 em 2023 (DATASUS, 2023).

Referente aos dados do CadÚnico, percebe-se que desde o início do registro, o ano de 2014 teve 5.181 famílias, o que equivale a 17.096 pessoas cadastradas, tendo diminuído até o ano de 2018, com 4.136 famílias, equivalendo a 12.409 pessoas. A partir do ano de 2019, o número de pessoas cadastradas volta a aumentar conforme segue: 2019 (13.644), 2020 (13.782), 2021 (14.798), 2022 (17.266) e 2023, chegando a 17.938 pessoas. A Figura 2 sintetiza os dados apresentados por meio de porcentagens.

**Figura 2:** Porcentagem de pessoas inseridas no Cadastro Único

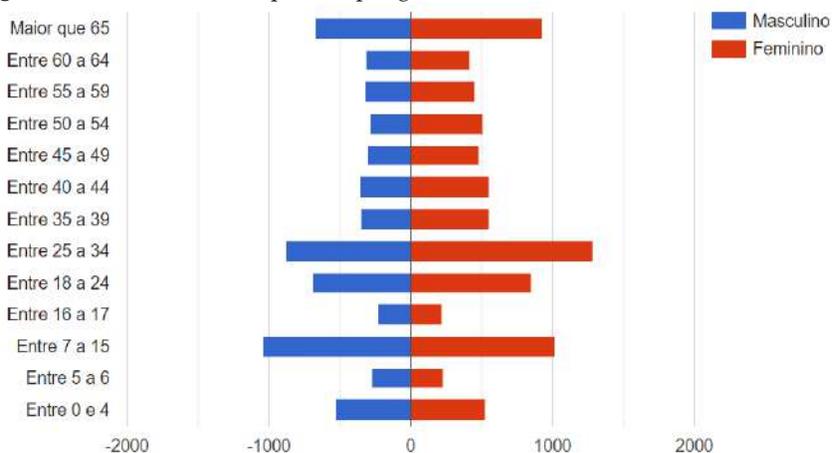


Fonte: MDS (2023).

As porcentagens apresentadas na Figura 2 elucidam os dados da Tabela 1. Em 2014, 35,72% da população de Cornélio Procópio estava cadastrada no CadÚnico, havendo uma redução até o ano de 2018. A partir de 2019, as porcentagens aumentam, chegando a 39,68% da população em situação de vulnerabilidade social, a maior porcentagem desde que teve início a divulgação dos dados em sites oficiais. Este aumento, provavelmente está relacionado à forte crise econômica enfrentada pelo país, à pandemia de Covid-19 e aos cortes no repasse de políticas públicas de combate à pobreza e à fome nos anos relatados.

A Figura 3 apresenta a pirâmide etária das pessoas cadastradas no CadÚnico, por gênero, no mês de agosto de 2023.

**Figura 3:** Pirâmide etária de pessoas por gênero inseridas no Cadastro Único



Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública (2023).

A pirâmide etária divulgada mensalmente pelo site do MDS (2023), no mês de agosto de 2023, possuía 14.320 indivíduos cadastrados. Revela-se que 43,85% são do sexo masculino e 56,15% do sexo feminino. A faixa etária com o maior número de cadastrados é a de 25 a 34 anos, representando 15,13% da população cadastrada, com uma distribuição de 40,44% para o gênero masculino e 59,56% para o gênero feminino. A menor representação é encontrada na faixa etária de 5 a 6 anos, constituindo apenas 3,51% da população cadastrada, com uma distribuição de 54,87% para o gênero masculino e 45,13% para o gênero feminino. A faixa etária acima de 65 anos tem uma representação significativa, com 11,22% da população cadastrada, e uma distribuição de 42,34% para o gênero masculino e 57,66% para o gênero feminino.

Na Tabela 2, apresentam-se os dados referentes à distribuição do PBF por famílias e pessoas em Cornélio Procópio. Os dados são referentes ao ano de 2004 até o ano de 2023. No ano de 2022, os dados sobre o programa não foram divulgados.

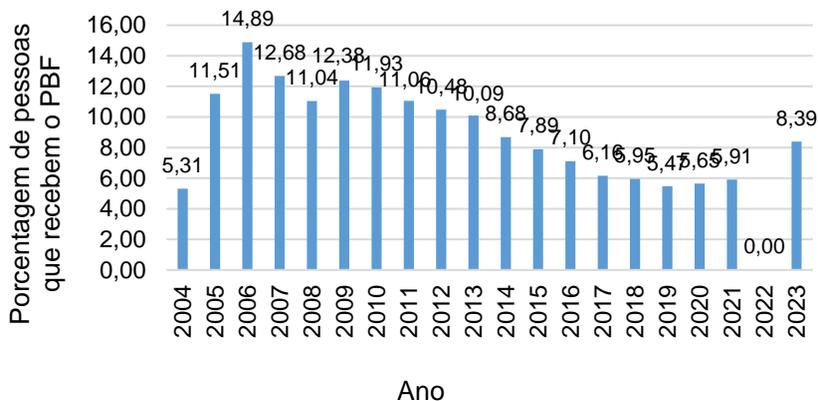
**Tabela 2:** Dados referente ao Programa Bolsa Família do ano de 2004 a 2023

<b>Ano</b>	<b>População</b>	<b>Média de famílias beneficiadas pelo PBF</b>	<b>Pessoas atendidas pelo PBF</b>
2004	47.879	706	2.541
2005	47.877	1.531	5.511
2006	47.875	1.980	7.129
2007	47.872	1.687	6.072
2008	47.870	1.602	5.285
2009	47.868	1.795	5.925
2010	47.866	1.730	5.709
2011	47.864	1.604	5.295
2012	47.861	1.520	5.016
2013	47.859	1.463	4.828
2014	47.857	1.259	4.154
2015	47.854	1.144	3.775
2016	47.852	1.029	3.396
2017	47.849	983	2.948
2018	47.847	949	2.847
2019	47.845	864	2.591
2020	47.842	901	2.702
2021	47.840	943	2.829
2022	45.206	0	0
2023	45.206	1360	3.793

Fonte: DATASUS (2023); IBGE (2023); MDS (2023).

Ao analisar a Tabela 2, destaca-se o ano de 2006, com o maior número de famílias e pessoas atendidas pelo PBF, totalizando 1.980 famílias, o que equivale a 7.129 pessoas. Desde então, os números de beneficiários seguem em constante queda até o ano de 2021, com 943 famílias, equivalendo a 1.829 pessoas. Como já citado anteriormente, os dados do ano de 2022 não foram divulgados. No ano de 2023, o número de beneficiários volta a aumentar, chegando a 1.360 famílias, o que equivale a 3.793 pessoas. A Figura 4 apresenta a porcentagem de pessoas beneficiadas pelo PBF desde o ano de 2004 até o ano de 2023.

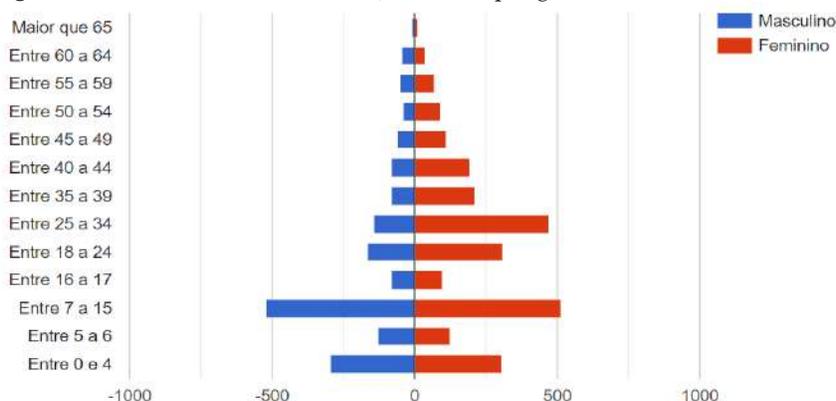
**Figura 4:** Porcentagem de pessoas atendidas pelo Programa Bolsa Família



Fonte: MDS (2023).

A Figura 4 apresentou as porcentagens de pessoas atendidas pelo PBF. No início do programa, em 2004, 5,31% da população de Cornélio Procópio era beneficiária do PBF. Um ano depois, em 2005, a porcentagem dobrou, chegando a 11,51% da população. O ápice foi em 2006, com 14,89% da população sendo atendida pelo programa. Nos anos seguintes, as porcentagens diminuíram consideravelmente, alcançando 5,91% em 2021. Já em 2023, a população beneficiada foi de 8,39%. É importante destacar que o número de pessoas inseridas no CadÚnico manteve uma estabilidade, o que é preocupante, pois grande parte das pessoas em situação de insegurança alimentar ficou sem auxílio. A Figura 5 apresentou a pirâmide etária com a distribuição do PBF por gênero.

**Figura 5:** Pirâmide etária da distribuição do PBF por gênero



Fonte: MDS (2023).

A pirâmide etária dos beneficiários do PBF, em agosto de 2023, apresenta um total de 4.261 beneficiários, com a seguinte distribuição por gênero: 40,32% do sexo masculino e 59,68% do sexo feminino. A faixa etária com maior representatividade é a de 7 a 15 anos, abrangendo 24,36% dos beneficiários, com uma distribuição de 50,48% do gênero masculino e 49,52% do gênero feminino. A segunda maior representação está na faixa etária de 25 a 34 anos, com 23,54% de representação masculina e 76,46% feminina.

A menor representação é encontrada na faixa etária acima de 65 anos, com apenas 0,40% dos beneficiários, distribuídos entre 52,94% do gênero masculino e 47,06% do gênero feminino. Observa-se que as maiores proporções de pessoas beneficiadas estão ligadas ao gênero feminino.

O Programa Bolsa Família, desde o seu surgimento, priorizou as mulheres como responsáveis pelo recebimento do benefício, administração e responsabilidade de prestar as informações necessárias e cumprir as condicionalidades do programa. Segundo o MDS (2023), ao optar pela mulher como titular no recebimento do benefício do PBF, este se transformou em um importante

instrumento de autonomia e empoderamento, fortalecendo seu papel na família e na comunidade.

Para demonstrar a importância do PBF, foi necessário trazer relatos das beneficiárias do programa. Diante disso, as participantes do Projeto de Extensão Mulheres no Combate à Fome foram questionadas sobre a importância do PBF em suas vidas. O projeto é realizado pelo grupo de estudos GEOFOME – da UENP (Universidade Estadual do Norte do Paraná), em parceria com o CRAS Cornélio Procópio (2020). Os relatos a seguir foram transcritos fielmente conforme a fala das participantes.

A beneficiária “A” relatou que: *“Esse dinheiro me ajuda muito, porque quando eu fico sem serviço eu consigo pagar meu aluguel que é R\$550. Eu pego R\$200 do bolsa família e R\$600 que vem do auxílio. Principalmente aquelas mães que não tem com quem deixar os filhos, no meu caso, agora tem por causa da escola. Ajuda a comprar alimento pra criança ou ajuda a pagar meu aluguel ou água e uma luz. Na época da escola ajuda a comprar material para escola. Esse dinheiro ajuda muito a gente, as pessoas têm um alívio, pelo menos pra mim ajuda bastante”*.

A beneficiária “B” relatou que: *“Eu recebo bolsa família há um ano e quatro meses, o bolsa família me tirou assim, como e posso dizer, ele é uma garantia de uma renda fixa que tenho todo mês, entendeu? Com o dinheiro do meu bolsa família eu compro fralda para criança eu consigo pagar um aluguel ou eu pago a água ou eu pago luz, eu supro as minhas necessidades básicas da casa com o meu bolsa família. É a única renda fixa que minha a minha família tem, que são R\$ 750 por mês é mensal, 600 reais fixo e mais 150 por criança, como eu só tenho uma filha recebe 150 a mais. O bolsa família é tipo assim um dinheiro certo que eu tenho todo mês que eu posso suprir as minhas necessidades. E como eu não trabalho e minha filha não conseguiu vaga na creche, então ele me ajuda para mim poder cuidar dela e daí como eu não consigo arrumar um emprego então ele me ajuda nisso sabe? Pra mim cuidar da minha filha e ao mesmo tempo eu poder suprir as necessidades que ela precisa, pelo menos o básico eu consigo.*

A beneficiária “C” dissertou que *“eu recebo o bolsa família há 9 anos, esse dinheiro me ajuda muito, mudou muito a minha vida”*.

A beneficiária “D” falou que: *“Eu recebo bolsa família desde 2010, ele ajuda bastante né, mas assim ele supre muitas coisas né, e ajuda bastante, eu recebo R\$ 480,00 reais, hoje né porquê de primeiro eu recebia R\$120,00 reais e para mim ajuda muito”*.

Como é possível perceber na fala das mulheres, o PBF tem importância fundamental para a manutenção das condições básicas de vida, como moradia, alimentação e despesas como energia e água, principalmente para atender às necessidades de seus filhos, como fraldas e materiais escolares.

Além dos diversos motivos citados pelas beneficiárias, pode-se destacar também que o PBF contribui para a redução da pobreza e extrema pobreza, incentivando a educação. O programa condiciona o recebimento do benefício à frequência escolar das crianças e adolescentes, combatendo a evasão escolar. Esse estímulo à educação é fundamental para romper o ciclo intergeracional da pobreza. Promove a melhoria na saúde, vinculando-se ao acompanhamento da saúde das gestantes e crianças, incentivando o pré-natal, vacinação e acompanhamento do desenvolvimento infantil.

Proporciona alívio imediato para famílias em situação de vulnerabilidade, garantindo suporte financeiro que pode ser utilizado para suprir necessidades básicas, como alimentação e moradia. Promove a inclusão social, permitindo que as famílias beneficiárias tenham condições mínimas para participar mais ativamente da sociedade. Contribui para a redução das desigualdades sociais ao transferir recursos diretamente para as famílias mais necessitadas, melhorando a distribuição de renda no país. É um instrumento efetivo no combate à fome, garantindo que as famílias mais pobres tenham condições básicas de subsistência. O programa também impacta positivamente na economia local, uma vez que as famílias beneficiadas têm um aumento no poder de compra, estimulando o comércio e os pequenos negócios nas comunidades, sendo essencial para a população de Cornélio Procópio que se encontra em situação de vulnerabilidade social.

É importante ressaltar que o Bolsa Família faz parte de uma estratégia mais ampla de combate à pobreza, sendo complementado por outras políticas públicas voltadas para a educação, saúde, geração de emprego e renda, entre outras áreas. O programa tem sido reconhecido internacionalmente como uma iniciativa eficaz no enfrentamento da pobreza e na promoção da inclusão social.

Além do PBF, o CRAS distribuiu, em junho de 2023, 1.384 cestas básicas para famílias não cadastradas no Programa Bolsa Família, impactando um total de 3.862 pessoas. Já em outubro de 2023, foram entregues cerca de 1.600 cestas básicas, totalizando 4.464 pessoas. Estes dados corroboram com as informações do CadÚnico, evidenciando que muitas pessoas não estão recebendo algum tipo de auxílio para combater a fome e a pobreza.

Essa realidade, estatisticamente comprovada, reverbera a importância de promover políticas públicas no município para o combate à fome e pobreza extrema. No que cerne essa assistência social, cabe considerar a relevância do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE do qual o município de Cornélio Procopio faz parte.

O programa supracitado objetiva propiciar alimentação para estudantes de escolas públicas matriculados em qualquer uma das etapas da Educação Básica, conforme informações do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (2017). Sendo assim, constitui um importante meio de promoção ao acesso a uma alimentação de qualidade.

Cabe ponderar que o PNAE, ao longo dos anos, passou por muitas reformulações e adotou um caráter mais municipalizado. Dessa forma, os municípios passaram a ser responsáveis pela administração dos recursos repassados pelo governo federal e também pela aquisição dos alimentos. Além disso, após a promulgação da Lei Federal nº 11.947/2009, houve um estímulo à valorização de produtores locais nesse processo. Conforme exposto no trecho da referida Lei:

V - O apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos (Brasil, 2009).

O que se destaca, nesse fragmento, além da valorização das produções locais, é o apoio ao desenvolvimento sustentável. Além disso, também é enfatizada a relevância de promover uma alimentação saudável e com suporte nutricional. Observa-se, a partir dessa análise, a importância que o programa possui em promover uma política permanente de acesso à alimentação para as pessoas em idade escolar.

Ao relacionar essas potencialidades do PNAE com a realidade de Cornélio Procópio, urge pensar em como o programa atua nas escolas municipais. Dito isso, a fim de realizar essa análise serão ponderados aspectos presentes na Chamada Pública 001/2020, realizada pela prefeitura no ano de 2020, onde são expressos os critérios que envolvem todo o processo de aquisição de alimentos voltados à merenda escolar.

Embora, o recorte temporal da análise da Chamada Pública seja mais recente, vale ressaltar que o município de Cornélio Procópio já faz parte do PNAE há anos. Com as reformulações feitas em 2009, houve uma grande expansão que permitiu que a área de abrangência do programa fosse expressiva.

Conforme dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (2017), desde que houve essas reformulações o PNAE passou a abranger toda a rede pública de ensino do país. Além disso, desde 2013, também passou a incluir alunos da Educação para Jovens e Adultos, além de garantir que pelo menos 30% dos recursos seria voltado para a aquisição de produtos da agricultura familiar.

Dito isso, em congruência à Lei 11.947/2009, a Chamada Pública de Cornélio Procópio sinaliza que a aquisição de produções hortifrutigranjeiras provenha da agricultura familiar e/ou empreendedor familiar rural (Cornélio Procópio, 2020). No

documento também é enfatizado que os recursos são subsidiados pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

O documento expressa ainda toda burocratização do processo e como funciona a comprovação das produções de origem familiar e também o de origem orgânica. Com a reformulação da Lei já citada, foi definido que a aquisição deve priorizar os produtos orgânicos, algo que o município, conforme aponta a Chamada, busca atender.

No documento, as quantidades e valores pagos por cada produto já vêm pré-estabelecidos e cabe ao produtor firmar o compromisso de fornecê-los para a prefeitura em bom estado de conservação. Para tanto, são feitos contratos cujo prazo é de um ano e as entregas dos produtos devem ser feitas semanalmente para a prefeitura ao longo desse período.

Os alimentos de origem orgânica também já vêm especificados no documento, tanto em relação a sua variedade quanto em quantidade. Dos 88 alimentos divulgados na Chamada Pública, 24 estão destacados como orgânicos. Ademais, também são solicitados outros alimentos de alto valor nutricional.

Nota-se, a partir da atuação do PNAE no município de Cornélio Procópio, a relevância que o programa possui na garantia ao acesso à alimentação de qualidade nas escolas. Isso reflete no processo de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos, visto que sentir fome inibe diversas capacidades. Dessa forma, a merenda escolar cumpre um papel importante, garantindo a essas pessoas o acesso a pelo menos uma refeição diária nutritiva, o que para alguns é inacessível em seus lares.

Diante dessa realidade, onde a fome e extrema pobreza atingem lares brasileiros e procopenses, cabe reafirmar a importância dos programas que promovem uma assistência social. São mecanismos para garantir o acesso e mitigar um problema que, como coloca Castro (1966), está estruturalmente especializado em nossa sociedade.

Diante dos dados analisados e das considerações de Ludka (2016, p. 205), conclui-se que “existem fome e pobreza no

município de Cornélio Procópio, Paraná. Além da fome de alimentos, há carência de políticas sociais, de cultura, de oportunidades, de sustentabilidade, falta de serviços básicos e de liberdade". É necessária uma articulação governamental com políticas públicas que visem garantir o acesso e a permanência em qualidade de vida, emprego e renda, educação, saúde, além do direito à alimentação adequada para todos os cidadãos, abandonando ações em prol dos interesses das classes dominantes e do movimento econômico.

Ao se debruçar sobre a fome, é importante lembrar que cada número absoluto representa a vida de uma pessoa. Mudanças em percentuais de insegurança alimentar — mesmo que pareçam pequenas — significam milhões de pessoas enfrentando diariamente a fome.

### **Considerações finais**

Para finalizar, destacam-se as palavras de Carolina Maria de Jesus em seu livro *Quarto de Despejo*: "[...] O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora. Quem passa fome aprende a pensar no próximo e nas crianças" (Jesus, 2014, p. 29).

Os dados aqui apresentados revelam que, em 2023, Cornélio Procópio possuía 17.938 pessoas, ou seja, 39,68% da população estava em situação de vulnerabilidade social, e apenas 8.257 pessoas, o que equivale a 18,26%, recebiam algum tipo de auxílio, seja pelo PBF ou pelo recebimento de cestas básicas. Porém, 21,42% da população estava à mercê da sorte.

É importante destacar que, embora o município não evidencie dados alarmantes, boa parte da população encontra-se em extrema pobreza, pobreza ou em situação vulnerável à pobreza, logo, estão em situação de fome. Isso evidencia a importância do PBF. "A sociedade não é dividida em burguesia ou proletariado, mas entre os que não comem e não dormem porque têm fome e os que comem, mas não dormem com medo dos que têm fome" (Castro, 2003, p. 13).

Como bem destaca Ludka (2016), a fome vai muito além da necessidade de alimentos. Destaca-se também a carência de políticas socioeconômicas, a carência cultural e de oportunidades, de sustentabilidade, assim como a fome de serviços básicos e de liberdade. Além do constrangimento das pessoas passarem fome e admitirem que necessitam de intervenções governamentais para o alívio das necessidades básicas, ainda são prejudicadas pelo descaso do poder público em questões socioeconômicas.

## Referências

ATLAS BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/410640#sec-renda>>. Acesso em: 5 nov. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 set. 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5.209.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5.209.htm)>. Acesso em: 7 ago. 2023.

BRASIL. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Alimentação escolar. 2017. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae>. Acesso em: jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União. 2009.

CAPARRÓS, M. **Uma fome**. Trad. Elisa Duarte Teixeira. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

CASTRO, I. E. de. A geografia e seu compromisso com o espaço. *In*: CORRÊA, R. L. *et al.* **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 65–94.

CASTRO, I. E. de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CORNÉLIO PROCÓPIO (PR). **Chamada Pública nº 001/2020. Agricultura Familiar**. Cornélio Procópio: Órgão Oficial do Município, 2020.

CRAS CORNÉLIO PROCÓPIO. **CRAS Cornélio Procópio – Cornélio Procópio – PR**. Endereço e Atendimento. Centro de Referência de Assistência Social. [S.l: s.n.]. Disponível em: <<https://cras.br.com/cras-cornelio-procopio-cornelio-procopio-pr-endereco-e-atendimento/>>.

Acesso em: 1 dez. 2023.

DATASUS. **Tecnologia da Informação a Serviço do SUS**. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/cnv/popsvsbr.def>>. Acesso em: 7 ago. 2023.

IBGE. **Cornélio Procópio (PR)**. Cidades e Estados. IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/cornelio-procopio.html>>. Acesso em: 2 dez. 2023.

IBGE. **IBGE. Cidades. Paraná**. Cornélio Procópio. Panorama. 2022. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/cornelio-procopio/panorama>>. Acesso em: 2 dez. 2023.

IPARDES. **Caderno Estatístico Município de Cornélio Procópio**. 2022. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=86300&btOk=ok>>. Acesso em: 7 ago. 2023. (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social).

JESUS, C. M. de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 10 ed. São Paulo: Ática, 2014.

KOWALSKI, R. L. **Pobreza atinge o maior nível no Paraná**. Disponível em: <<https://www.bemparana.com.br/noticias/parana/pobreza-atinge-o-maior-nivel-no-parana/>>. Acesso em: 2 dez. 2023.

LUDKA, V. M. **Contestado, a fome e a pobreza com permanência da guerra**: cenários paradoxais no Sul do Brasil. 2016. 222 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

LUDKA, V. M.; PEREIRA, S. A.; MELLO, A. J. O. D. O Programa Bolsa Família e o aumento da fome e da pobreza no Norte Pioneiro do Paraná. **Geografia**, Londrina, v. 31, n. 2, p. 151, 3 jul. 2022.

MDS. **Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome**. Disponível em: <<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia/bolsa-familia>>. Acesso em: 30 nov. 2023.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICOS. **Programa Brasil Fronteira**. Disponível em: <<https://aplicacoes.gov.br/ri/pbfcad/index.html>>. Acesso em: 1 dez. 2023.

PROJETO FOME ZERO. Uma Proposta de Segurança Alimentar para o Brasil. [S.l: s.n.], 2001. (IC).

SANTOS, M. **Pobreza Urbana**. 3 ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. Disponível em: <<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/10/bolsa-familia-completa-20-anos-e-protege-19-7-milhoes-da-pobreza>>. Acesso em: 2 dez. 2023.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

XAVIER, C. **Mais de 70 milhões de brasileiros vivem na pobreza, aponta estudo**. Disponível em: <<https://vermelho.org.br/2023/05/25/mais-de-70-milhoes-de-brasileiros-vivem-na-pobreza-aponta-estudo/>>. Acesso em: 2 dez. 2023.

ZIEGLER, J. **A fome no mundo explicada a meu filho**. Petrópolis: Vozes, 2002.

ZIEGLER, J. **Destruição em massa geopolítica da fome**. São Paulo: Cortez, 2013.

ZIEGLER, J. **Geopolítica da fome**. Petrópolis: Vozes, 2012.

# O PARADOXO DO AVANÇO DA PRODUÇÃO ESPACIAL URBANA DE CORNÉLIO PROCÓPIO E SUAS ÁREAS PROTEGIDAS

Coaracy Eleutério da Luz

## Introdução

O diagnóstico da produção espacial urbana de Cornélio Procópio desenvolvida entre 1960 e 2020 revela o avanço desregrado das ações socioespaciais urbanas e de seus objetos geográficos sobre as áreas de vegetação ao longo dos cursos de água, que gradativamente foram envoltos pelo tecido urbano. Na década de 1960, o processo de urbanização intensificou-se em Cornélio Procópio, tal qual ocorreu, de um modo geral, na escala nacional, razão pela qual definiu-se essa data como limite inicial do recorte temporal da análise.

Esta análise espacial da reprodução do espaço urbano procopense e sua relação com as áreas de vegetação protegida no decorrer de sete décadas, realizou-se por meio da produção de mapas, a partir do *software* livre QGis 3.10 e, de imagens *Google Satellite* (2015), além de bases cartográficas de órgãos públicos, pesquisa documental e levantamento de informações *in loco*. Os mapas foram elaborados obedecendo às orientações teórico-metodológicas da Cartografia Geográfica Crítica (CGC), de Eduardo Paulon Girardi (2008). Portanto, a construção dos produtos cartográficos fundamenta-se na teorização crítica dos mapas, tanto para elaborá-los, quanto para analisá-los. Destarte, tendo como motivo não subtrair o mapa do discurso e da análise

geográfica, a Cartografia Geográfica Crítica caracteriza-se por suas preocupações sociais, fazendo jus à corrente da Geografia Crítica.

Utilizada, neste estudo, uma das proposições classificatórias de mapas delineada por Girardi (2021), fundamenta-se na concepção de espaço geográfico de Milton Santos. Dessa maneira, tem-se a construção de mapas de configuração territorial (sistema de objetos) e de configuração sintagmática (sistema de ações), sob uma perspectiva intercomplementar de ambos (Girardi, 2009), e assim possibilita-se a leitura espacial crítica da degradação ambiental e das diferentes formas de segregação urbana. Este último fenômeno, no recorte empírico estudado, se manifesta fundamentalmente através de uma produção urbana mobilizada sob a égide do capital, tais como a segregação socioespacial e a autosegregação.

Ainda outros tipos de mapas elaborados a partir da CGC que contribuem para a leitura espacial crítica do problema estudado são os mapas de variação, de exploração e sinóticos (Girardi, 2009). Todos explicitados, conforme sua relevância teórico-metodológica e explicativa na sequência deste capítulo.

Também, para subsidiar a pesquisa, do ponto de vista teórico-conceitual, exploram-se as ideias de Vasconcelos, Corrêa e Pintaudi (2013), sobre as formas e processos socioespaciais urbanos; Santos (2006), sobre a natureza do espaço geográfico; Bernardes e Ferreira (2007), sobre as relações entre sociedade e natureza, Carlos (2018) e Volochko (2018), para a análise urbana, dentre outros pesquisadores.

Para explicar o paradoxo do avanço da produção espacial urbana de Cornélio Procópio e suas áreas protegidas, este texto compõem-se de três seções: A evolução urbana procopense entre 1960 e 2020; As áreas de preservação permanente (APP's) urbanas em Cornélio Procópio; Análise espacial crítica do fenômeno através de mapas sinóticos.

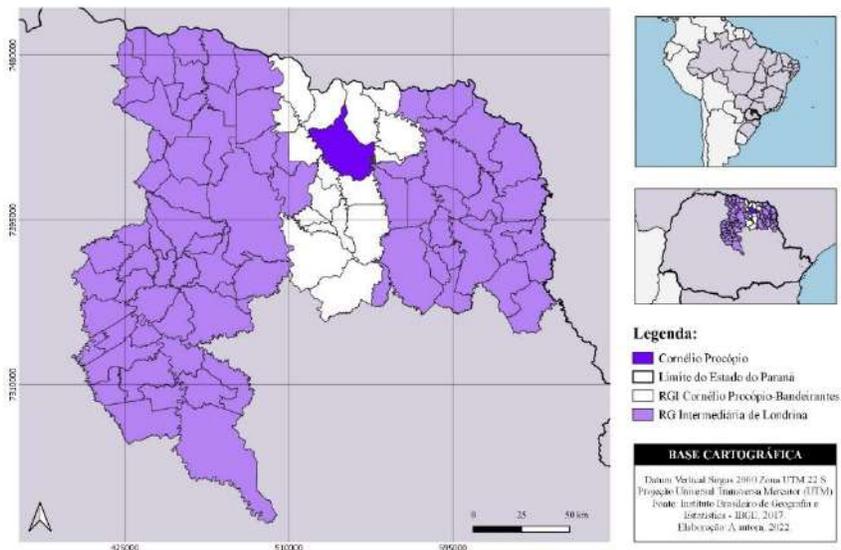
## **A evolução urbana procopense entre 1960 e 2020**

Inicialmente, como desdobramento da escolha da CGC neste estudo, e por que perpassam o conteúdo empírico analisado, algumas ideias de Santos (2006), são pertinentes, assim: “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistema de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (Santos, 2006, p. 39).

Primariamente, a natureza selvagem constituída de objetos naturais, os quais historicamente são substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e cibernéticos, artificializando-a (Santos, 2006). Nesta concepção, as transformações dos objetos são resultantes das várias relações destes com diversos eventos, e é por causa dessa relação com os eventos, que os objetos estão no tempo e no espaço, sendo que estes, os objetos e os eventos, reúnem-se de forma indissociável, interagindo em um movimento único que cria e recria o espaço e o tempo (Santos, 2006). O acréscimo dos objetos técnicos no espaço, tais como “hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades” (Santos, 2006, p. 39), exprimem as marcas de seu conteúdo extraordinariamente técnico (Santos, 2006).

Localizado na Região Geográfica Imediata de Cornélio Procópio-Bandeirantes e na Região Geográfica Intermediária de Londrina (IPARDES, 2019), o recorte geográfico estudado, Cornélio Procópio (Figura 1), emancipado desde 1938 (IBGE Cidades, 2022), no Terceiro Planalto paranaense, possui uma produção espacial urbana, cuja reunião não dissociável de seus objetos e ações no plano prático da escala temporal estudada, exprime solidariedades, mas também contradições, quando se atenta para a relação dialética existente entre sociedade e natureza neste transcurso, e assim, relaciona-se o avanço da urbanização, a partir da década de 1960 até hoje, à rede de drenagem e sua vegetação marginal localizada no perímetro urbano procopense.

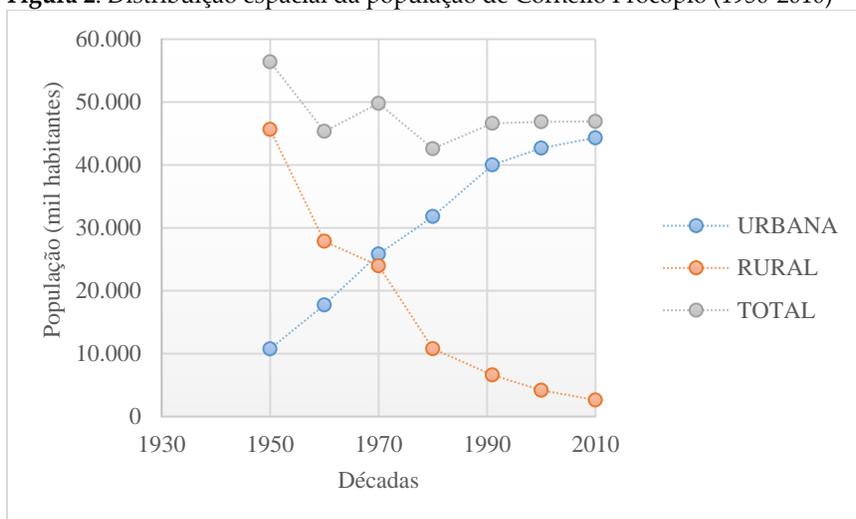
**Figura 1:** Localização da Região Geográfica Intermediária de Londrina e da Região Imediata de Cornélio Procópio-Bandeirantes



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2017). Elaborado pela autora (2022).

Devido à modernização da agricultura, nos anos 1970, cerca de 15 milhões de pessoas partiram do campo para as cidades (Kageyama; Silva, 1983), e em uma continuidade geográfica do processo de urbanização na escala nacional brasileira, localmente, em Cornélio Procópio, no ano de 1970, registrou-se a virada demográfica, quando a população urbana, 25.827 pessoas, superou a população rural, com 23.969 pessoas (PMCP, 1997). Com a finalidade de elucidar o processo de urbanização neste município, que atualmente, conforme estimativa para o ano de 2021 tem 47.840 habitantes (IBGE Cidades, 2022), a Figura 2 apresenta a distribuição espacial da população nas zonas rural e urbana desse território, no período compreendido entre 1950 e 2010.

**Figura 2:** Distribuição espacial da população de Cornélio Procópio (1950-2010)



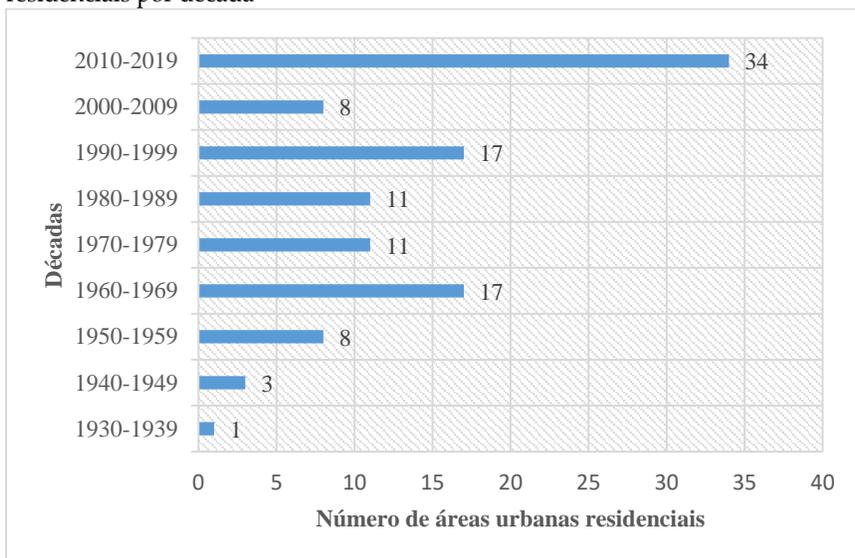
Fonte: Planos Diretores de Cornélio Procópio (1997; 2007); Caderno Estatístico Município de Cornélio Procópio (IPARDES, 2020).

Analisando a dinâmica demográfica do município no período apresentado, é possível afirmar que houve um movimento oscilatório da década de 1950 até 1990, envolvendo queda e aumento da população total, e desde então pode-se dizer que há um equilíbrio estacionário. Acompanhando a dinâmica populacional brasileira para o período, na década de 1970 registrou-se o *turning point*, com a inversão do contingente populacional que residia no campo e na cidade, sendo que a população urbana ultrapassou a população rural. E, esse processo mantém-se até a época atual, como pode ser observado pelo afastamento gradativo das linhas na Figura 2, indicando que a população urbana ainda permanece superior à população rural.

Sendo assim, na segunda metade do século XX, o crescimento urbano intensificou-se (Figura 3), para suprir a demanda populacional residente na cidade, todavia, a produção espacial urbana através das estratégias de ação do Estado e de agentes privados do setor imobiliário, decorreu na contramão de uma

urbanização completa e adequada do ponto de vista socioambiental.

**Figura 3:** Evolução urbana de Cornélio Procópio em número de áreas urbanas residenciais por década



Fonte: Plano Diretor Municipal de Cornélio Procópio (1997); Plano Diretor Municipal de Cornélio Procópio (2007); Pesquisa Documental SEMPLA PMCP (2020).

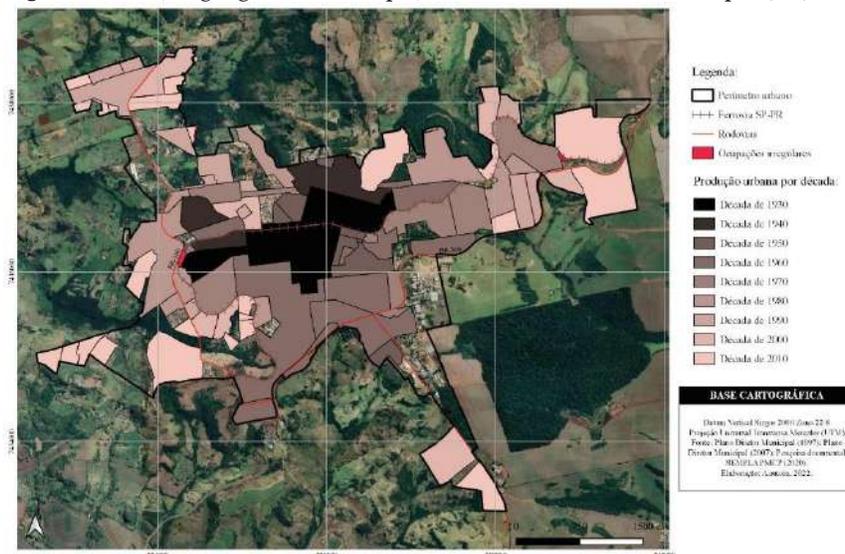
Para fins comparativos, apresenta-se na Figura 3, a produção espacial urbana em áreas urbanas residenciais desde a década de 1930 até 1950. Dos três primeiros decênios, a primeira temporalidade refere-se ao período das origens e emancipação do município, então sua futura sede municipal ainda estava em via de formação. Nos anos 1940 e 1950, a atração populacional exercida pela frente pioneira de cultivo do café associada à técnica de transporte ferroviário surtia efeito, pois o núcleo urbano iniciava seu processo de consolidação ao longo do tempo.

Todavia, na década seguinte, 1960, a produção espacial urbana teve um expressivo avanço, dobrando o número de áreas urbanas residenciais, apresentando um boom de construções urbanas para

fins de moradia em consonância ao processo de urbanização por que o município passava. Houve uma diminuição nessa produção nas décadas de 1970 e 1980, aumentando em 1990 e voltando a reduzir nos anos 2000, sendo a maior redução, se comparada às últimas décadas do século XX. E, na última década do atual século verificou-se o maior aumento em número de áreas urbanas residenciais, expressando o dobro de unidades do maior registro verificado no século passado. Novamente, observa-se uma expansão rápida da produção urbana procopense, dessa vez, em função do desenvolvimento do Programa Minha Casa, Minha Vida, programa habitacional do governo federal.

Quanto aos agentes (re)produtores e modeladores do espaço urbano (Corrêa, 2003), que se consolidou por meio dessa produção espacial urbana, sobretudo, a partir da década de 1960, tem-se alguns proprietários fundiários locais, o Estado, nas instâncias político-administrativas municipal, estadual e federal, promotores imobiliários locais e externos. Sobre estes últimos, considerando que notadamente durante a última década do período analisado, a atuação de loteadoras e construtoras de fora foi preponderante em tais produções urbanas. Paralelamente a este processo espacial, é preciso destacar, como evidência do déficit habitacional gerado ao longo do tempo e não solucionado pela gestão municipal, a produção de ocupações irregulares pelos grupos sociais excluídos. Esses assentamentos ocorrem em áreas institucionais de conjuntos habitacionais devido à ausência da devida instalação de equipamentos sociais nesses locais, por parte do poder público. Também, podem ser encontrados em áreas de pequenas encostas e às margens de rodovias e ferrovias, visto que a malha urbana de Cornélio Procópio se constituiu ao longo da ferrovia São Paulo-Paraná e das rodovias PR-160 e BR-369. A situação geográfica da ocupação urbana do recorte espacial estudado observa-se na Figura 4.

**Figura 4:** Situação geográfica da ocupação urbana de Cornélio Procópio (PR)



Fonte: Plano Diretor Municipal de Cornélio Procópio (1997); Plano Diretor Municipal de Cornélio Procópio (2007); Pesquisa documental SEMPLA PMCP (2020). Elaborado pela autora (2022).

De acordo com a orientação teórico-metodológica seguida nesta pesquisa, a CGC de Girardi (2008), a Figura 4 classifica-se como um mapa de variação, pois informa a variação territorial do fenômeno analisado, qual seja a expansão horizontal urbana. Este ainda pode ser classificado como mapa de configuração territorial e sintagmática, por que representa ao mesmo tempo, o sistema de objetos geográficos de Cornélio Procópio, ou seja, as rodovias, a ferrovia, as áreas residenciais urbanas e, o sistema de ações, aqui representado pela produção espacial urbana. Interpretando a Figura 4, verifica-se a expansão horizontal urbana de Cornélio Procópio acompanhando o traçado da ferrovia e das rodovias. Também é possível observar as ocupações irregulares nas faixas de domínio da ferrovia e nas bordas periféricas da malha urbana. As ocupações irregulares também ocorrem em pequenas encostas e às margens de alguns córregos urbanos em APP, contudo, devido ao tamanho da área mapeada e à escala do mapa, estas não foram

detalhadas nessa representação. E, nos interstícios do tecido urbano, os remanescentes da vegetação original às margens de alguns cursos de água que permaneceram.

As ideias de Santos (2006) contribuem para analisar esse processo espacial ocorrido em Cornélio Procópio, quando o autor menciona que o avanço capitalista aumenta a tendência de que a diversificação da natureza ocasionada por forças sociais sobreponha-se à diversificação da natureza realizada por forças naturais, e, por conseguinte, visualiza-se espacialmente uma situação invertida: “Primeiro, o “social” ficava nos interstícios; hoje é o “natural” que se aloja ou se refugia nos interstícios do social” (Santos, 2006, p. 85). A mesma ideia correlacionada ao caso estudado se expressa da seguinte forma: os loteamentos urbanos e rurais, o “social”, outrora nos anos 20 e 30, situava-se nos intervalos da floresta estacional semidecidual (SEMA, 2010); atualmente é o remanescente dessa floresta, o “natural” que se abriga nos intervalos do social, ou seja, da produção urbana.

Na mesma linha de raciocínio, Bernardes e Ferreira (2007, p. 20) enfatizam que “os objetos elaborados já não se encontram na dimensão da natureza, mas na da história humana”, pois à proporção que a natureza é trabalhada, incorporando as forças humanas e sociais, esta assume a qualidade social, passando a ter valores de uso (Bernardes; Ferreira, 2007).

E, segundo os mesmos autores, quando se produz valores de uso com a finalidade de intercâmbio, objetiva-se como resultado da produção obter o valor de troca, e ainda, tal produção de valores não é realizada isoladamente, por que “as coisas só se tornam valores em sua relação social” (Bernardes; Ferreira, 2007, p. 21). “A cidade ela mesma já é um processo de transformação da natureza natural em espaço social, histórico” (Volochko, 2018, p. 77). Assim,

A sociedade produz uma segunda natureza (uma sacionatureza, um espaço social), e os problemas ambientais não somente não se separam, como também são provenientes dos problemas da economia, da política, das representações da questão ambiental (Volochko, 2018, p. 78).

Exatamente o que sucedeu no recorte empírico, pois à medida que a floresta estacional semidecidual foi envolta pelo tecido urbano, grande parte dela foi incorporada ao perímetro urbano, transformando-se em terras urbanas, e seguindo um modelo neoliberal de produção urbana no país, o valor de troca sobrepõem-se ao valor de uso, já que essa produção se realiza sob a égide do capital. Inclusive, a floresta estacional semidecidual, originalmente cobria o Terceiro Planalto paranaense, e na atualidade restam alguns fragmentos isolados dessa cobertura vegetal (SEMA, 2010). Na lista dos fragmentos dessa floresta no Paraná, estão as APP's ao longo dos córregos urbanos e no entorno das nascentes da malha urbana de Cornélio Procópio, que legalmente devem ser protegidas e, portanto, não podem ser transformadas em objetos com valor de troca.

### **As APP'S urbanas em Cornélio Procópio**

Recursivos, desde o século passado até os dias atuais, os problemas socioambientais consequentes da ocupação urbana nas APP's, evidenciam: a destruição de grande parte da vegetação das áreas protegidas; a urbanização de fundos de vale com a canalização de córregos em galeria fechada (PMCP, 1997); o descarte inadequado de resíduos sólidos em cursos d'água.

Para representação e análise destes, de modo, intercomplementar, os mapas de configuração territorial e os mapas de configuração sintagmática, espacializam, respectivamente: o sistema de objetos (hipsometria, rede de drenagem e mata ciliar), ou seja, em uma transcrição gráfica de informações seletivas; e o sistema de ações (expansão físico-territorial urbana), ou seja, em uma transcrição gráfica de informação ordenada.

O município de Cornélio Procópio possui em seu perímetro urbano, parte das seguintes sub-bacias: Ribeirão Água do Veado (Bacia do Paranapanema II), Ribeirão São Luís (Bacia do Rio das Cinzas), Ribeirão Tangará (Bacia do Tibagi), Ribeirão Macuquinho (Bacia do Tibagi), Ribeirão Água São Paulo (Bacia do Rio das

Cinzas), Ribeirão Água dos Índios (Bacia do Rio das Cinzas). A Figura 5, a seguir, classificada conforme a CGC (Girardi, 2008), como mapa de variação e de configuração territorial apresenta a hidrografia no perímetro urbano de Cornélio Procópio.

**Figura 5:** Córregos urbanos por bacia e sub-bacia hidrográfica em Cornélio Procópio (PR)



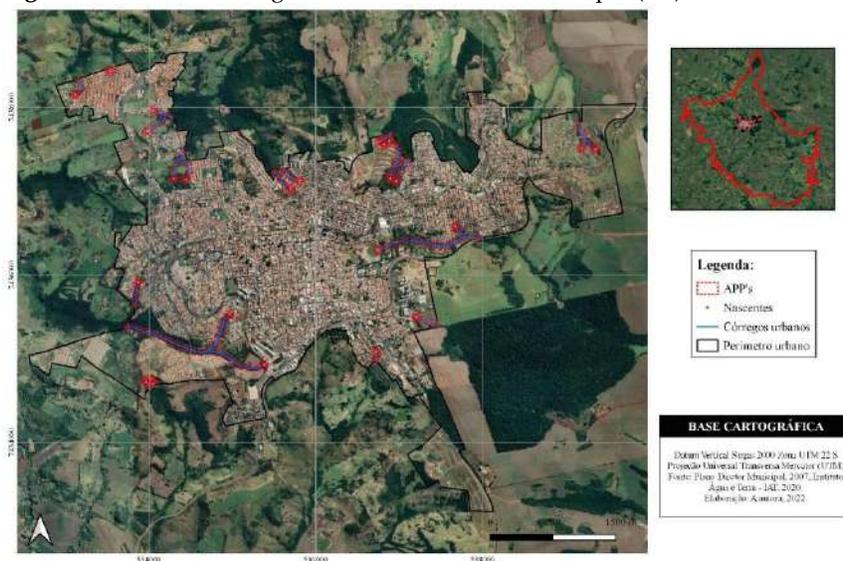
Fonte: Plano Diretor Municipal de Cornélio Procópio (2007); Instituto Água e Terra - IAT (2020). Elaborado pela autora (2022).

Esta rede de drenagem vem sendo incorporada à história urbana procopense a partir de meados do século XX até o presente, já que o sítio original e as primeiras fases evolutivas da mancha urbana assentaram-se nas áreas de espigões, e em suas proximidades fluem as nascentes dos rios mencionados. Apresentando parte considerável de sua mata ciliar às margens do curso de água e no entorno das nascentes devastadas ou sob risco de degradação, três deles transformaram-se em corpos receptores de estações de tratamento de esgoto sanitário. São estes: o Ribeirão Água do Veado, Ribeirão São Luís e Ribeirão Tangará (SANEPAR, 2010). Segundo a Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR) 93,5% do esgotamento sanitário

de Cornélio Procópio tem coleta e tratamento e 4,6%, que não possui coleta e tratamento. Assim,

ao captar a água natural para tratamento prévio ao consumo humano e ao conduzir as águas servidas às estações de tratamento, está sendo prolongado o tempo que a água permanece no sistema e, conseqüentemente, o tempo para sua chegada ao exultório, e é recuperada, ainda que parcialmente, a qualidade das águas utilizadas [...] (Botelho, 2011, p. 71).

**Figura 6:** APP's dos córregos urbanos de Cornélio Procópio (PR)



Fonte: Plano Diretor Municipal de Cornélio Procópio (2007); Instituto Água e Terra - IAT (2020). Elaborado pela autora (2022).

Na Figura 6, podem ser identificadas às APP's dos córregos urbanos e das nascentes da malha urbana de Cornélio Procópio. Este é um mapa de variação e exploratório, de acordo com a CGC (Girardi, 2008), pois além de representar a configuração territorial com a hidrografia e, a configuração sintagmática por meio das ações legais para definir áreas que devem ser protegidas, também apresenta processamento dos dados representados para identificação das áreas de preservação permanente, integrando

assim a tabela de dados e a base cartográfica, e permitindo explorar os dados por meio do mapa.

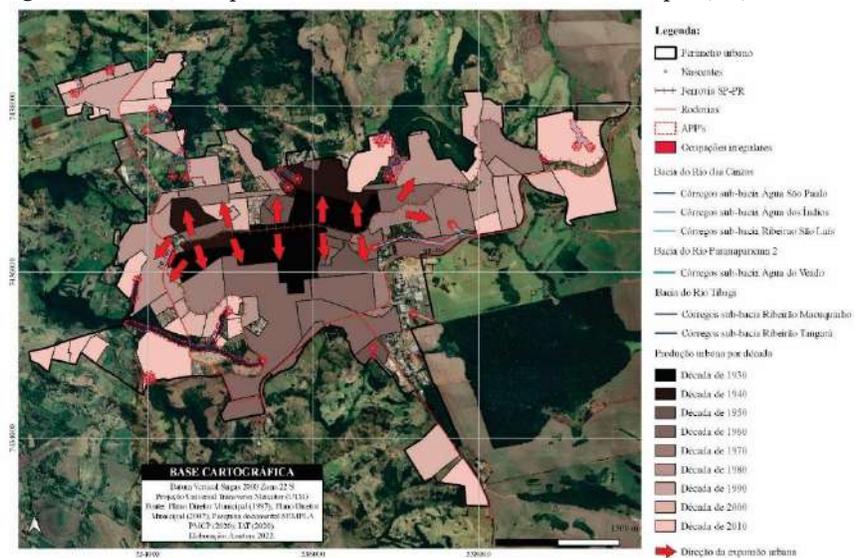
As APP's urbanas instituídas pelo Código Florestal, Lei n. 12.651, de 25 de maio de 2012, consistem em "espaços territoriais legalmente protegidos, ambientalmente frágeis e vulneráveis, podendo ser públicas ou privadas, urbanas ou rurais, cobertas ou não por vegetação nativa" (Ministério do Meio Ambiente, 2022, s/p).

Na malha urbana de Cornélio Proκόpio são 16 APP's, considerando os cursos de água com largura de 30 metros e suas respectivas nascentes com largura de 50 metros, de acordo com o Código Florestal (Sistema Nacional de Informações Florestais, 2022). Ainda não se averiguou tais áreas em públicas ou privadas, contudo, pensa-se que devem ser de ambos os tipos. Ademais, esses espaços que devem ser protegidos legalmente apresentam cobertura vegetal, e em alguns trechos já não existe mais vegetação nativa, evidenciando a pressão da expansão urbana.

### **Análise espacial crítica do fenômeno a partir de mapa sinótico**

Destarte, no período analisado, seu tecido urbano evoluiu de forma dispersa a partir das áreas mais altas em direção aos terrenos mais declivosos, atingindo as áreas marginais dos cursos d'água, e seus respectivos objetos naturais por meio das forças sociais dos diferentes agentes (re)produtores do espaço urbano (Estado, proprietários fundiários, promotores imobiliários, grupos sociais excluídos). Conclui-se que estes agentes realizaram práticas espaciais segregacionistas em uma lógica de produção do espaço urbano como valor de troca, de modo desordenado e débil na contenção de riscos socioambientais e da vulnerabilidade de sua sociedade urbana (Figura 7).

**Figura 7:** Produção espacial urbana e APP's em Cornélio Procópio (PR)



Fonte: Plano Diretor Municipal de Cornélio Procópio (1997); Plano Diretor Municipal de Cornélio Procópio (2007); Pesquisa documental SEMPLA PMCP (2020); Instituto Água e Terra - IAT (2020). Elaborado pela autora (2022).

A Figura 7 sintetiza o sistema de objetos e o sistema de ações do recorte empírico estudado, sendo classificado de acordo com a CGC (Girardi, 2008) como mapa sinótico, pois este foi elaborado a partir de mapas de variação e exploratório, demonstrando, portanto, uma interpretação mais livre do fenômeno, porém pautada em conceitos geográficos.

Neste mapa, demonstra-se que originalmente a ferrovia SP-PR consiste no primeiro indutor da expansão urbana, sendo que este crescimento ocorreu em ambas as direções, Norte e Sul, a partir de seu eixo que se localiza nas áreas mais altas. Assim a pressão desse processo espacial começou a atingir as nascentes e os córregos urbanos a partir de meados do século passado. As setas no mapa também indicam a direção da expansão urbana, cada vez mais se afastando do eixo da ferrovia e se aproximando das APP's, ao longo do tempo. E na década de 1960, quando se intensificou o processo de urbanização, mais da metade das APP's já haviam sido

alcançadas pela mancha urbana ou estavam muito próximas de ser. Desde a última década do século XX é possível verificar as áreas de expansão urbana recente nas porções: Nordeste, acompanhando a ferrovia SP-PR e a rodovia BR-369, Sudeste às margens da rodovia PR-160, Sudoeste, ultrapassando a ferrovia e a rodovia PR-160, em área de manancial de abastecimento e, Noroeste, seguindo o traçado da rodovia PR-160. E, com estas ocupações urbanas aumentam as pressões sob as áreas protegidas no perímetro urbano, suprimindo a vegetação ao longo dos cursos de água, parcialmente e em algumas áreas integralmente. Do ponto de vista legal pode-se mencionar que há incongruências nessas produções urbanas, sejam elas loteamentos fechados, loteamentos residenciais abertos, condomínios fechados, conjuntos habitacionais, pois algumas áreas residenciais, além de descumprirem o Código Florestal por projetarem seus produtos imobiliários em APP's (Tribunal de Justiça do Paraná, 2021), encontram-se em zona especial de interesse ambiental segundo o zoneamento urbano previsto no Plano Diretor Municipal (2007).

Durante as últimas décadas do século XXI, o Ministério Público do Estado do Paraná abriu alguns inquéritos civis, resultando em impedimentos oficiais para alguns empreendimentos imobiliários de iniciativa privada na cidade de Cornélio Procópio. Os impedimentos referiam-se ao descumprimento de legislação ambiental, qual seja o terceiro Código Florestal brasileiro (Lei n. 12.651/2012), e por equívocos na interpretação da Lei Estadual n. 18.295/2014, seguida pelos promotores imobiliários. Dentre os motivos para o desencadeamento das ações civis públicas estão o soterramento de minas e nascentes e a construção dos projetos imobiliários em APP's no perímetro urbano.

Quanto às zonas especiais de interesse ambiental, segundo a Lei Complementar n. 090/2008, que dispõe sobre o zoneamento de uso e ocupação do solo do território municipal de Cornélio Procópio: “compreendem áreas destinadas prioritariamente à proteção e/ou recuperação da paisagem e do meio ambiente e à

exploração econômica de forma controlada” (Marty Junior; Bernardo, 2008, p. 8).

Por outro lado, as funções oferecidas pelas APP's, se não destruídas, referem-se à proteção do solo como prevenção ao uso e ocupação inadequados; à proteção dos corpos d'água; à manutenção da permeabilidade do solo e do regime hídrico; à função ecológica de refúgio e de corredores ecológicos para a fauna; à atenuação de desequilíbrios climáticos intra-urbanos (Ministério do Meio Ambiente, 2022).

No espaço urbano de Cornélio Procópio, o uso indevido dessas áreas por causa do processo de urbanização associado ao planejamento urbano inadequado, ancorado em uma política urbana que age conforme os interesses dos agentes do setor imobiliário, influencia prejudicialmente a oferta dessas funções e, por conseguinte a qualidade de vida da população. Neste sentido, as considerações de Carlos (2018, p. 43) explicam que no modo de produção capitalista da cidade, entendida como “obra da civilização, torna-se fonte de privação da vida pelo desenvolvimento sem limites do mundo da mercadoria, como forma de realização do processo de valorização – sentido último da acumulação”. No recorte espacial analisado, entende-se que a produção espacial urbana orientada pela reprodução do capital imobiliário priva os habitantes urbanos no resguardo de sua qualidade de vida, por não manter as APP's, de modo que se o contrário acontecesse, assim se valorizaria e se conservaria a paisagem urbana, juntamente com seu patrimônio natural e construído.

### **Considerações finais**

Por meio dos mapas de variação, exploração e sinótico, representando a configuração territorial e sintagmática, a análise possibilitou compreender que o avanço da produção espacial urbana de Cornélio Procópio, sobretudo, a partir da década de 1960, quando seu processo de urbanização se intensificou, e nas

últimas décadas, que ainda têm mostrado um ritmo intenso de crescimento urbano, vem contribuindo para a redução dos fragmentos da floresta estacional semidecidual em APP's das nascentes e dos córregos urbanos.

A falta de ingerência por parte do Estado para resguardar o direito fundamental de qualidade de vida para sua população urbana, neste recorte geográfico, tirou qualquer possibilidade de realização de funções educativas e sociais como esportes, lazer, recreação etc. nesses espaços. Também alterou as características naturais dos cursos de água nas APP's com a substituição da mata ciliar pelo avanço do processo de urbanização.

Esta pesquisa conseguiu demonstrar que as formas espaciais urbanizadas da cidade de Cornélio Procópio não respeitaram considerável parte das APP's das nascentes e córregos urbanos, contudo, a investigação científica dessa problemática não se esgota aqui. Pondera-se que em estudos futuros há real necessidade de um aprofundamento dessas informações espaciais cartografadas e geoprocessadas, valendo-se da CGC para tanto, com a finalidade de uma comprovação mais meticulosa do fenômeno analisado e do abalçamento de medidas possíveis para reverter ou amenizar o problema.

## Referências

BERNARDES, J. A.; FERREIRA, F. P. de M. Sociedade e natureza. *In*: CUNHA, S. B. da; GUERRA, A. J. T. (org.). **A questão ambiental**: diferentes abordagens. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 17-42.

BOTELHO, R. G. M. Bacias hidrográficas urbanas. *In*: GUERRA, A. J. T. **Geomorfologia urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011, p. 71-115.

CARLOS, A. F. A. A tragédia urbana. *In*: CARLOS, A. F. A. *et al.* (org.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2018, p. 43-63.

GIRARDI, E. P. **A construção de uma Cartografia Geográfica Crítica**. Disponível em: < <https://revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2019>> Acesso em: mai. 2019.

GIRARDI, E. P. Atlas da questão agrária brasileira e Cartografia Geográfica Crítica. **Confins - Revista Franco-brasileira de Geografia**, n. 5, 2009.

INSTITUTO ÁGUA E TERRA. **Mapa de cobertura e uso da terra do município de Cornélio Procópio**. Disponível em: < <https://www.iat.pr.gov.br/>> Acesso em: 09 dez. 2021.

KAGEYAMA, A. A.; SILVA, J. G. da. Os resultados da modernização agrícola dos anos 70. **Estudos Econômicos**, n. 13, set./dez. 1983, p. 537-559.

MARTY JUNIOR, A.; BERNARDO, C. T. **Lei Complementar nº 090, de 2008**. Dispõe sobre o Zoneamento de uso e ocupação do solo, do território municipal de Cornélio Procópio, e dá outras providências. Plano Diretor Municipal de Cornélio Procópio. Cornélio Procópio, 2007.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Áreas de preservação permanente urbanas**. Disponível em: <<https://antigo.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/areas-verdes-urbanas/%C3%A1reas-de-prote%C3%A7%C3%A3o-permanente.html#:~:text=As%20%C3%81reas%20de%20Preserva%C3%A7%C3%A3o%20Permanente,ou%20n%C3%A3o%20por%20vegeta%C3%A7%C3%A3o%20nativa.>> Acesso em: 29 mai. 2022.

PMCP. **Plano Diretor Municipal**. Cornélio Procópio: [s.n.], 1997.

PMCP. **Plano Diretor Municipal**. Cornélio Procópio: [s.n.], 2007.

SANEPAR. **Plano Municipal de Saneamento Básico**. Cornélio Procópio: [s.n.], 2010, 234 p.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2006. 260 p.

SEMA. **Floresta estacional semidecidual**. Curitiba: SEMA, 2010. 8p.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES FLORESTAIS. **Áreas de preservação permanente**. Disponível em: <<https://snif.florestal.gov.br/pt-br/conservacao-das-florestas/183-areas-de-preservacao-permanente>>/. Acesso em: 29 mai. 2022.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ. **Processo cível e do trabalho**. Recursos, Agravos, Agravo de Instrumento: AI 0030040-46.2020.8.16.0000 PR 0030040-46.2020.8.16.0000 (Acórdão). Disponível em: [https://tj-pr.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/1152756955/processo-civel-e-do-trabalho-recursos-agrivos-agravo-de-instrumento-ai-300404620208160000-pr-0030040-4620208160000-acordao](https://tj-pr.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/1152756955/processo-civel-e-do-trabalho-recursos-agrivos-agravo-de-instrumento-ai-300404620208160000-pr-0030040-4620208160000-acordao/)>/. Acesso em: 24 mar. 2021.

VASCONCELOS, P. de A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (org.). **A cidade contemporânea**: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013. 207 p.

VOLOCHKO, D. Conflitos socioespaciais, socioambientais e representações: dimensões da análise urbana. *In*: CARLOS, A. F. A. *et al.* (org.). **Geografia Urbana Crítica**: teoria e método. São Paulo: Contexto, 2018, p. 65-88.



# **VIOLÊNCIA E INSEGURANÇA OBJETIVA NA MICRORREGIÃO DE CORNÉLIO PROCÓPIO -PR**

Pedro Henrique Carnevalli Fernandes

## **Introdução**

O anseio pela compreensão da diferente condição humana e social de vida, nos espaços geográficos das pequenas cidades, atrelado às inquietações acerca da violência e da insegurança objetiva, são as principais motivações para a realização deste capítulo de livro. Além disso, este trabalho busca chamar a atenção para um assunto pouco explorado na Geografia e, ao mesmo tempo, extremamente relevante: a violência em pequenas cidades. Evidentemente, se trata de parte de uma pesquisa mais ampla que este autor desenvolve desde 2010, e que tem se materializando em publicações, além da dissertação em 2012 e da tese em 2017. Assim, ele articula-se ao grupo de pesquisa que este autor coordena, o Grupo de Estudos sobre Pequenas Cidades (GEPeq).

A violência, de modo geral, tem encontrado terra fértil para se disseminar na sociedade contemporânea, inclusive a brasileira. Apesar disso, a sua ocorrência assume características diferentes em determinados espaços, inclusive quanto às estratégias sociais frente a essa realidade. Do mesmo modo, esse contexto de violência não é exclusividade dos espaços metropolitanos, pelo contrário, se estende às pequenas cidades, sendo indispensável sua compreensão pela academia, mídia e sociedade em geral. Logo, a concepção de que a cidade pequena é um local tranquilo e seguro para se viver deve ser relativizada, assim como a associação entre pequena cidade e

tranquilidade, que se propagou no senso comum, deve ser desconstruída.

No caso das pequenas cidades, o tema se potencializa devido ao alto grau de pessoalização, ou seja, de relações primárias, comunitárias. Assim, é comum nesses espaços, ainda que não exclusivamente neles, a ausência de denúncias de ocorrências – subnotificações –, como a violência doméstica, contra crianças e mulheres, e os estupros, especialmente em ambientes familiares. Uma das justificativas para isso é a ausência de equipamentos e de serviços que deveriam garantir a proteção da vítima.

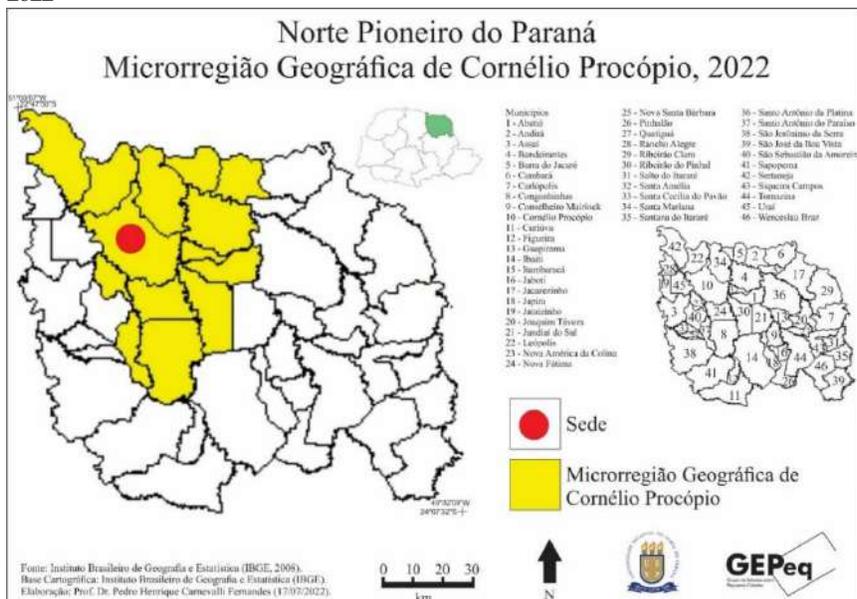
O principal objetivo deste capítulo do livro é compreender a existência da violência e da insegurança objetiva na Microrregião de Cornélio Procopio, no Norte Pioneiro do Estado do Paraná. Os procedimentos metodológicos são: (i) levantamento bibliográfico e leitura de livros, capítulos, artigos, textos, teses e dissertações de assuntos relacionados à temática ou transversal a ela que darão subsídios aos referenciais teóricos; (ii) Levantamento de dados e indicadores que permitam apreender a condição social dos municípios da região, como dados demográficos (população total, urbana e rural) e dos dados de violência; e (iii) sistematização das informações e dos dados obtidos na elaboração de produtos cartográficos e da redação do artigo.

Os principais autores utilizados na construção teórica foram: Lukan (1997), Teixeira e Porto (1998), Rifiotis (1999), Bezerra Júnior (2006), Moreira e Abreu (2006), Pedrazzini (2006), Souza (2008), Bauman (2009), Arias (2014), Fernandes (2017), entre outros. Quanto ao levantamento empírico, os dados foram coletados na Secretaria da Segurança Pública do Paraná, referenciada por Paraná (2022), sendo contemplados: os homicídios (homicídios dolosos, latrocínios, lesão corporal com resultado morte e feminicídio), no período de 2012 a 2021, portanto, dez anos; e as ocorrências de furtos, roubos, estupros, lesão corporal, tráfico de drogas e violência contra a mulher, no período de 2017 a 2021, portanto, cinco anos. Os dados absolutos de homicídios foram convertidos em taxas por cem mil habitantes e as

demais ocorrências foram convertidas em taxas de mil habitantes, para efeito de comparação e melhor reflexão acerca do fenômeno.

A Microrregião de Cornélio Procópio, no Norte Pioneiro do Estado do Paraná, é composta, segundo a Divisão Regional do IBGE (2008; 2010), por 14 municípios: Abatiá, Andirá, Bandeirantes, Congonhinhas, Cornélio Procópio, Itambaracá, Leopólis, Nova América da Colina, Nova Fátima, Santa Amélia, Santa Mariana, Santo Antônio do Paraíso, Sertaneja e Ribeirão do Pinhal, que somam 177 mil habitantes no Censo Demográfico (IBGE, 2010) e 172 mil habitantes nas Estimativas Populacionais de 2021 (IBGE, 2021). A Figura 1 apresenta a localização e os municípios que compõem a Microrregião de Cornélio Procópio, em 2022.

**Figura 1:** Norte Pioneiro do Paraná. Microrregião Geográfica de Cornélio Procópio, 2022



Fonte: Adaptado de IBGE (2008).

O texto está estruturado em duas partes, além da introdução e das considerações finais: a primeira parte, de aspecto mais teórico, debate conceitualmente a violência e a insegurança objetiva a partir

da literatura, ainda que escassa; já a segunda parte, de característica mais empírica, revela a ocorrência da violência e da insegurança na Microrregião de Cornélio Procopio, no Norte do Paraná, por meio da materialização do fenômeno.

### **A violência e a insegurança objetiva**

O tema da violência, na esmagadora maioria dos referenciais teóricos, se articula ao viés metropolitano. No entanto, já é perceptível a ampliação de estudos que tentam teorizar esse fenômeno em espaços não metropolitanos, como os das pequenas cidades. O entendimento da violência vai além da realidade social materializada nos espaços geográficos, ou seja, ele passa, também, pela tentativa de avançar em respostas para a nova questão social no mundo contemporâneo neoliberal que ancora interesses individuais e imediatos de ganhar e lucrar, em detrimento dos interesses coletivos, no que constitui uma nova forma de sociabilidade. As pequenas cidades fazem parte dessa realidade e não podem ser olvidadas.

A violência é um termo oriundo do latim *vis* que significa “força”, no entanto, houve uma evolução semântica do termo: passou de “abuso de força”, no século XVIII, para “força brutal para submeter alguém”, no século XX (Rifiotis, 1999; Magalhães, 2009). Já, de maneira simplificada, é “uma relação social na qual um grupo ou indivíduo impõe algo a outro grupo ou indivíduo” (Viana, 2002, p. 7), ou seja, uma imposição, contra a vontade de quem sofre. Entretanto, apesar das tentativas de definição, ela é classificada como “uma palavra singular. Seu uso recorrente a tornou de tal modo familiar que parece desnecessário defini-la” (Rifiotis, 1999, p. 28), ainda que resulte de uma generalização de diversos fenômenos, quase sempre negativos.

Uma primeira corrente de pesquisadores, tomando base os discursos freudianos, considera a violência como “um fenômeno inerente à condição humana” (Moreira; Abreu; Oliveira, 2006, p. 629). Em outras palavras, a energia original entre os sujeitos é a agressividade e a sociabilidade seria uma forma de domesticar essa condição. Logo, a sociedade teria “domesticada” a violência com o

passar das gerações. Assim, “a violência segue intrinsecamente ligada a inúmeros atos humanos” (Pedrazzini, 2006, p. 20).

Outra corrente de pesquisadores relaciona a violência à consolidação do capitalismo e ao fenômeno da globalização. Nesse sentido, ela se tornou desterritorializada e onipresente, não pertencendo apenas a um só espaço e não condicionada a um grupo social exclusivo. Souza (2008, p. 148) considera que o “sistema capitalista é, ele próprio, ‘criminógeno’”. Para ele, o modelo social de hoje é assim por despertar um irrefreável desejo de consumo, ao mesmo tempo em que propicia somente a poucos a chance de satisfazê-los; por colocar o “eu” muito acima do “nós” e do “ter” acima do “ser”; por privilegiar a propriedade em detrimento da vida; por engendrar uma “indústria cultural” que se alimenta da criminalidade violenta; e, finalmente, por facilitar, por meio de desregulamentações, a lavagem de dinheiro, a corrupção e a injustiça social, onde os abastados têm privilégios, como não ser preso ou julgados.

Logo, partindo de uma série de fatores, Souza (2008) formou a palavra “fobópole”, que corresponde à “cidade do medo”, ou “uma cidade dominada pelo medo da criminalidade”. Para ele, é justamente em cidades sociopolítico-espacialmente fragmentadas que o medo prospera, sendo elas as fobópoles por excelência. Bauman (2009) expõe tal contexto à passagem da fase “sólida” da modernidade para a “líquida”, a retração ou redução da segurança, endossada pelo Estado e o solapamento dos alicerces da solidariedade social e o colapso do pensamento e do enfraquecimento das estruturas sociais.

Com esse aumento da violência, o Estado toma “medidas cada vez mais autoritárias, leis cada vez mais punitivas, legitimadas por demandas sociais de proteções reais” (Teixeira; Porto, 1998, p. 56), principalmente, para proteger aquelas estratificações de maior poder aquisitivo que entram em uma busca incessante de segurança que, paradoxalmente, são as que adquirem e financiam a “indústria de segurança”. Cria-se, assim, similar ao capital financeiro e simbólico, um chamado capital da segurança –, instalando câmeras, cercas elétricas, alarmes e grades ou pagando segurança particular,

segurança de rua, seguro privado, entre outros serviços. No sentido contrário, o que se percebe é que classes menos favorecidas ficam à mercê da incompetência administrativa do Estado, que a promove como um controle social.

O fenômeno da violência tem alcançado o patamar de reprodução em pequenas cidades (e até nas áreas rurais) muito próximo – e até superado em alguns casos – aos encontrados em cidades médias e até em metrópoles. Pedrazzini (2006) alega que a violência não se restringe às grandes cidades, ou seja, invadem, igualmente, cidades médias e cidades pequenas. No Brasil, a violência em pequenas cidades começou a aparecer nas pautas dos governos, da mídia e das universidades no início do século XXI (Fernandes, 2017).

Em 2005, Gonçalves (2005), ao analisar o Agreste do Rio Grande do Norte, concluiu que a violência era um dos principais problemas encontrados nas pequenas cidades, gerando, por conseguinte, uma insegurança entre os moradores. No estado de São Paulo, alguns estudos sobre violência contemplam a recorte espacial das pequenas cidades, como Goes (1998; 2004; 2009), que discute a violência, a insegurança e a exclusão social a partir de diversas ramificações relacionadas: às rebeliões nos presídios paulistas, à imagem da polícia, à cidadania e à violência, à transição política e seus desdobramentos acerca das instituições de controle social, à presença e as consequências das penitenciárias em pequenas cidades e o papel da mídia. Soriano (2007) estudou a pequena cidade de Itirapina (SP), a partir da percepção da insegurança dos moradores quanto à presença das unidades prisionais no município. Caniello (2003) estudou o caso da pequena cidade de São João Nepomuceno, na Zona da Mata mineira, pela rivalidade bipolarizada no carnaval e nas eleições municipais. Endlich e Fernandes (2014) abordaram o tema do toque de recolher em pequenas cidades, como procedimento de controle social adotado pelas cidades brasileiras como consequência do aumento da violência que permeia a sociedade atual.

Neste texto, as explicações avançam quanto à insegurança objetiva a partir de Arias (2014), considerando, inevitavelmente, que a

abordagem das representações, dos imaginários e das identidades possui uma carga subjetiva, sendo inerente a cada indivíduo ou cada grupo social. A possibilidade de vislumbrar “tantas construções de identidades e representações” como o “número de indivíduos que existem” é reconhecer a diversidade e a relevância social de cada um na totalidade. Nesse sentido, a construção dessa relação passa, obrigatoriamente, pelo espaço, no que Arias (2014) chama de transferência para a territorialização. Esse ponto é fundamental, já que o autor promove reflexões associando essa base teórica e metodológica à insegurança a partir dos espaços inseguros pela vitimização e/ou imaginários e sua consequência na representação territorial, pelas manifestações e ações sobre o espaço violento.

Logo, os “elementos de tipo subjetivos de la inseguridad” (Arias, 2014, p. 3) se referem ao conjunto de interrelações que ocorre de maneira permanente, objetiva entre os indivíduos (e suas experiências) no espaço, na qual são pessoais, diferentes e heterogêneas. Em suma, a construção das reflexões e das representações sociais sobre os espaços inseguros e violentos materializam-se, particularmente, por perspectivas que se identificam e se apropriam de maneira semelhante do espaço.

Arias (2014) pensa na insegurança objetiva a partir do momento em que os lugares e espaços adquirem “vitalidade”, ou seja, quando o sujeito (indivíduo, família ou grupo social) vivencia-o, assegurando um valor, significado e símbolo. Esses sujeitos se tornam autores na construção desse espaço, especialmente na sua “dimensão” e “qualificação”. Essa perspectiva promove reflexões sobre as representações dos espaços inseguros, segundo Arias (2014): a primeira se refere às análises da experiência vivida pelo indivíduo no espaço a partir da vida cotidiana, transitando por conceitos de Espaço Vivido, Espaço de Vida e Espaço Social; a segunda enfoca a caracterização dos sujeitos como autores do território e seus próprios atributos, ou seja, a imposição de interesses na configuração imaterial dos espaços inseguros.

A construção das representações no espaço da insegurança objetiva, pela percepção dos lugares perigosos, se confirma pelas

vivências individuais e, também, pela representação das vivências dos outros, sendo conhecida direta ou indiretamente. Isso implica reconhecer que os espaços estão carregados de valores e significados atribuídos pelos próprios autores que os constroem, habitam, reconstroem e, também, por aqueles que os conhecem e os incluem nos seus sistemas de referências (Arias, 2014).

Logo, a partir de Arias (2014) e de Fernandes (2017), compreende-se a insegurança objetiva pela ocorrência concreta das manifestações de violência, como furtos, roubos, agressões, golpes e até homicídios, que podem ser quantificadas a partir das denúncias das vítimas. A partir da breve contextualização apresentada ao longo desta parte é possível identificar a multiplicidade de interpretações acerca da violência e da insegurança objetiva, inclusive, quanto às pequenas cidades. Os conteúdos de segurança e de tranquilidade, comumente associados às pequenas cidades, vão ganhando ressignificação a partir das considerações de violência. Portanto, vivencia-se, atualmente, a desconstrução do mito de tranquilidade das cidades pequenas.

### **A violência e a insegurança objetiva na microrregião de Cornélio Procopio -PR**

Na região Norte do Paraná, a presença das pequenas cidades é explicada pelo processo de formação socioespacial da região, ocorrido no contexto da economia cafeeira (Endlich, 2006). Com o declínio dessa atividade agrícola – principal fonte de renda das sedes dos municípios ou então vilas/distritos –, houve um declínio populacional na área rural, conseqüentemente, um intenso processo de migração para as áreas urbanas. Nesse contexto, na maioria das pequenas cidades, houve um declínio na população rural e total e aumento de população urbana. Além disso, esse declínio, segundo Endlich (2006, p. 24), “foi esvaziando, também, os numerosos e pequenos núcleos urbanos sob o aspecto funcional”. Acredita-se que a perda de segurança seguiu a partir desse contexto.

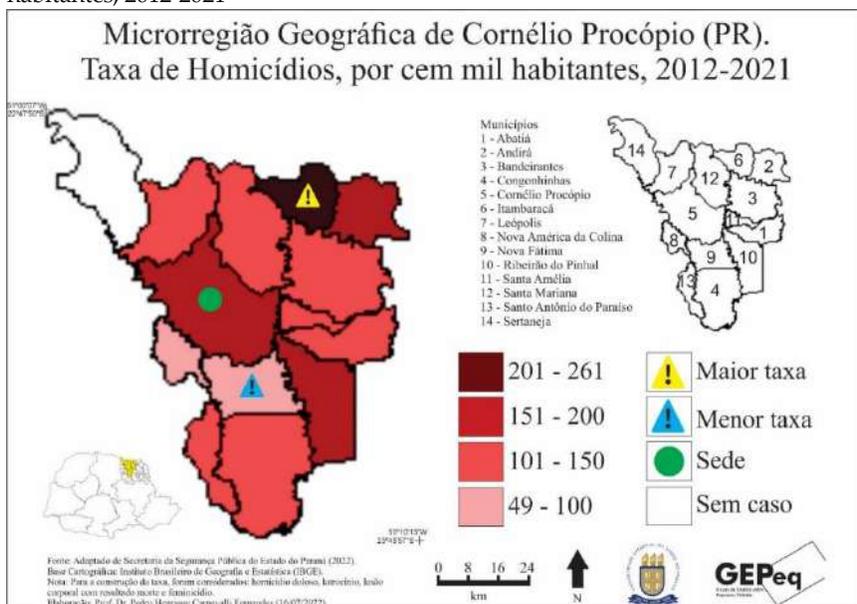
No final do século XX e início do século XXI, o processo de declínio populacional perdeu intensidade e o que sinaliza é um aumento da população urbana e total em algumas localidades. Esses ciclos vêm modificando as questões demográficas e sociais (como a violência) e a estrutura urbana, especialmente com a configuração de novos loteamentos. Então, as pequenas cidades, após a cafeicultura, passaram por muitas mudanças e tornaram-se um “espaço instável para a sociedade local” (Endlich, 2006, p. 24), devido, entre outros fatores, a uma série de problemas sociais e econômicos.

Na Microrregião de Cornélio Procópio, as transformações, oriundas de mudanças no ciclo econômico que ocorrem por interesse do sistema de produção, não apenas geraram um legado de história e acontecimentos na paisagem, mas, também, interferiram na condição de vida humana. Essas relações passam, assim, a ocorrer nas áreas urbanas, de maneira mais complexa, mais intensa e cada vez mais efêmera. Tem-se, então, de um lado, um recorte do espaço geográfico – as pequenas cidades – complexo, vasto e relativamente pouco estudado, em comparação aos centros maiores, e, de outro, uma série de transformações ocorridas, como a interiorização da violência, que requerem reflexões e problematizações dos pesquisadores.

A Microrregião de Cornélio Procópio apresentou no período de 2012 a 2021, um total de 237 homicídios (considerados: homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal com resultado morte e feminicídio), ou seja, média de 24 homicídios por ano e taxa de 138 homicídios por cem mil habitantes para o período. O homicídio é considerado doloso “quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo” (Brasil, 1940). O latrocínio é “uma forma qualificada do crime de roubo, com aumento de pena, quando a violência empregada resulta em morte” (TJDFT, 2021). A lesão corporal com resultado morte significa “ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem com resultado em morte” (TJDFT, 2021). O feminicídio é o homicídio contra a mulher por razões da condição de sexo feminino (Brasil, 2015), ou seja, o assassinato de uma mulher pelo fato dela ser uma mulher.

A Figura 2 apresenta a taxa de homicídio, por cem mil habitantes, entre 2012 e 2021, na Microrregião de Cornélio Procópio. Apenas um município não apresentou caso de homicídio ao longo de dez anos: Sertaneja. Em contrapartida, cinco municípios apresentaram taxa de homicídio maior que a média regional: Itambaracá, Andirá, Ribeirão do Pinhal, Cornélio Procópio e Santo Antônio do Paraíso.

**Figura 2:** Microrregião de Cornélio Procópio (PR). Taxa de Homicídios, por cem mil habitantes, 2012-2021



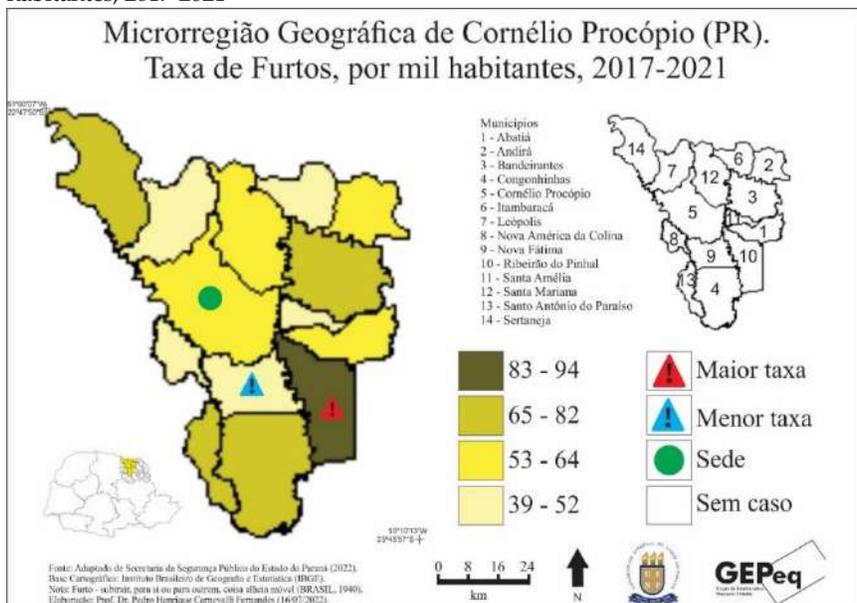
Fonte: Adaptado de Paraná (2022).

A maior taxa da região encontra-se em Itambaracá, com 261 homicídios, por cem mil habitantes, 2012-2021 – a única com taxa superior a duzentos. A segunda maior taxa encontra-se em Andirá, com 172 homicídios, por cem mil habitantes, 2012-2021. Em contrapartida, apenas duas cidades apresentaram taxa menor que 100 homicídios, por cem mil habitantes, 2012-2021: Nova Fátima, menor taxa (49), e Nova América da Colina (58). A sede da microrregião, Cornélio Procópio, tem taxa de 153 homicídios, por

cem mil habitantes, 2012-2021 – quarta posição no *ranking* –, sendo 73 casos no período.

A região apresentou, no período de 2017 a 2021, 10.832 ocorrências de furtos (média de 2.166 casos por ano e taxa de 63 furtos por mil habitantes no período) e 1.181 ocorrências de roubos (média de 236 casos por ano e taxa de 7 roubos por mil habitantes para o período). O furto é entendido como “subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel” (Brasil, 1940). Já o roubo é compreendido como “subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência” (Brasil, 1940).

**Figura 3:** Microrregião de Cornélio Procópio (PR). Taxa de Furtos, por mil habitantes, 2017-2021

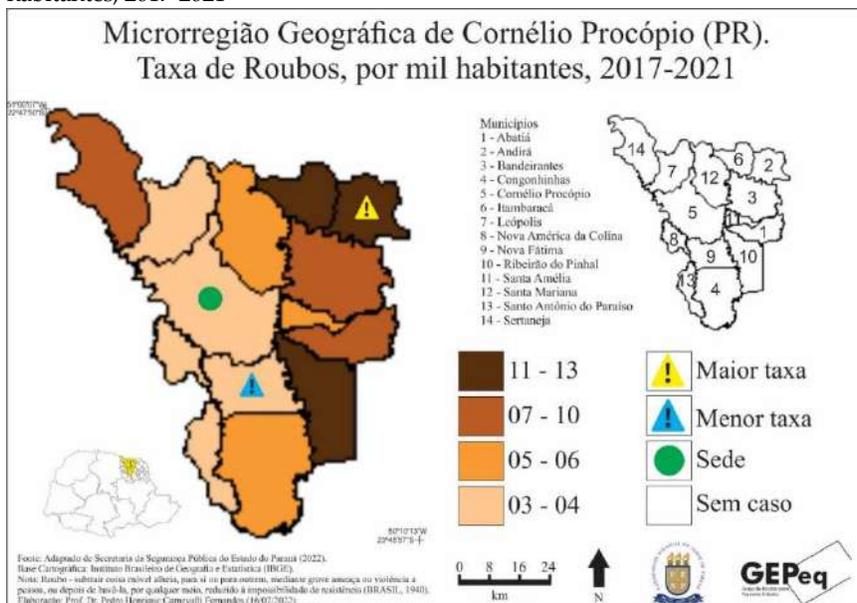


Fonte: Adaptado de Paraná (2022).

A Figura 3 apresenta a taxa de ocorrências de furtos, por mil habitantes, entre 2017 e 2021, na Microrregião de Cornélio Procópio. Em cinco municípios, a taxa de ocorrências de furtos foi maior que a média regional: Ribeirão do Pinhal, Bandeirantes, Congonhinhas,

Sertaneja e Santo Antônio do Paraíso. Já a Figura 4 demonstra a taxa de ocorrências de roubos, por mil habitantes, entre 2017 e 2021, na Microrregião de Cornélio Procópio. Apenas três municípios apresentaram taxa de ocorrências de roubos superior a 10 por mil habitantes, 2017-2021: Andirá (13), Ribeirão do Pinhal (12) e Itambaracá (11).

**Figura 4:** Microrregião de Cornélio Procópio (PR). Taxa de Roubos, por mil habitantes, 2017-2021



Fonte: Adaptado de Paraná (2022).

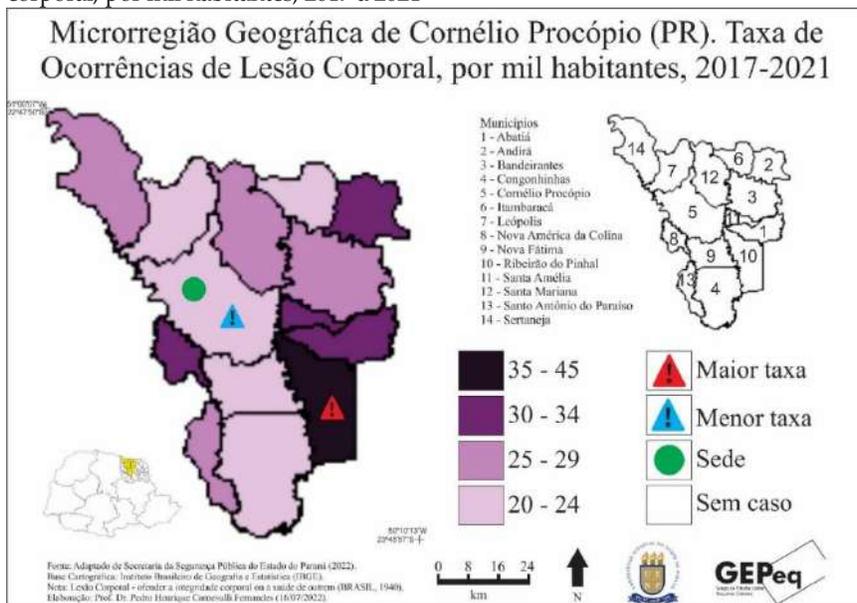
A maior taxa de ocorrência de furtos da região encontra-se em Ribeirão do Pinhal, com 94 ocorrências de furtos, por mil habitantes, 2017-2021. Essa taxa representa, em números absolutos, que quase 10% da população do município pode ter sofrido algum furto nos últimos cinco anos. A segunda maior taxa está em Bandeirantes, com 82 ocorrências de furtos, por mil habitantes, 2017-2021. Essa taxa representa, em números absolutos, que 8% da população do município pode ter sofrido algum furto nos últimos cinco anos. A menor taxa da região está em Nova Fátima, com 39 ocorrências de

furtos, por mil habitantes, 2017-2021, e a segunda menor taxa, em Itambaracá, com 48 ocorrências de furtos, por mil habitantes, 2017-2021. A sede da microrregião, Cornélio Procópio, tem taxa de 54 ocorrências de furtos, por mil habitantes, 2017-2021 – sétima posição no *ranking* –, sendo 2.593 casos no período.

Já quanto aos roubos, Nova Fátima, Nova América da Colina e Leópolis aparecem empatadas com a menor taxa – 3 ocorrências de roubos, por mil habitantes, 2017-2021. A sede da microrregião, Cornélio Procópio, tem taxa de 4 ocorrências de roubos, por mil habitantes, 2017-2021 – quarta menor taxa da região.

As ocorrências de lesão corporal também se destacaram na região. A “lesão corporal” representa “ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem” (Brasil, 1940). Ela é considerada de “natureza grave” se resultar em: (i) incapacidade para as ocupações habituais, por mais de trinta dias; (ii) perigo de vida; (iii) debilidade permanente de membro, sentido ou função; (iv) aceleração de parto; (v) incapacidade permanente para o trabalho; (vi) enfermidade incurável; (vii) perda ou inutilização do membro, sentido ou função; (viii) deformidade permanente; e (ix) aborto (Brasil, 1940). No período de 2017 a 2021, foram registradas 4.525 ocorrências de lesão corporal, o que gera uma média de 905 casos por ano e uma taxa de 26 ocorrências de lesão corporal, por mil habitantes, no período. A Figura 5 apresenta a taxa de ocorrências de lesão corporal, por mil habitantes, entre 2017 e 2021, na Microrregião de Cornélio Procópio.

**Figura 5:** Microrregião de Cornélio Procópio (PR). Taxa de ocorrências de lesão corporal, por mil habitantes, 2017 a 2021

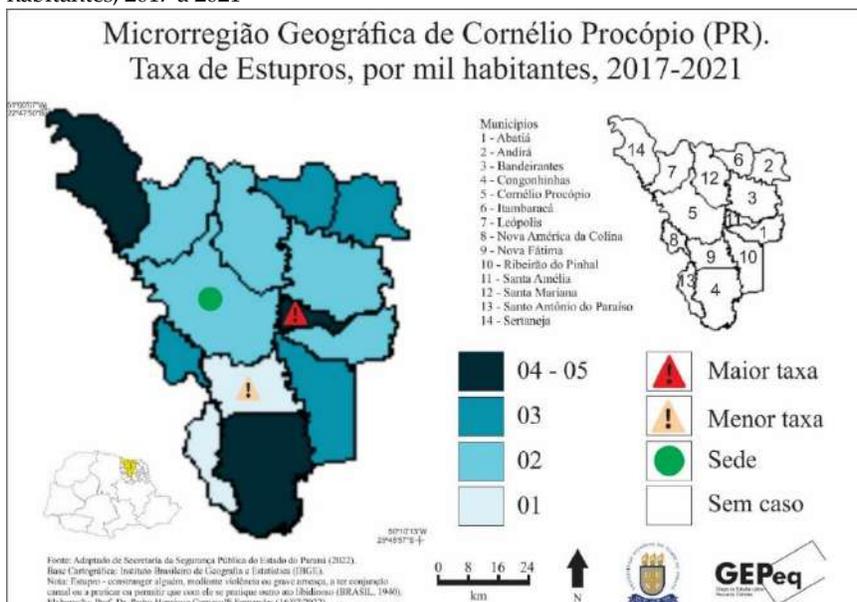


Fonte: Adaptado de Paraná (2022).

A maior taxa de ocorrências de lesão corporal por mil habitantes, no período de 2017-2021, está em Ribeirão do Pinhal, com 45 casos por mil habitantes. É um valor 33% maior que o apresentado por Abatiá, a segunda colocada no *ranking*, com taxa de 34 ocorrências de lesão corporal, por mil habitantes, 2017-2021. Em contrapartida, Cornélio Procópio, sede da microrregião, apresentou a menor taxa de ocorrências de lesão corporal, por mil habitantes, no período de 2017-2021: 20 casos. Nova Fátima (21) e Itambaracá (22) aparecem na sequência.

Uma violência condenável aparece em todas as pequenas cidades da Microrregião de Cornélio Procópio: o estupro. Conforme Brasil (1940), o estupro significa “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso”. A Figura 6 apresenta a taxa de ocorrências de estupros, por mil habitantes, entre 2017 e 2021, na Microrregião de Cornélio Procópio.

**Figura 6:** Microrregião de Cornélio Procópio (PR). Taxa de estupro, por mil habitantes, 2017 a 2021



Fonte: Adaptado de Paraná (2022).

Na Microrregião de Cornélio Procópio foram registrados 398 casos de estupros entre 2017 e 2021, ou seja, média de quase 80 ocorrências por ano e taxa de 2 estupros por mil habitantes. A maior taxa de estupro, por mil habitantes, no período de 2017-2021, está em Santa Amélia, com 5 casos por mil habitantes. Em contrapartida, Nova Fátima e Santo Antônio do Paraíso aparecem com a menor taxa: 1 estupro por mil habitantes, 2017-2021. Cornélio Procópio, sede da microrregião, apresentou uma taxa de 2 estupros por mil habitantes, 2017-2021.

A violência contra a mulher, infelizmente, apresentou dados alarmantes na Microrregião de Cornélio Procópio. Antes, porém, é fundamental entender essa tipologia de violência. Para a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, - a violência contra a mulher representa qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento

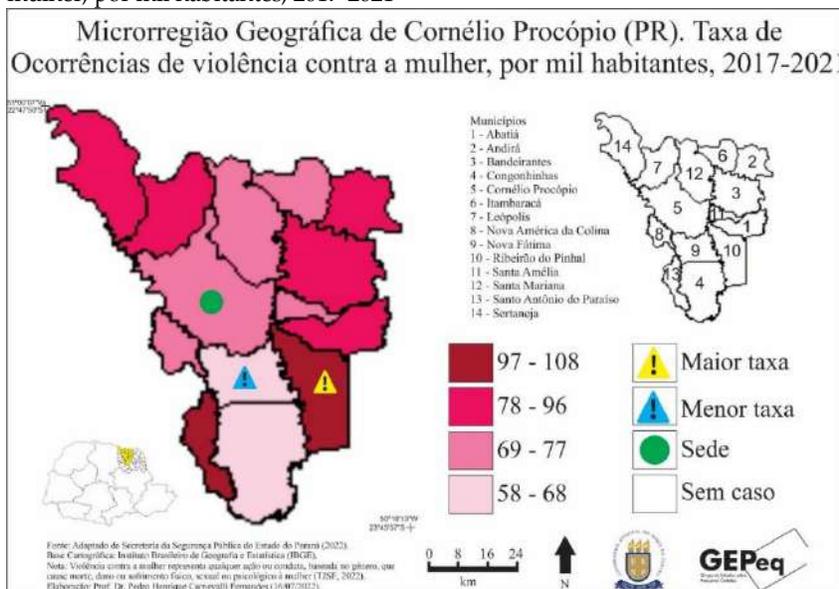
físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado (TJSE, 2022).

Sendo assim, a violência contra a mulher, ainda segundo o TJSE (2022), se divide em cinco ramificações: (i) Violência física (visual): é aquela entendida como qualquer conduta que ofenda integridade ou saúde corporal da mulher, sendo praticada com uso de força física do agressor, que machuca a vítima de várias maneiras ou ainda com o uso de armas, como, por exemplo: bater, chutar, queimar, cortar e mutilar; (ii) Violência psicológica (não-visual, mas muito extensa): qualquer conduta que cause danos emocional e diminuição da autoestima da mulher, sendo que nesse tipo é muito comum a mulher ser proibida de trabalhar, estudar, sair de casa, ou viajar, falar com amigos ou parentes; (iii) Violência sexual (visual): é caracterizada como qualquer conduta que constranja a mulher a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada; quando a mulher é obrigada a se prostituir, a fazer aborto, a usar anticoncepcionais contra a sua vontade ou quando ela sofre assédio sexual, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade; (iv) Violência patrimonial (visual-material): importa em qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de objetos pertencentes à mulher, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades; e (v) Violência moral (não-visual): qualquer conduta que importe em calúnia, quando o agressor ou agressora afirma falsamente que aquela praticou crime que ela não cometeu; difamação; quando o agressor atribui à mulher fatos que maculem a sua reputação, ou injúria, ofende a dignidade da mulher, sendo que esse tipo de violência pode ocorrer também pela *internet*.

Na Microrregião de Cornélio Procópio foram registrados 13.417 casos de violência contra a mulher entre 2017 e 2021, ou seja, média de sete ocorrências por dia e taxa de 78 casos por mil habitantes. Em 2020 e em 2021, dentro do período de pandemia de Covid-19, a quantidade de violência contra a mulher aumentou significativamente: em 2020,

foram 3.268 casos de violência contra a mulher e, em 2021, foram 3.092 casos. A Figura 7 apresenta a taxa de violência contra a mulher, por mil habitantes, entre 2017 e 2021, na Microrregião de Cornélio Procópio. Em seis municípios a taxa de ocorrências de violência contra a mulher foi maior que a média regional: Ribeirão do Pinhal, Santo Antônio do Paraíso, Sertaneja, Andirá, Abatiá e Bandeirantes.

**Figura 7:** Microrregião de Cornélio Procópio (PR). Taxa de Violência contra a mulher, por mil habitantes, 2017-2021



Fonte: Adaptado de Paraná (2022).

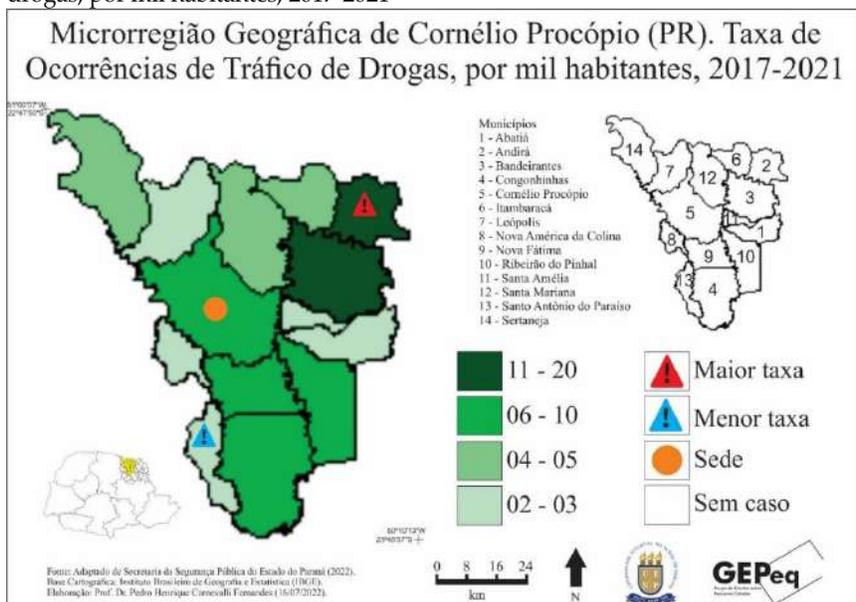
A maior taxa da região encontra-se na pequena cidade de Ribeirão do Pinhal, com 108 ocorrências de violência contra a mulher, por mil habitantes, 2017-2021. Essa taxa representa, em números absolutos, que aproximadamente 20% da população de mulheres do município pode ter sofrido alguma violência contra a mulher nos últimos cinco anos. É um valor consideravelmente alto e que precisa urgentemente ser combatido pelo Estado, pela sociedade, pela mídia e pela universidade. A segunda maior taxa da região encontra-se na pequena cidade de Santo Antônio do Paraíso, com 97 ocorrências de

violência contra a mulher, por mil habitantes, 2017-2021. Essa taxa representa, em números absolutos, que aproximadamente 15% da população de mulheres do município pode ter sofrido alguma violência contra a mulher nos últimos cinco anos.

A menor taxa da região encontra-se na pequena cidade de Nova Fátima, com 58 ocorrências de violência contra a mulher, por mil habitantes, 2017-2021, e a segunda menor taxa, encontra-se em Congonhinhas, com 68 ocorrências de violência contra a mulher, por mil habitantes, 2017-2021. A sede da microrregião, Cornélio Procópio, tem taxa de 69 ocorrências de violência contra a mulher, por mil habitantes, 2017-2021 – terceira menor taxa da região –, sendo 3.307 casos no período.

Finalmente, a última tipologia de violência abordada é o tráfico de drogas. Na Microrregião de Cornélio Procópio foram registradas 1.597 ocorrências ligadas ao tráfico de drogas, entre 2017 e 2021, ou seja, média de 319 ocorrências por ano e taxa de 9 ocorrências por mil habitantes. A Figura 8 apresenta a taxa de ocorrências ligadas ao tráfico de drogas, por mil habitantes, entre 2017 e 2021, na Microrregião de Cornélio Procópio.

**Figura 8:** Microrregião de Cornélio Procópio (PR). Taxa de ocorrências de tráfico de drogas, por mil habitantes, 2017-2021



Fonte: Adaptado de Paraná (2022).

Em quatro municípios, a taxa de ocorrências ligadas ao tráfico de drogas foi maior que a média regional: Andirá, Bandeirantes, Ribeirão do Pinhal e Congonhinhas. A maior taxa da região encontra-se na pequena cidade de Andirá, com 20 ocorrências ligadas ao tráfico de drogas, por mil habitantes, 2017-2021. Esse valor é bem maior que o apresentado pela segunda colocada, Bandeirantes, com 11 ocorrências. Em contrapartida, a menor taxa da região está em Santa Amélia e Santo Antônio do Paraíso, com 2 ocorrências ligadas ao tráfico de drogas, por mil habitantes, 2017-2021. A sede da microrregião, Cornélio Procópio, tem taxa de 9 ocorrências ligadas ao tráfico de drogas, por mil habitantes, 2017-2021 – quinta maior taxa da região –, sendo 426 casos no período.

Na Microrregião de Cornélio Procópio, o fenômeno da violência tem se materializado nas mais diversas tipologias, revelando que as cidades pequenas dessa região deixaram de ser espaços tranquilos e passaram a conviver com a insegurança objetiva. O Quadro 1 sintetiza

a espacialização da violência na Microrregião de Cornélio Procópio, destacando os municípios que apresentaram as três maiores taxas de cada tipologia de violência contemplada no contexto empírico deste estudo, revelando os espaços de insegurança objetiva.

**Quadro 1:** Microrregião de Cornélio Procópio (PR). Insegurança objetiva

<b>Tipologia</b>	<b>Maior taxa</b>	<b>2ª maior taxa</b>	<b>3ª maior taxa</b>
<b>Homicídios</b>	Itambaracá	Andirá	Ribeirão do Pinhal
<b>Furto</b>	Ribeirão do Pinhal	Bandeirantes	Congonhinhas
<b>Roubo</b>	Andirá	Ribeirão do Pinhal	Itambaracá
<b>Lesão Corporal</b>	Ribeirão do Pinhal	Abatiá	Nova América da Colina
<b>Estupro</b>	Santa Amélia	Congonhinhas	Sertaneja
<b>Violência contra mulher</b>	Ribeirão do Pinhal	Santo Antônio do Paraíso	Sertaneja
<b>Tráfico de drogas</b>	Andirá	Bandeirantes	Ribeirão do Pinhal

Fonte: Elaboração do autor.

Ribeirão do Pinhal apareceu em seis das sete tipologias, sendo três delas como a maior taxa, uma delas com a segunda maior taxa e duas delas com a terceira maior taxa. É o município com maior incidência de insegurança objetiva. Andirá em três tipologias, sendo duas com a maior taxa e uma com a segunda maior taxa. Itambaracá esteve em duas tipologias: uma com a maior taxa (homicídios) e uma com a terceira maior taxa (roubo). Santa Amélia liderou a tipologia de estupros. Bandeirantes apresentou a segunda maior taxa em duas tipologias. Congonhinhas, Abatiá, Nova América da Colina, Santo Antônio do Paraíso e Sertaneja também apareceram com destaque no quadro apresentado. Cornélio Procópio, sede da microrregião – e maior cidade demograficamente – não apareceu entre as três maiores taxas em todas as tipologias.

## Considerações finais

Ao longo dos anos pesquisando a violência em pequenas cidades, a maior dificuldade está em compreender, em totalidade, o espaço geográfico a partir da realidade humana. Isso se deve, entre outros motivos, pela multiplicidade de olhares e de leituras do próprio espaço. Nesse sentido, busca-se constantemente compreender a condição humana e social de vida a partir das suas contradições e dos processos de produção do espaço nas pequenas cidades. Especificamente neste capítulo, o foco estava no recorte espacial microrregional e em dados mais qualitativos para demonstrar a existência do fenômeno.

A literatura nacional, ainda que timidamente, tem demonstrado que a violência e a insegurança ocorrem em pequenas cidades, inclusive com casos que são muitas vezes mais intensos e alarmantes que os encontrados em metrópoles e/ou cidades médias. Os dados quantitativos também revelam o mesmo cenário. A realidade de muitos anos sem uma ocorrência de homicídio parece ser uma exceção. No caso da microrregião em estudo, apenas uma cidade está nessa situação – apesar disso, é preciso destacar que ela apresentou ocorrências de violência em todas as outras tipologias. Igualmente, os casos de roubos, furtos, lesões corporais, tráfico de drogas e até estupro e violência contra mulher se multiplicam em cidades demograficamente menores, gerando uma insegurança.

O enfrentamento desses fenômenos – violência e insegurança – em pequenas cidades caminha pela reconstrução da vida pública, entendida pelo espaço e pelas relações sociais (Fernandes, 2017), portanto, o problema da violência não será revolido enquanto for tratado como uma questão de segurança ou de polícia (Bezerra Júnior, 2006). A sociabilidade é uma forma espontânea de interação, definida como sociação, ou seja, é a base da sociedade humana, já que faz com que as pessoas vivam, umas com as outras, em relações de co-dependência (Turra Neto, 2008). A partir de Marx (2011), a sociabilidade compõe um conjunto de relações sociais que materializa e produz a existência humana em essência. Os estudos de Lugan

(1997) demonstram que se trata de um processo necessário para dar a cada um dos indivíduos o reconhecimento social de uma dada comunidade; é por meio dos conjuntos de relações que os indivíduos concretamente existem e fazem sentido de existência.

No atual mundo capitalista globalizado, as cidades pequenas vinculam-se à dinâmica dos tempos rápidos, até mesmo na lógica da violência, da insegurança e do medo, sendo que o rompimento disso passa pela sociabilidade, pelo uso do espaço público e pela apropriação da vida pública. Nesse sentido, as perspectivas de soluções para mudanças nesse cenário se apresentam como uma utopia já que a ruptura desses modelos atuais deve partir dos movimentos concretos de resistências a partir da proposição de um novo modo de vida urbano que precisa passar pela transformação do cotidiano, especialmente pela dimensão lúdica da arte, cultura e educação. A condição humana deve produzir parâmetros permeados por uma nova qualidade nas relações sociais, mais densas, sólidas e fortes, no coletivo e no cooperativismo como modelo de vida, no uso e na apropriação do espaço público e na valorização da vida pública.

## Referências

ARIAS, J. A. A. Representaciones territoriales sobre inseguridad y delincuencia en el espacio urbano de Bogotá: formas simbólicas de apropiación territorial. **XIII Coloquio Internacional de Geocrítica: el control del espacio y los espacios de control**. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2014, p. 1-16.

BAUMAN, Z. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

BEZERRA JÚNIOR, B. Pobreza, agressividade e consumo: três observações sobre a violência no Brasil. *In*: FEGHALI, J.; MENDES, C.; LEMGRUBER, J. (org.). **Reflexões sobre a violência urbana: (In)segurança e (Des)esperanças**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006, p. 43-59.

BRASI. Casa Civil. **Decreto-Lei nº 2.848, de 07/12/1940**: que dispõe sobre o Código Penal. 1940. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm)> Acesso em: set. 2021.

BRASIL, Casa Civil. **Lei nº 13.104, de 09/03/2015**: que altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm)> Acesso em: set. 2021.

CANIELLO, M. O Ethos Sanjoanense: tradição e mudança em uma cidade pequena. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 9, nº 1, p. 31-56, 2003.

ENDLICH, A. M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**. 505 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente: [s.n.], 2006.

ENDLICH, A. M.; FERNANDES, P. H. C. Aumento da violência em pequenas cidades, sentimento de insegurança e controle social. **Scripta Nova**, Barcelona, v. XVIII, p. 1-20, 2014.

FERNANDES, P. H. C. **Sociabilidade e sentimento de insegurança urbana em pequenas cidades**: o Norte do Paraná. 261p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

FERNANDES, P. H. C. **Um espectro ronda as pequenas cidades**: o aumento da violência e da insegurança objetiva. 525 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017.

GOES, E. M. **A recusa das grades**: rebeliões nos presídios paulistas: 1982-1986. São Paulo: IBCCRIM, 2009.

GOES, E. M. **Imagens da polícia**. Relações entre cidadania e violência caracterizadas nas representações da polícia paulista: janeiro/83 – março/85. 245 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista, Assis, 1998.

GOES, E. M. Transição política e cotidiano penitenciário. **História**, Franca, v. 23, n.1-2, p. 219-238, 2004.

GONÇALVES, F. E. **Cidades pequenas, grandes problemas**: perfil urbano do Agreste Potiguar. 173 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natal, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. 2010. Disponível em: <[http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados\\_do\\_censo2010.php](http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados_do_censo2010.php)> Acesso em: mar. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão Regional 2008**. 2008. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default\\_div\\_int.shtm?c=1](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.shtm?c=1)> Acesso em: mar. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas Populacionais 2021**. 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados>> Acesso em: mar. 2022.

LUGAN, J. C. Sociabilité et intégration dans les petites Villes: hypothèses sur une evolutions. **Bourgs et petites villes**. Jean-Paul Laborie et Jean Renard (org.). Presses Universitaires du Mirail, Toulouse, 1997, p. 399-406.

MAGALHÃES, N. Significados de violência em abordagem da mensagem televisiva. In: **Sociologias**, Porto Alegre, n. 21, p. 318-343, jan./jun., 2009.

MARX, K. **Grundrisse** - manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Trad. Mario Duayer. São Paulo: Boi Tempo. Coedição: Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

MOREIRA, J. O.; ABREU, A. K. C.; OLIVEIRA, M. C. Moralidade e sociabilidade em Frankl: um norte para superação da violência. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, p. 627-635, 2006.

PARANÁ, Secretaria de Segurança do Estado. **Estatísticas**. 2022. Disponível em: <<https://www.seguranca.pr.gov.br/CAPE/Estatisticas>> Acesso em: jun. 2022.

PEDRAZZINI, Y. **A violência das cidades**. Petrópoles (RJ): Vozes, 2006.

RIFIOTIS, T. Violência policial e imprensa: o caso da Favela Naval. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 28 -41, out./dez., 1999.

SORIANO, É. **Os espaços de medo e os de castigo nas pequenas cidades do estado de São Paulo**: avaliação geral e o caso de Itirapina. 157 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista. Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Rio Claro, 2007.

SOUZA, M. L. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

TEIXEIRA, M. C. S.; PORTO, M. R. S. Violência, insegurança e imaginário do medo. **Caderno CEDES**, Campinas, v. 19, n. 47, p. 51-66, dez., 1998.

TJDFT, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. **Tipos de lesão corporal**. 2021. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/tipos-de-lesao-corporal>> Acesso em: set. 2021.

TJSE, Tribunal de Justiça do Estado do Sergipe. Coordenadoria da Mulher. **Definição de Violência contra a Mulher**. 2022. Disponível em: <<https://www.tjse.jus.br/portaldamulher/definicao-de-violencia-contra-a-mulher>> Acesso em: mai. 2022.

VIANA, N. **Violência urbana**: a cidade como espaço gerador de violência. Goiânia: Germinal, 2002.



## **SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES**

### **Alan Pulcinelli Colmiran de Lima**

Graduando em Geografia pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) – Campus de Cornélio Procópio-PR. E-mail: alanpulcinelli705@gmail.com

### **Ana Júlia Oliveira de Mello**

Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) – Campus de Cornélio Procópio. E-mail: anajuliaoliveiramello@gmail.com

### **Camila de Souza Pereira**

Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) – Campus de Cornélio Procópio. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia (Unesp/Presidente Prudente). E-mail: camila.s.pereira@unesp.br

### **Carla Holanda da Silva**

Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Docente do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) – Campus de Cornélio Procópio. E-mail: carlaholanda@uenp.edu.br

### **Coaracy Eleutério da Luz**

Doutora em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Docente do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) – Campus de Cornélio Procópio. E-mail: coaracyluz@uenp.edu.br

**Elvyo Henrique de Moraes**

Graduando em Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) – Campus Cornélio Procópio. E-mail: elvinho.moraes@gmail.com

**Francyne Willy Da Silva**

Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) – Campus Cornélio Procópio. E-mail: cynesilva@hotmail.com

**Giovana Sanna Maia**

Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) – Campus de Cornélio Procópio. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina – UEL. E-mail: giovana.sanna.maia@uel.br

**Gustavo Henrique dos Santos Braga**

Graduando em Geografia pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) – Campus de Cornélio Procópio. Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/CNPQ). E-mail: gustavohenrique.braga34@gmail.com

**Hilário Helbe Júnior**

Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) – Campus de Cornélio Procópio. Docente da Educação Básica (SEED). E-mail: hhelbejunior@gmail.com

**Jully Gabriela Retzlaf de Oliveira**

Doutora em Agronomia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Docente do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) – Campus de Cornélio Procópio. E-mail: jullyoliveira@uenp.edu.br

**Leandra Eduarda Fabri Rezende**

Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) – Campus de Cornélio Procópio. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino (UENP – Campus de Cornélio Procópio). E-mail: lefabrirezende@gmail.com

**Paulo Henrique Marques de Castro**

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Docente do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) – Campus de Cornélio Procópio. E-mail: paulocastro@uenp.edu.br

**Pedro Henrique Carnevalli Fernandes**

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Docente do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) – Campus de Cornélio Procópio. E-mail: pedrofernandes@uenp.edu.br

**Ricardo Aparecido Campos**

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina. Professor Adjunto do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) – Campus Cornélio Procópio. E-mail: rcampos@uenp.edu.br

**Sérgio Augusto Pereira**

Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) – Campus de Cornélio Procópio. Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Docente colaborador do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) – Campus de Cornélio Procópio. E-mail: sergio.pereira@uenp.edu.br

**Vanessa Maria Ludka**

Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Docente do Curso de Geografia e do Programa de Pós-

Graduação em Ensino - PPGEN da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) – Campus de Cornélio Procópio. E-mail: [vanessaludka@uenp.edu.br](mailto:vanessaludka@uenp.edu.br)

**Waldiney Gomes de Aguiar**

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de São Paulo (USP). Docente do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) - Campus de Francisco Beltrão. E-mail: [waldiney.aguiar@unioeste.br](mailto:waldiney.aguiar@unioeste.br)



A obra **Cornélio Procópio: leituras geográficas** apresenta aos estudantes, professores e profissionais de Geografia uma coletânea de artigos, que interessa também a todos que se preocupam com a qualidade de vida no recorte espacial estudado, fomentando e incentivando o debate coletivo para além dos muros da academia. Resultados de projetos de pesquisa e extensão, os capítulos aqui reunidos desenvolvem abordagens que oferecem algum esclarecimento do tema. São 8 enfoques geográficos sobre Cornélio Procópio, conduzidos por diversas perspectivas teórico-conceituais de análise, porém não divergentes.

